

PESQUISA E PRÁTICA PEDAGÓGICA NA REGIÃO DA AMAZÔNIA

Volume 2

Organizadores:
Robson Antonio Tavares Costa
Jonatha Pereira Bugarim



**PESQUISA E
PRÁTICA
PEDAGÓGICA
NA REGIÃO
DA
AMAZÔNIA**

Volume 2

Organizadores:
Robson Antonio Tavares Costa
Jonatha Pereira Bugarim





EDITORA ENTERPRISING

Direção Nadiane Coutinho

Gestão de Editoração Antonio Rangel Neto

Gestão de Sistemas João Rangel Costa

Conselho Editorial

- José Antonio Vianna, Dr. - UERJ
- Wilson Alves de Paiva, Dr. - UFG
- Marilza Vanessa Rosa Suanno, Dra. - UFG
- Robson Luiz de França, Dr. - UFU
- Geovana Ferreira Melo, Dra. - UFU
- Marco Aurélio Kalinke, Dr. - UTFPR
- Carlos Henrique de Carvalho, Dr. - UFU
- Debora Cristina Jeffrey, Dra. - UNICAMP
- Terciane Ângela Luchese, Dra. - UCS

Copyright © 2021 da edição brasileira.

by Editora Enterprising.

Copyright © 2021 do texto.

by Autores.

Todos os direitos reservados.



Todo o conteúdo apresentado neste livro, inclusive correção ortográfica e gramatical, é de responsabilidade do(s) autor(es). Obra sob o selo Creative Commons-Atribuição 4.0 Internacional. Esta licença permite que outros remixem, adaptem e criem a partir do trabalho, para fins não comerciais, desde que lhe atribuam o devido crédito e que licenciem as novas criações sob termos idênticos.

Diagramação

João Rangel Costa

Design da capa

Nadiane Coutinho

Revisão de texto

Os autores



EDITORA ENTERPRISING

www.editoraenterprising.net

E-mail: contacto@editoraenterprising.net

Tel. BR: (96) 981146835

CNPJ: 40.035.746/0001-55

**Robson Antonio Tavares Costa
Jonatha Pereira Bugarim
(Organizadores)**

Pesquisa e prática pedagógica na região da Amazônia

Volume 2



Belém - PA

P474

Pesquisa e Prática Pedagógica na Região da Amazônia / Robson Antonio Tavares Costa (Organizador), Jonatha Pereira Bugarim (Organizador). -- Tucuruí: Editora Enterprising, 2021.

(Pesquisa e Prática Pedagógica na região da Amazônia)

Livro em PDF

180 p., il.

ISBN: 978-65-994826-7-0

DOI: 10.29327/545908

1. Pedagogia. 2. Pesquisa. 3. Prática. 4. Educação.

I. Título.

CDD: 370

Acreditamos que o conhecimento é a grande estratégia de inclusão e integração, e a escrita é a grande ferramenta do conhecimento, pois ela não apenas permanece, ela floresce e frutifica.

Equipe Editora Enterprising.

Sumário

APRESENTAÇÃO		08
CAPÍTULO 1:	VOLEIBOL NA PERSPECTIVA DA CULTURA CORPORAL	09
	<i>Juracy Nogueiras Dias Neto</i> <i>Luis Paulo Siqueira Guimarães</i>	
CAPÍTULO 2:	A DANÇA FOLCLÓRICA DO SIRIÁ NA PERSPECTIVA CRÍTICO-SUPERADORA EM UM CONTEXTO ESCOLAR	27
	<i>Raquel Eduarda Lopes Braga</i> <i>Francisco Elton Barbosa e Silva Júnior</i> <i>Pablo Souza da Silva</i> <i>Maria Goretti Sousa Lameira</i>	
CAPÍTULO 3:	UMA ANÁLISE DAS PRODUÇÕES CIENTÍFICAS SOBRE LAZER E SAÚDE MENTAL	40
	<i>Héliton Brendo De Oliveira Marques</i> <i>Jéssica Nogueira Pinto</i> <i>Rilary de Fátima Rodrigues Barroso</i> <i>José Benedito dos Santos Batista Neto</i>	
CAPÍTULO 4:	EDUCAÇÃO PARA RELAÇÃO ÉTNICO-RACIAL NA ESCOLA E A PROPOSTA METODOLÓGICA DO USO DE UM VÍDEO DE FORMAÇÃO	63
	<i>Rayane Klecilma Viana Gonçalves</i>	
CAPÍTULO 5:	OBSTÁCULOS ENCONTRADOS PELO FUTEBOL FEMININO	83
	<i>Mikaeli Da Silva Bugarim</i> <i>Savick Evellyn Silva Barros</i>	

CAPÍTULO 6:	EFEITOS DO EXERCÍCIO FUNCIONAL, CAPACIDADES FÍSICAS, QUALIDADE DE VIDA E COVID-19	102
	<i>Américo Edward Lacerda Rodrigues Henrique Louan Silva Ferreira Marcelo Henrique Mires da Rocha Thiago Sousa Da Silva</i>	
CAPÍTULO 7:	A RELAÇÃO ENTRE JOGOS COOPERATIVOS E ALUNOS COM DEFICIÊNCIA FÍSICA NA EDUCAÇÃO FÍSICA	117
	<i>Gabriellen Andrade Da Silva Neylane Gabriely De Moraes Alves</i>	
CAPÍTULO 8:	LUTAS NA EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR	139
	<i>João Anderson Freitas De Sousa Marcelo Henrique Mires Da Rocha Thiago Sousa Da Silva</i>	
CAPÍTULO 9:	EFEITOS DE TREINAMENTO RESISTIDO E AERÓBIO EM INDIVÍDUOS HIPERTENSOS	150
	<i>Janderson Carvalho Mota Richard Dias Quaresma Rodrigo Lima Vilhena</i>	
CAPÍTULO 10:	EDUCAÇÃO PARA RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NO ESPAÇO ESCOLAR	167
	<i>Cristiane Alves Gomes Kelly Mendes De Lima Derivaldo Machado Da Silva</i>	

Apresentação

Prezados(as) leitores(as),

É com muita satisfação que apresentamos o segundo volume da Coleção intitulada “PESQUISA E PRÁTICA PEDAGÓGICA NA REGIÃO DA AMAZÔNIA”, que reúne em seus 10 capítulos pesquisadores de diversas instituições com discussões e temáticas que circundam uma gama de possibilidades de pesquisas e de relações dialógicas que certamente podem ser relevantes para o desenvolvimento social brasileiro a partir de uma ótica que contempla as mais vastas questões da sociedade. Tal obra visa dar publicidade a estudos e pesquisas frutos de árduos trabalhos acadêmicos que decerto contribuem, cada um a seu modo, para o aprofundamento de discussões em suas respectivas áreas pois são pesquisas germinadas, frutificadas e colhidas de temas atuais que estão sendo debatidos nas principais universidades nacionais e que refletem o interesse de pesquisadores no desenvolvimento social e científico que possam impactar positivamente a qualidade de vida de homens e de mulheres.

Assim sendo, convidamos todos os leitores para exercitar diálogos com os estudos aqui contemplados, esperamos que os textos publicados contribuam para a formação intelectual e a reflexão crítica dos alunos, professores e demais leitores. Desejamos ressaltar, em nome de todos que compõem a Editora Enterprising, a nossa gratidão para com os pesquisadores cujos trabalhos aparecem aqui reunidos, que diante da dedicação, temos a oportunidade de nos debruçar acerca de assuntos atuais e pertinentes.

Sejam bem-vindos e tenham proveitosas leituras!

Equipe Editora Enterprising.



Capítulo 1

VOLEIBOL NA PERSPECTIVA DA CULTURA CORPORAL

DOI: 10.29327/545908.1-1

Juracy Nogueiras Dias Neto
Luis Paulo Siqueira Guimarães

VOLEIBOL NA PERSPECTIVA DA CULTURA CORPORAL

Juracy Nogueiras Dias Neto

Luis Paulo Siqueira Guimarães

RESUMO

Educação e treinamento de alta qualidade pode ser fornecidos por meio de conteúdo do voleibol, afim de estabelecer uma atitude crítica e autônoma na vida dos alunos, não apenas por meio de treinamento prático, mas também teórico. Esta pesquisa tem como objetivo propor novas possibilidades no trato com conhecimento voleibol escolar a partir da abordagem crítico superadora para ensino nos últimos anos do ensino fundamental. Devido à falta de sugestões pedagógicas suficientes nesta fase de ensino, na tentativa de revolucionar, dando aos professores e alunos a oportunidade de desfrutar de novas experiências que os ajudem a aprendizagem e socialização. Devido à falta de sugestões pedagógicas suficientes nesta fase de ensino, foi feita uma tentativa de revolucionar.

Palavras chave: cultura corporal, crítico superadora, pedagogia, aprendizagem, voleibol.

ABSTRACT

High quality education and training can be provided through volleyball content, in order to establish a critical and autonomous attitude in students' lives, not only through practical training, but also through theoretical training. This research aims to propose new possibilities in dealing with school volleyball knowledge from the overcoming critical approach to teaching in the last years of elementary school. Due to the lack of sufficient pedagogical suggestions at this stage of teaching, in an attempt to revolutionize, giving teachers and students the opportunity to enjoy new experiences that help them to learn and socialize. Due to the lack of sufficient pedagogical suggestions at this stage of teaching, an attempt was made to revolutionize.

Keywords: body culture, overcoming critic, pedagogy, learning, volleyball.

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho visa propor novas possibilidades no trato com conhecimento voleibol na escola de acordo com a teoria pedagógica Crítico-Superadora no Ensino Fundamental anos finais. Saindo do tradicional do esporte não crítico, técnico e elitista. Dando ao professor e alunos uma oportunidade de desfrutar de novas experiências, que a ajudarão na aprendizagem e na socialização. Na tentativa de revolucionar devido a falta de sugestões pedagógicas adequadas para essa fase de ensino.

Entendemos que, neste espaço escolar, a Educação Física tratará de diversos conteúdo da cultura corporal, inclusive o esporte. Deste modo, o professor deve tratar o

esporte para que o aluno, sujeito do processo formativo, tenha posse de diferentes saberes, de forma a contribuir para o desenvolvimento cultural dos alunos.

A concepção Crítico-Superadora pode ser adequada para esta faixa etária de ensino fundamental. Para que possamos melhor compreender o assunto, avaliaremos a proposta Crítico-Superadora e a possibilidade de ensino do voleibol a partir dos objetivos específicos, e proporemos algumas alternativas de ensino do voleibol no ensino fundamental.

O voleibol é considerado um esporte popular no Brasil, que se caracteriza por ser um esporte social do mesmo nível que o futebol, derrubando assim a noção de que o voleibol, esporte de elite, é caro e limitado a clubes sociais.

A forma de trabalhar com os alunos deve ser inclusiva, não exclusiva, pois todos os alunos têm direito à prática do esporte, independentemente de sua natureza. Nesse caso, o professor é um educador e deve criar várias situações e movimentos para o voleibol para promover a formação integral dos alunos.

O objetivo do vôlei escolar é aprender o básico e proporcionar momentos de lazer aos alunos de acordo com a proposta metodológica pautada em uma abordagem Crítico-Superadora. Devido a grandes mudanças no ensino do voleibol, visamos compreender o padrão e seus procedimentos táticos, a fim de compreender este tema em uma escala global e propor novas possibilidades.

Pela especificidade das atividades do voleibol para fins educacionais e competitivos, o aluno terá que enfrentar uma disputa, mas dado que essa prática ocorre no ambiente escolar, certamente serão agregados a esta prática valores éticos e morais, um senso de cooperação e a busca de ser superada de forma justa para todos os alunos que estão na mesma faixa etária em disputa.

Bracht (2000) destacou que o modelo esportivista então utilizado baseava-se na visão tradicional do ensino, que enfatizava a técnica do esporte e era criticada por sua dificuldade em atender aos pressupostos da educação e do ensino, pois apenas reproduzia os ideais do esporte de rendimento esportivo na Educação Física Escolar.

Contrapondo a abordagem tradicional, as abordagens atuais da Pedagogia do Esporte se apresentam como uma possibilidade interessante para o ensino do voleibol, pois visam exatamente o entendimento da modalidade e seu funcionamento conforme a sua lógica interna, priorizando no ensino os componentes táticos.

Entendemos que no Ensino Fundamental anos finais, o Voleibol precisa ser trabalhado na proposta Crítico-Superadora. Como os alunos dessa faixa etária já possuem uma certa compreensão do conteúdo, cabe ao professor aprofundar esse conhecimento.

O esporte escolar tem recebido muitos projetos, um grande número de teses e dissertações, que buscam encontrar seus problemas e oferecer sugestões para superá-los, quebrando assim a tradição do esporte não crítico, técnico e elitista nas performances esportivas. Sendo assim, no Brasil o esporte amador é a base do esporte, por isso devemos inspirar nossos alunos a prática dos esportes na escola.

Pode-se oferecer, educação e treinamento de alta qualidade por meio do conteúdo Voleibol, de forma a estabelecer uma postura crítica e autônoma na vida do aluno. A incerteza quanto a esse nível de ensino é grande, inclusive a falta de sugestões pedagógicas apropriadas para o ensino. E sob a proposta Crítico-Superadora, compete ao professor aprofundar os conhecimentos que já possui, não só através da formação prática, mas também teórica.

No contexto da Educação Física escolar, o esporte determinou o currículo, sobre grandes influências sofridas por uma pedagogia extremamente analítico tecnicista, advinda integralmente de uma conjuntura histórica relacionada ao esporte, principalmente no que diz respeito a sua função social. É inegável que o modelo de movimento através de seu método técnico e mecânico ajudam a aumentar a visibilidade do esporte em todo território nacional e reforçar as condições de exercício ao conteúdo hegemônico da categoria nos ensinamentos da EFE (GONZALEZ; FENSTERSEIFER, 2009). No entanto, é por esse motivo que passou ser criticado a essa respectiva falta de preocupação pedagógica.

Em decorrência desse método de ensino, surge na década de 1980 o chamado Movimentos Renovadores no campo da Educação Física, um dos principais questionamentos no que se refere ao verdadeiro propósito no âmbito da Educação Física Escolar, com o surgimento de novas abordagens, tendências e conteúdo de cunho mais crítico, pedagógico e filosófico. O movimento enfatiza o referencial metodológico, construindo uma perspectiva pedagógica superadora.

O método proposto para a superação da crítica social é que a metodologia da Crítico-Superadora visa formar um sujeito crítico e autônomo, compreender sua situação histórica e compreender que ela interferirá na própria construção da realidade. Esta visão do esporte envolve um campo denominado cultura física como objeto de reflexão

pedagógica, este campo possui temas ou formas de atividade, especialmente o corpo, como os jogos, esportes, ginástica, dança e capoeira, que constituem o conteúdo didático.

Refletimos sobre a forma de como essa abordagem Crítico-Superadora no ensino do Voleibol poderia ser desenvolvido na escola a partir de uma perspectiva que o problematizasse. Caso o professor se depare com uma escola na qual houvesse resistência ao ensino do esporte de forma crítica, essa possibilidade colaborou para a elaboração do problema de pesquisa: Como tratar os conhecimentos técnicos do voleibol na escola segundo a concepção crítico-superadora?

A partir dessa problemática, buscamos compreender e refletir meios pra que possamos elaborar um material didático sobre o Voleibol, com base na abordagem Crítico-Superadora, dando assim, suporte para professores de Educação Física no trabalharem novos meios de aprendizagem do esporte com seus alunos no Ensino Fundamental anos finais. O objetivo desse estudo é analisar os debates envolvendo abordagem crítico-superadora e voleibol.

2. DESENVOLVIMENTO

A Educação Física Escolar e o Esporte, a abordagem Crítico-Superadora e conteúdos relacionados ao Voleibol. Para a realização desta pesquisa, utilizaremos a pesquisa bibliográfica, que visa coletar e selecionar conhecimentos e informações prévias sobre outros assuntos que foram organizados e pesquisados sobre o mesmo tema por outros autores. Analisando as propostas de diversos autores, elaboraremos propostas para o ensino do voleibol nas aulas de Educação Física, no Ensino Fundamental anos finais, onde o conteúdo voleibol será tratado em uma concepção Crítico-Superadora.

EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR E O TRATO COM O CONHECIMENTO ESPORTE

A importância do exercício físico e de permanecer ativo é bem conhecida, mas isso deve ser feito desde a infância, combinando a Educação Física com a educação moral e intelectual para formar um indivíduo como um todo e integrar os alunos à cultura física do esporte, adaptando o conteúdo à individualidade de cada aluno e ao estágio de desenvolvimento em que se encontram. Esta é uma oportunidade para desenvolver o

potencial pessoal, não para se desenvolver seletivamente, mas para incluir todos os alunos.

Segundo PCN (2001), a Educação Física nas escolas deve proporcionar a todos os alunos oportunidades de desenvolver suas potencialidades de forma democrática e não seletiva. Independentemente do conteúdo selecionado, o processo de ensino deve considerar as características dos alunos em todas as dimensões. Portanto, a educação física não se limita apenas ao exercício de determinadas competências e habilidades, mas em possibilitar que o indivíduo reflita sobre suas próprias possibilidades físicas, tenha autonomia e seja capaz de realizar um trabalho social e culturalmente significativo, por métodos adequados.

Os profissionais da área precisam ter uma proposta de trabalho ou um projeto educativo desenvolvido, que reconheça o potencial formativo que a Educação Física tem para a educação global dos alunos. O que se pretende é que o aluno saiba fazer, entenda o que fazer como aprendeu como pode continuar aprendendo sobre aquilo que o interessa, e que estenda seu olhar sobre as práticas da cultura corporal. (SILVA; NUNES; NOVAES, 2017)

Menegaro (2012) reforça que, a Educação Física é entendida como uma disciplina que integra os alunos à cultura física e forma cidadãos que irão produzi-la, replicá-la e transformá-la. Onde, o esporte só pode dar a postura correta de exercício, que depende do professor e dos alunos questionarem, explicarem, conectarem e analisarem as amplas manifestações da cultura corporal. Faça com que ele compreenda seu papel na sociedade, e assim tenha a capacidade de discutir, criar e modificar regras e / ou jogos.

A Educação Física não é apenas uma disciplina complementar, mas também tem suas próprias características. De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), deve haver três partes: jogos, ginástica, esportes e lutas, na qual entendemos os fundamentos dos esportes realizados nas escolas onde o conhecimento sobre o corpo envolve os conceitos básicos de anatomia e as reflexões acerca das as diferentes culturas e tratamento delas com o corpo.

Acreditamos que a escola orienta seu trabalho docente por caminhos determinados a partir da concepção de sociedade, da libertação das crenças pessoais e da compreensão da formação das pessoas. Ainda na perspectiva de crítico-superadora, vemos também que todo educador deve definir seu Projeto Político-Pedagógico. Esta definição norteia sua prática em sala de aula: a relação que se estabelece com os alunos, o conteúdo da escolha

do ensino, o tratamento científico e metodológico, e os valores e lógicas desenvolvidas nos alunos (COLECTIVO DE AUTORES, 1992).

De acordo com o Plano Político Pedagógico de cada escola, sob orientação do BNCC, os profissionais de educação física deverão realizar suas atividades de forma que não haja riscos de lesões ou acidentes. Além disso, a Educação Física escolar deve ter como finalidade a educação e a diversão, incentivando sua prática e promovendo a integração social, logo, profissionais qualificados e credenciados são obrigados a realizar essas atividades com segurança.

O papel do esporte está além de seu conteúdo real, pois os professores devem estimular a união e suprimir atitudes violentas por meio dessas atividades. Por isso, é necessário escolher os conteúdos que o professor da turma deseja se engajar, de modo a ir muito além do âmbito da prática de exercícios físicos.

Bracht (2000) afirma que a pedagogia crítica do esporte propõe que o ensino de habilidades esportivas tenha um novo significado e esteja sujeito a novos objetivos. E por meio da experiência esportiva, a educação física escolar se propõe a desenvolver a crítica e culturalmente seus conteúdos e esclarecer conhecimentos para redefinir a prática e o treinamento humano. Esta disciplina agrega conhecimento e contribui para a formação intelectual, moral e psicomotora da escola.

Os esportes escolares contribuem para todos os aspectos do desenvolvimento, incluindo o trabalho em equipe, onde as pessoas podem cooperar e cooperar com outras sem exclusão. Para o Coletivo de Autores (1992), o esporte, como prática social que institucionaliza o tema da cultura corporal, é protegido por fenômenos complexos que envolvem a criação e a prática de normas sociais, conceitos e significados do esporte.

Segundo Coletivo de autores (1992), o aluno amplia as referências conceituais do seu pensamento, tomando a consciência da atividade teórica, ou seja, de que uma operação mental exige a reconstituição dessa mesma operação na sua imaginação para atingir a expressão discursiva, leitura teórica da realidade.

A função social do currículo é ordenar o pensamento docente dos alunos para pensar a realidade social a partir do desenvolvimento de uma determinada lógica. Para desenvolvê-lo, utilizou o conhecimento científico e o confrontou com o conhecimento que os alunos traziam do cotidiano e outras referências do pensamento humano: ideologia, atividades estudantis, relações sociais e outros (COLETIVO DE AUTORES, 1992).

Deste modo, o esporte escolar deve ter como foco a formação integral dos alunos e realizar ações nos aspectos esportivos, cognitivos, emocionais e sociais. Além disso, deve ser um espaço privilegiado de observação, ação e transformação de princípios e valores, para que os alunos possam transferir essa forma de pensar para fora do ambiente escolar.

ABORDAGEM CRÍTICO-SUPERADORA

A teoria da cultura corporal é apresentada pelo livro “Metodologia do Ensino da Educação Física” elaborado por: Carmen Lúcia Soares, Celi Nelza Zülke Taffarel, Maria Elizabeth Medicis Pinto Varjal, Lino Castellani Filho, Micheli Ortega Escobar e Valter Bracht. Expondo o debate sobre questões teórico-metodológicas da Educação Física pedagogicamente intitulado e conhecido como Coletivo De Autores, tendo sua primeira edição publicado em 1992.

O Coletivo de Autores é a construção de um documento que pudesse nortear os professores de Educação Física, dentro do âmbito escolar, de cunho marxista, voltado para as relações sociais.

A pedagogia crítico-superadora subjaz o projeto histórico marxista, projeto que, segundo Monacorda (1991), deve ser considerado de modo orgânico no contexto de uma rigorosa crítica as relações sociais próprias do modo de produção capitalista. A partir dessa posição, uma educação “transformadora” pode ser tida como tal, somente, quando profundamente ligada a um projeto revolucionário de sociedade que, em consideração a realidade atual, reconheça a luta de classe como instância de superação das estruturas sociais e tenha na classe operária a base das suas transformações. (ESCOBAR, 1995 p.92).

Escobar (1995) julga que a pedagogia Crítico-Superadora “atribui-se a um projeto socialista histórico”, comprovando a asserção principal característica desta abordagem que tem em vista a drástica mudança social.

Diante disso, segundo Castellani Filho (2009) a abordagem Crítico-Superadora preconiza a formação do educando com a possibilidade de captar o todo, tendo o discernimento que é um ser historial preparado para intervir na sociedade que se encontra inserido, tendo consciência da sua identidade de classe, tenha a capacidade de criticar o seu contexto, reconhecendo a cultura como formação histórica.

Dessa forma, um dos argumentos básicos da abordagem em questão é de fortalecer nos educandos o conhecimento de classe e a perspicácia de sua função social. Em meio as questões político-ideológicos, a significação da educação é que os indivíduos se tornem ativos no corpo social, através de uma formação crítica no ambiente escolar. Procura desenvolver, nos discentes, uma determinada situação para a sua elaboração de consciência de classe e para o seu envolvimento estudado no combate estruturado pela transformação relevante da sociedade e pelo avanço da supremacia popular. (COLETIVO DE AUTORES, 2012, p.41)

A teoria pedagógica em discussão sugere considerar as normas distintivas da cultura corporal como práticas sociais, realizados pela fazedura (trabalho) humana, objetivando atender certas carências sociais. Dessa maneira, o desempenho corporal, esportivo ou não, que compõe a cultura corporal, são experienciadas – tanto no que apresentam de fazer” corporal e também refletindo a respeito do significado desse mesmo exercer (OLIVEIRA, 1997).

Nesse sentido, a teoria da cultura corporal referida:

[...]Busca desenvolver uma reflexão pedagógica sobre o acervo de formas de representação do mundo que o homem tem produzido no decorrer da história, exteriorizadas pela expressão corporal: jogo, danças, lutas, exercícios ginásticos, esporte, malabarismo, contorcionismo, mímica e outros, que podem ser identificados como formas de representação simbólicas de realidade vividas pelo homem, historicamente criados e culturalmente desenvolvidas (SOARES et al. 1992, p.39).

O ensinamento na abordagem Crítico-Superadora é tido como a sistematização dos processos, com o intuito de disseminar aos alunos o aprendizado assimilado e que necessita ser transmitido a outras gerações. “A compreensão do ensino é feita pela ação do educador que coordena as elucidações pedagógicas a partir do avanço conjunto de uma logicidade, de uma pedagogia e da alegação de um saber científico” (CASTELLANI FILHO et al, 2009 p. 29).

A teoria da cultura corporal, possui algumas especificidades. Para Souza (1987 apud Soares et al., 1992) nessa abordagem essa análise tem de ser diagnóstica, visto que delega a certificação e a leitura do senso do que é real; judicativa, em razão de nítidos princípios a começar por normas morais, direcionada para a importância de uma camada social; e teológica, porque indica um sentido claro de transformação da realidade.

A abordagem em discursão é constituída por um programa de ensino e seus principais elementos. O currículo escolar que se norteia em três eixos, o trato com o conhecimento; organização do conhecimento; o projeto político pedagógico.

De acordo com o Coletivo de Autores (1992, p. 27-28) a base curricular estabelece aquilo que o colégio planeja elucidar aos alunos e até em que ponto a análise pedagógica se efetua. Depois disso, se estipula o panorama curricular, isto significa, o guia de matérias e temáticas que serão ministrados. E qualquer matéria e temática precisa ser tido na escola como um integrante curricular, tendo uma significação pedagógica no momento em que se associa com distintos membros curriculares (português, matemática, história, entre outros).

Para tratar a escolha de conteúdos de acordo com essa teoria pedagógica, levando em conta as capacitações sociocognitivas do aluno, sincronismo nos assuntos, uma relação dialética, onde o educando se aproxima daquilo que o aluno tem interesse em compreender e um elo de integralidade é preciso uma teoria concreta, deixando de lado qualquer praticismo e enfatizando o contexto histórico e social do indivíduo.

Nesse sentido, Saviane (1997) apud Souza et al. (2005) sugere cinco etapas para a assimilação do conhecimento pelo alunato em que:

o processo de conhecimento inicia-se pela prática social (conhecimento caótico do todo), passando pelo momento da problematização (contradições), instrumentalização (apropriação do conhecimento historicamente acumulado), cartese (totalidade-entendimento mais elaborado), chegando à prática social (concreto-pensado). (SOUZA et al, 2005 p. 147).

VOLEIBOL: Contexto Histórico e Ensino Pedagógico

Segundo Ailton Lemos (2004) a modalidade voleibol foi elaborada por um americano, que arquitetou um jogo na qual operariam apenas com as mãos, mas que se fizesse agitado e inovador.

No fim do século XIX, os americanos tinham o costume de jogar certos esportes conforme os períodos do ano. Dessa forma, era corriqueiro no outono atuar no futebol americano, na primavera o beisebol e no inverno, colocar em prática a ginástica (calistenia) em academias trancadas. (BIZZOCHI, 2004)

Marchi Junior (2004), descreve que o vôlei se originou em Massachusetts, nos Estados Unidos da América, em 1895, na localidade de Holyoke, nomeado de Minonette. Seu inventor foi Willian George Morgan, diretor de Educação Física da Associação Cristã de Moço. Foi gerado com o propósito de que afiliados entre 40 e 50 anos desenvolvessem alguma atividade física. Apontando também o improviso de uma prática mais leve, realizada quadra fechada, contudo sem o toque corpóreo do basquete.

De acordo com Marchi Jr (2001), o princípio do esporte foi naturalmente explanado por Morgan da seguinte maneira:

Em 1895 assumi a direção do departamento físico da A. C. M. de Holyoke, Massashusetts, e como o 61 trabalho da classe dos homens de negócios se fazia cada vez mais intenso e exaustivo, senti a necessidade de alguma forma de recreação paraêles. O basquetebol poderia responder plenamente às exigências dos jovens, porém, era necessário algo para os mais idosos, que não fosse tão rude e fatigante. Pensando num jôgo adequado, ocorreume o tênis, mas o tênis requeria raquetas, bolas, rêdes e outros apetrechos, de sorte que foi pôsto de lado, conquanto parecesse aproveitável a idéia de rêde. Elevamo-la a cêrca 1,90 m do solo – justo acima da cabeça dum homem de estatura mediana. Precisévamos de uma bola, e entre as que experimentamos estava a câmara-de-ar de uma bola de cestobol, porém verificamos ser ela muito leve e não tomar velocidade; depois experimentamos uma pelota de basquetebol que se evidenciou demasiadamente pesada e muito grande. Finalmente, concluímos que precisávamos de uma pelota nas condições da atual bola de volibol, que encomendamos a A. G. Spalding & Brothers e verificamos ser satisfatória. Com o tempo, sofreu o jôgo muitas modificações, mas a idéia original da rêde entre os dois quadros opostos ficou de pé. Realizou-se por êsse tempo uma conferência de diretores físicos no Y. M. C. A. College of Springfield, perante a qual fomos convidados a fazer uma exibição do jôgo. Formei dois quadros, compostos cada um de cinco homens, respectivamente capitaneados pelo sr. J. J. Currane e o sr. John Lynch, e fizemos uma exibição no ginásio do colégio, a qual acredito a todos agradou. A seguir submetemos carta branca para alterá-las [as regras] como bem entendesse. Prevendo que essas regras ensejariam a realização de muitas conferências, que se incumbiram de seu aperfeiçoamento, pusemos de lado a regulamentação do jôgo e dedicamo-nos, entrementes, ao treinamento físico. Entre os que auxiliaram materialmente o desenvolvimento do jôgo estavam o dr. Frank Wood e o sr. John Lynch, aos quais muito deve o volibol (MARCHI JR, 2001, p.73).

Marchi Júnior (2001), ao instituir sua avaliação sociológica com relação aos primórdios da modalidade, aponta que “o esporte nasceu respeitando as necessidades de uma elite, qual seja, a elite clubística cristã” (p.74).

Ele ainda assenta que “a burguesia em ascensão americana precisava de uma atividade que diminuísse os homens de negócios” dos contatos mais bruscos e das variações climatológicas da inverno americana.” (Ibid., p.75).

Matthlesen(1994) similarmente averigua o vôlei numa conjuntura relativa a história e sociedade, associando seu curso histórico com os fatos sociais, econômicos e políticos que, desde o começo da sua formação, em 1895, afetaram na sua melhora. Como já mencionado, para esta autora, o voleibol foi originado no meio de um cenário elitista, para a burguesia designado para pessoas de negócios em tempo vago (p.194). O Estados Unidos, começou a difundir o esporte, em 1915, por meio de uma decisão das instituições públicas de educação, que apontou tal modalidade nos pontos de Educação Física nos colégios americanos. (BIZZOCHI, 2004)

No Brasil a chegada do esporte é contestado por alguns autores, relatando datas diferentes para a sua vinda ao país.

Segundo Bizzochi (2004), é questionável o período que o voleibol chegou ao Brasil, em razão de alguns autores, relatarem que foi no Colégio Marista em Pernambuco, na cidade de Recife, em 1915, outro dizem que a modalidade, em 1916, na cidade de São Paulo, no ACM daquele município. De forma mais certa, Matthlesen (1994) diz que o ingresso do vôlei no Brasil, aconteceu por intermédio da Associação Cristã de Moços.

Para o voleibol, o ano de 1984 foi marcado pelo progresso da seleção brasileira masculina, renomada como “Geração de Prata”. A medalha de prata conquistada ainda tem o valor e o reconhecimento de uma glória do esporte nacional. O segundo lugar obtido nas olimpíadas de 1984, em Los Angeles, foi o primeiro saque do vôlei brasileiro rumo a maioria. Naquela ocasião o time norte americano venceu o jogo por três set a zero. Mas, nem essa derrota ofuscou o prestígio da mais emblemática seleção de vôlei de todos os tempos.

Já para Matthlesen (1994), a modalidade esportiva teve um maior conhecimento pelos cidadãos devido os veículos de informações em grande escala. A escritora disserta em relação ao “apoio” da imprensa:

Fatalmente, o que levou a sua perpetuação [do voleibol] na sociedade brasileira, foi a medalha conquistada nas Olimpíadas de Los Angeles em 1984

com a “geração de prata” e a conquista da medalha de ouro em Barcelona, em 1992, com a “geração de ouro” do Voleibol, pois, a partir daí garantiu seu espaço nos noticiários esportivos e jornais, tornando-se orgulho do Esporte nacional devido às posições de destaque nos campeonatos internacionais, dando vários motivos para ser explorado pela mídia. (p. 197)

Portanto, pode-se considerar que o voleibol na década de 1980 recebeu forte apoio à divulgação de informações, considerando que alguns jogos passaram a ser veiculados na TV, e também considerando a criação de uma revista dedicada a esse método - Revista Saque, Revista Saque em seu primeiro livro, ele defendeu essa carreira publicitária da seguinte maneira: “A pesquisa não tem fim. Depois do futebol, o voleibol está na cabeça. Por que não disponibilizar uma revista mensal para os amantes da segunda paixão nacional? E por que não deixar uma revista ser concebida por aqueles que de fato encontra-se com muito prestígio? (MONTANARO et al, 1985 apud MATTHLESEN, 1994, p.197)

Segundo a pesquisa de Pedroso (2012), muitas mudanças ocorreram na estrutura e nas regras do voleibol ao longo da história, mas é importante destacar que as maiores mudanças ocorreram principalmente nas regras. No entanto, nunca ficará desatualizado, pois apenas acompanha as mudanças e necessidades do mundo contemporâneo.

No momento atual, os jogos de voleibol detêm as seguintes características:

O voleibol é um esporte jogado por duas equipes em uma quadra de jogo dividida por uma rede. Há uma série de versões do jogo disponíveis, cada uma delas adaptadas a uma circunstância diferente de forma que o jogo possa se adaptar aos diferentes praticantes. O seu objetivo é enviar a bola, por cima da rede, de forma a fazê-la tocar parte do solo que esteja compreendido dentro da quadra adversária, ao tempo que sua equipe deve impedir o adversário ao mesmo intento. Cada equipe poderá usufruir de até três toques na bola (além do contato com o bloqueio) na tentativa de enviar a bola ao adversário (FIVB, 2016, p. 7).

Pedroso (2012) acredita que o voleibol está em frequente desenvolvimento e, considerando sua estrutura física e econômica, as conquistas do voleibol estão se tornando cada vez mais proeminentes. Muitos times têm recebido grandes patrocínios da empresa, o que permite que os atletas se desenvolvam gradativamente na competição, como é o caso da Seleção Brasileira de Voleibol com múltiplos títulos. Além de que, o voleibol tem adaptabilidade importante, pois leva em consideração diferentes ambientes e diversas

necessidades pessoais, principalmente voleibol, vôlei de praia, vôlei de piscina (Biribol), vôlei paralímpico, posturas em pé e sentado e futvôlei (ARAUJU, 2015).

Na década de 1980, no Brasil, tanto a EFE quanto o voleibol passaram por mudanças importantes. O currículo da EFE passou a ser questionado sobre como desenvolver seu conteúdo (principalmente esportivo) de ensino (DARIDO; SANCHES NETO, 2005)

O vôlei é um dos esportes mais exercidos pelo povo brasileiro em inúmeros locais, dentre eles na escola, proporcionado pela Educação Física escolar (EFE) (MOREIRA et al., 2017).

Segundo Barroso e Darido (2010), o esporte voleibol desenvolvido coletivamente mostra na sua natureza o jogo, aspecto que socioculturalmente encoraja e incentiva as pessoas, se mostrando benéfico para o progresso da sua prática. Nesse sentido, nota-se que o voleibol é uma atuação que pode propiciar a agregação entre os discentes.

Para Pedroso (2012), aplicar o voleibol no procedimento pedagógico no decorrer das aulas de educação física é uma argumentação essencial. Deve-se fixar o coletivo de educandos que será acompanhado e suas características, visto que se faz preciso fortalecer técnicas e estruturas objetivando o alcance de capacidades motoras, ao desenvolvimento da prática física e das valências físicas e, juntamente, com o aporte para o avanço afetivo social e cognitivo.

Clazer e Guaita (2008) sinalizam que a vivência do vôlei no meio escolar tem a intenção de propiciar ao alunato o entendimento e o exercício dessa modalidade, assegurar uma excelente relação social dos indivíduos pelo apreço correspondente e discernir problemas procurando solucionar. Segundo Silva (2014), o colégio é um meio onde ocorre a multiplicidade de vínculo social e, entanto, é o espaço sublime para que o jogo seja efetuado. Nesse âmbito, a diversidade possui notoriedade, já que pessoas de lugares distintos, culturas e ideais estão no mesmo ambiente, sendo uma das aplicações da escola coordenar a sociedade, apoiando a formação global do aluno, introduzindo no espaço da cultura corporal.

Conforme Gonçalves (1997), os jogos de voleibol, em virtude ao movimento corporal, investigam o homem como um todo, o foco não é somente o físico, acentuando suas perspectivas e suas limitações. A cinesia corporal deve ser algo incorporado no desenvolvimento do educando, que carece apreender as variações corporais que acontecem no ato dos movimentos, além de entender as vertentes dos movimentos

produzido. Os sentidos examinados nos jogos necessitam estar respectivos as sensações de entusiasmo, às ânsias, aos receios, às comoções e satisfações, assim como as afeições de amizade e adversidade.

Para Silva (2014), é primordial que a escola, em combinação com o educador, ministre a modalidade esportiva voleibol planejando ao bem-estar, entusiasmo e uma melhor qualidade de vida, e não meramente à disputa e enaltecimento dos triunfantes e ignorando os que não venceram. Mesmo que os educandos não queiram, que só contemplam o esporte como uma atividade competitiva, o educador precisa salientar que o fracasso em um jogo não tem significado o fim, e sim uma ocasião de aprimoramento.

O SAQUE para Wise (2005) é classificado em: curtos (a bola cai antes da linha dos três da quadra), coordenados e flutuantes, e o saque chamado viagem, o jogador faz em suspensão.

Segundo Rocha (2004) o saque por baixo no início do processo de aprendizado do aluno na modalidade é o mais usado, para os alunos que tem mínimas práticas e condições corporais de efetuar um saque vigoroso, com maior probabilidade de acerto. Referente a recepção é um fundamento importante. O propósito do passe é levar a bola de forma precisa até a rede, para que saia um bom levantamento para o ataque. A bola recepcionada de maneira incorreta acaba prejudicando a função do levantador, ocorrendo uma limitação na distribuição do jogo (SCHONDELL,2005).

De acordo com Machado (2006), o ato ou efetuação da recepção é feita de manchete ou de toque. Com o intuito de uma boa execução garantindo uma maior probabilidade de preparar para um bom ataque, com maiores chances de garantir o ponto, dessa forma para ter um bom desempenho, é necessário demarcar a quadra e as atribuições de cada educando.

Segundo Brojikian (2003), a levantada compõe a terceira ação de um jogo, seu foco é fazer chegar até o atacante um ótimo levantamento da bola, contribuindo para um melhor desempenho no ataque pelo atacante.

O ataque é primordial na parte ofensiva de um jogo. Esse fundamento exige uma habilidade motora e demanda uma realização bem difícil. Vai depender de um bom passe e excelente levantamento. Para um eficiente ataque é necessário a movimentação correta e assim finalizando com um bom ataque. (MACHADO, 2006).

O bloqueio em uma partida é tido como um difícil fundamento de desempenhar, mas é considerado de simples execução. O êxito do bloqueio é ser realizado de forma correta para conseguir combater o ataque do outro time (BIZZOCHI, 2004)

A habilidade é imprescindível no momento de defesa, no entanto o entendimento estratégico do jogo, o propósito e a perseverança podem estipular a efetividade nos atos defensáveis (RIZOLA, 2004).

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com esta pesquisa, percebemos um apoio a partir das recomendações metodológicas no processo de aprendizagem dos jovens e ajudá-los a se tornarem pessoas mais críticas. A forma como o aluno aprende uma atividade ou assunto é muito importante, para que ele possa entender a atmosfera em que vive e o que está fazendo. Desta forma, percebe-se na proposta Crítico-Superadora uma possibilidade do ensino do voleibol.

O esporte deve ser estudado não apenas na prática, mas também em seus aspectos históricos e críticos, como um conteúdo didático, com sentido e finalidade e visa cultivar o desenvolvimento humano dos alunos. Ressaltando a importância de trabalhar o esporte na educação física, dando atenção aos outros elementos da cultura física da mesma forma.

Deste modo, os profissionais da área de Educação Física precisam ter um conhecimento mais aprofundado sobre o assunto, pois para entender a importância do ensino nestas faixas etárias dos anos finais do ensino fundamental, necessitamos buscar aperfeiçoamento através do conteúdo voleibol e da interação junto aos jovens.

4. REFERÊNCIAS

- BARROSO, A. L.; DARIDO, S. C. **Voleibol escolar: uma proposta de ensino nas dimensões conceitual, procedimental e atitudinal do conteúdo.** Revista brasileira de Educação Física e Esporte, São Paulo, v. 24, n. 2, p. 179-194, 2010. Doi: <http://dx.doi.org/10.1590/S1807-55092010000200003>.
- BRACHT. **Esporte na escola e esporte de rendimento. Movimento** – Ano VI – Nº 12 - 2000/1.
- BIZZOCCHI, C. **O voleibol de alto nível: da iniciação a competição.** 2ª ed. Barueri, SP: Manole, 2004.
- CASTELLANI FILHO, L. et al. **Metodologia do ensino de Educação Física.** São Paulo: Cortez 2009.
- CLAZER, P. C. S.; GUAITA, N. R. **O voleibol nas aulas de educação física: um estudo para o Programa de desenvolvimento educacional – PDE.** [2008?]. Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/1123-4.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2019.
- COLETIVO DE AUTORES. **Metodologia do ensino de educação física.** São Paulo: Cortez, 1992.
- DARIDO, S. C.; SANCHES NETO, L. **O contexto da Educação Física na escola.** In: DARIDO, S. C.; RANGEL, I. C. A. (Ed.). **Educação Física na escola: implicações para a prática pedagógica.** Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005. p. 293.
- ESCOBAR, Micheli Ortega. **Cultura corporal na escola: tarefas da Educação Física.** Motrivivência. n.8, v.1, p.91-102, 1995
- FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DE VOLEIBOL (FIVB). **Regras oficiais de voleibol 2017-2020.** Aprovadas pelo 35º Congresso da FIVB de 2016. Disponível em: <http://2018.cbv.com.br/pdf/regulamento/quadra/REGRAS-DE-QUADRA-2017-2020.pdf>. Acesso em: 01 maio 2021.
- GONÇALVES, M. A. S. **Sentir, pensar, agir: corporeidade e educação.** 2. ed. Campinas, SP: Papirus, 1997. 30
- LEMOS, Ailton de Souza. **Voleibol Escolar** / Ailton de Souza Lemos. – Rio de Janeiro: 2ª edição: Sprint, 2004.
- MACHADO, A. A. **Fundamentos Básico do Voleibol.** 2006.
- MARCHI JÚNIOR, W. **“Sacando” o voleibol: do amadorismo à espetacularização da modalidade no Brasil (1970-2000).** Campinas: 2001. 267 f. Tese (Doutorado em Educação Física) – Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas.
- MARCHI JÚNIOR, Wanderley. **"Sacando" o voleibol.** São Paulo: Hucitec, 2004. 239 p. (Paidéia (Hucitec); 11)
- MATTHLESEN, S. Q. **Um estudo sobre o voleibol: em busca de elementos para sua compreensão.** Revista Brasileira de Ciências do Esporte, Florianópolis: CBCE, vol. 15, nº 2, p.194-199, 1994.

MENEGARO, Flávia Regina. **O voleibol em uma concepção crítico superadora no ensino médio**. 2012. Trabalho de conclusão de curso (graduação) - educação física UNESC, Criciúma, 2012.

MOREIRA, T. S.; MEZZADRI, F. M.; SOUZA, D. L.; SILVA, M. M. **O perfil da produção científica em língua portuguesa sobre o voleibol**. Motrivivência, v. 29, n. 51, p. 119-135, 2017.

OLIVEIRA, A. A. B. de. **Metodologias emergentes no ensino da educação física**. Revista de Educação Física/UEM, v. 8, n. 1, p. 21-27, 1997.

PEDROSO, E. P. S. **A prática pedagógica do voleibol nas aulas de educação física: estudo de caso da escola estadual reisalina ferreira tomaz**. 44 f. 2012. Monografia (Licenciatura em Educação Física) – Universidade de Brasília, Polo Unifap, Macapá, 2012.

RIZOLA Neto, A. **Uma proposta de preparação para equipes jovens de voleibol feminino**. Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação Física, Campinas, SP, 2004.

SHONDELL, S. Recebendo Saques. In: Shondell D. & Reynaud, C. **A bíblia do treinador de voleibol**. Trad. Silvia Zanette Guimarães. Porto Alegre: Artmed, 2005.

SILVA, J. A. **A prática de voleibol na escola: investigação sobre a relação ensino aprendizagem das habilidades básicas do voleibol**. 54 f. 2014. Monografia (Licenciatura em Educação Física) – Universidade de Brasília, Polo Duas Estradas-PB, Duas Estradas-PB, 2014.

SOARES, C. L.; TAFFAREL, C. N. Z.; VARGAL, E.; FILHO, L. C.; ESCOBAR, M. O.; BRACHT, V. **Metodologia do ensino de educação física**. São Paulo: Cortez, 1992.

SOUZA, Maristela da Silva et al. **Prática Pedagógica em Educação Física: a importância do pressuposto epistemológico no processo de ensino**. Motrivivência, Florianópolis, v. 24, p. 139-150, 2005.

WISE, M. Saque. In: Shondell D. & Reynaud, C. **A bíblia do treinador de voleibol**. Trad. Silvia Zanette Guimarães. Porto Alegre: Artmed, 2005.



Capítulo 2

A DANÇA FOLCLÓRICA DO SIRIÁ NA PERSPECTIVA CRÍTICO-SUPERADORA EM UM CONTEXTO ESCOLAR

DOI: 10.29327/545908.1-2

Raquel Eduarda Lopes Braga
Francisco Elton Barbosa e Silva Júnior
Pablo Souza da Silva
Maria Goretti Sousa Lameira

A DANÇA FOLCLÓRICA DO SIRIÁ NA PERSPECTIVA CRÍTICO-SUPERADORA EM UM CONTEXTO ESCOLAR: uma revisão de literatura.

Raquel Eduarda Lopes Braga

Francisco Elton Barbosa e Silva Júnior

Pablo Souza da Silva

Maria Goretti Sousa Lameira

RESUMO

Sugerindo como resgate da cultura regional paraense, o estudo procurou primeiramente, fazer uma breve discussão sobre a dança folclórica no contexto escolar, em seguida fazer um apanhado histórico cultural sobre a dança do Siriá e posteriormente destacar alguns aspectos da abordagem crítico-superadora. Partindo de um estudo bibliográfico coletado em livros acadêmicos, artigos científicos e blogs verificados. O objetivo primordial foi expor a dança regional exclusivamente a dança do Siriá e seus benefícios diversos como complemento na Educação Física Escolar.

Palavras Chaves: Dança do Siriá. Abordagem Crítico Superadora. Educação Física.

1. INTRODUÇÃO

A educação física na sua história foi descrita de diferentes formas de acordo com variadas abordagens e linhas de pensamento filosóficos, a visão sobre a educação física neste trabalho segue sob a perspectiva da obra Coletivo de autores de (1992) que considera a educação física uma prática pedagógica que, no âmbito escolar, tematiza formas de atividades expressivas corporais como: jogo, esporte, dança, ginástica, formas estas que configuram uma área de conhecimento que podemos chamar de cultura corporal (SOARES et.al, 1992, p.33).

Para entender a inserção da dança na educação física escolar um breve histórico sobre a educação física é indispensável, o cenário político social está ligado com a construção dos modelos que foram implementados na escola de acordo com os interesses políticos de cada época.

No início do século XIX durante a construção da sociedade capitalista os exercícios físicos na Europa passaram a ter protagonismo, Soares et.al (1992) consideram este período um marco na história da Educação Física que considerava esta essencial para o cuidado com o corpo, tornando a educação física escolar importante instrumento

gerador de saúde, exercícios físicos culturais também foram implementados nos sistemas de ensino da sociedade burguesa em forma de dança e jogos.

A educação física escolar no Brasil se espelhou inicialmente nos modelos criados na Europa no início do sec. XX de acordo com Soares et.al (1992) as atividades se baseavam somente na prática instruída por militares, causando a ausência de um corpo científico, em 1939 surgiu a primeira escola civil de formação de professores de Educação Física.

Novas relações entre professor e aluno foram estabelecidas no pós segunda guerra, no Brasil acontecia o fim da ditadura militar, neste período segundo Soares et.al (1992) a educação física escolar baseava-se no desempenho desportivo do professor e aluno tornando a relação professor treinador e aluno atleta.

Se destacaram na dec. De 70 e 80 movimentos renovadores como a psicomotricidade de Jean Le Boulch (1978) que se baseia no exercício físico para o desenvolver a motricidade e o movimento humanista que centralizava o ser humano e era fundamentada em princípios filosóficos, ligado a este movimento surge o movimento esporte para todos caracterizado como alternativo aos esportes de rendimento (Soares et.al, 1992).

Para Saviane (1987) os movimentos renovadores instrumentizam a prática do movimento humano e coloca em segundo plano a transmissão do conhecimento, pois, a ausência da visão histórico-social no ensino torna esta concepção idealista.

Surgiram diversas abordagens com o objetivo de renovar o ensino da educação física para além do método tradicional esportista como as abordagens: Psicomotricidade, Cultural, Desenvolvimentista, Construtivista, Crítico - Superadora, Sistêmica, Crítico - Emancipatória, Saúde Renovada e outras aponta Darido e Rangel (2005).

A princípio a metodologia crítico-superadora que trata da cultura corporal, estrutura a proposta deste documento que tratará a dança, mais especificamente a dança na escola, podendo ser trabalhada em todos os ciclos escolares.

A dança existe desde os tempos remotos, está na história das civilizações sendo modificada por cada geração, é um meio de expressão de sentimentos gerados através de movimentos variados regido pela criatividade, crenças ou emoções do ser humano, a dança permite uma infinidade de combinações de gestos que representam o cotidiano, retratando cenicamente o momento histórico que um povo vive.

A cultura corporal engloba a dança que está incluída nas atividades essenciais na área da Educação Física no âmbito educacional, para Carbonera e Carbonera (2008) a criança no meio educacional deve ter a oportunidade de contato com as práticas motoras na escola, pois elas são essenciais no desenvolvimento da criança.

Para o Coletivo de Autores a dança é considerada uma expressão representativa de diversos aspectos na vida do homem. Pode ser considerada como linguagem social que permite a transmissão de sentimentos, emoções da afetividade vivida nas esferas da religiosidade, do trabalho, dos costumes, hábitos, da saúde, da guerra, etc. (SOARES et.al, 1992, p.82).

O ensino da dança na escola não objetiva tornar o estudante dançarino ou um folclorista mas que ele tenha contato com as diversas manifestações culturais presentes no país permitindo que o estudante conheça, aprecie e identifique o folclore de cada estado (DINIZ, 2015).

A sociedade prioriza o homem consumidor independente da sua classe social, os meios multimidiáticos em geral vem extinguindo gradativamente as danças folclóricas e seu sentido artístico, perdendo lugar para as danças estabelecidas pelas mídias que surgem e são substituídas em um período curto de tempo, difere-se da dança folclórica no significado e criação enquanto as danças da “moda” vem e vão com rapidez a dança folclórica é ligada intimamente com a história de determinada comunidade, do coletivo (VIERIA, 2014).

Neste período de intensa globalização onde a dança é utilizada no mercado como um produto e as danças culturais ligadas a raiz de um local, a cultura de um povo é deixada à margem dentro desse processo de globalização, conseqüentemente uma das possibilidades do contato da criança e do adolescente com estes elementos folclóricos é por meio da educação escolar mais precisamente dentro da educação física.

A importância do estudo da dança folclórica, especificamente a dança folclórica do Siriá é tentar manter viva e ativa a nossa cultura, nossa história, nossas experiências que podem ser perpassadas para as gerações mais novas que não conhecem as danças folclóricas e o seu valor cultural.

Portanto, o resgate das origens culturais proposta pelo Coletivo de Autores (1992), onde a dança seja de origem indígena, europeia ou negra, quando trabalhada na escola, contribui para a formação de estudantes conscientes dentro do meio sociocultural, podemos apresentar como problema: é possível tratar a dança folclórica do siriá na

perspectiva pedagógica da abordagem crítico-superadora dentro da escola?

Acerca dessa indagação o objetivo geral desta pesquisa é investigar os conceitos da dança folclórica na escola, dança do siriá e suas habilidades expressivas nas aulas de educação física, aproximando seu ensino dos fundamentos presentes na obra Coletivo de Autores (1992).

Como objetivos específicos, consideramos conhecer a história da dança do siriá, de acordo com o contexto político cultural em que se deu seu surgimento, compreender a organização pedagógica proposta para o ensino da dança presente no Coletivo de Autores (1992) e aproximar a dança em estudo na educação física escolar sob a visão da abordagem crítico-superadora.

2. DESENVOLVIMENTO

A DANÇA FOLCLÓRICA NA EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR

Uma forma de representar a cultura regional segundo Felicitas (1988) é através do seu folclore que retrata a vida de um povo, suas características e significados, é possível conhecer outras culturas de diversas regiões e agrega-las utilizando a dança, opulentando a própria cultura.

Portanto quando se trabalha a dança folclórica na escola dentro da educação física, os alunos entram em contato com a diversidade da cultura regional e história da população local, estas vivências e experiências se tornam fundamentais para a construção da autonomia e motricidade dos alunos.

A dança na educação física escolar, permite aos alunos perceber as influências que a diversidade cultural tem no cotidiano, contribuindo para o reconhecimento das diferenças existentes na sociedade. Segundo Santos (2012) o ensino das danças populares proporciona aos estudantes formação e transformação verbal e corporal, contribui no processo criativo e constrói uma relação professor-aluno co participativa.

No ambiente escolar, a dança enquanto prática pedagógica proporciona oportunidades de desenvolvimento de diversas áreas do corpo humano, na qual através das variações e dificuldades encontradas, o professor deve auxiliar no desenvolvimento de estruturas corporais mais complexas (VERDERI, 2009).

Ademais, as danças folclóricas são essenciais para a construção e desenvolvimento do ser humano, visto que a partir dela são proporcionados diversos benefícios para o progresso do aluno em muitos aspectos. Sendo assim, pode-se perceber

que a experiência e compreensão sobre as danças por parte dos estudantes necessitaria estar incluída no ambiente escolar (PEREIRA, 2009).

É importante os alunos terem contato com a cultura local dentro da escola, pois o crescimento tecnológico tem distanciado as pessoas das tradições populares, que acabam caindo no esquecimento por falta de visibilidade.

A obra “Metodologia do Ensino da Educação Física” propõe ciclos de aprendizado Soares, et.al (1992) organiza os ciclos e seus respectivos objetivos como: 1º Ciclo: pré escola a 3º série – organizar e identificar os dados da realidade. 2º Ciclo: 4º a 6º série – iniciar a sistematização do conhecimento. 3º Ciclo: 7º a 8º série – aplicar a sistematização do conhecimento e por fim o ciclo 4º Ciclo: Ensino Médio – aprofundar nos conhecimentos sistematizados.

Na abordagem crítico-superadora os conteúdos estão interligados a práticas sociais, para Ferigatto (2015) os conteúdos jogos, ginástica, dança e esporte que incorporam os ciclos escolares, são os enfoques na integração da cultura corporal e sociedade, estes conteúdos tendem a estar alinhados com a fase escolar da turma.

A DANÇA FOLCLÓRICA DO SIRIÁ

A Carta do Folclore Brasileiro (1995) conceitua folclore como:

O conjunto das criações culturais de uma comunidade, baseado nas suas tradições expressas individual ou coletivamente, representativo de sua identidade social. Constituem-se fatores de identificação da manifestação folclórica: aceitação coletiva, tradicionalidade, dinamicidade, funcionalidade. (COMISSÃO NACIONAL DO FOLCLORE, 1995, [s.n])

A dança folclórica do Siriá faz parte da cultura paraense, passada de geração em geração advinda do município de Cametá, segundo Miranda (2005) Cametá foi fundada em 1637 a cidade tem sua origem na aldeia indígena Camutá-Tapera, dos índios Camutá, e em 1930 foi incluída no quadro administrativo político do Estado. As danças folclóricas abrangem as crenças, as práticas, os rituais e os costumes que são tradicionais de um povo ou de uma cultura (NANNI, 2008).

De acordo com História (2014) Joaquim Maria Dias de Castro conhecido artisticamente como Mestre Cupijó, em entrevista diz que o estilo e dança do Siriá nasceu do samba de cacete, pois o samba de cacete se originou nos quilombos onde índios e negros formavam grupos que integravam a música e dança das suas raízes, Mestre Cupijó é responsável pela divulgação do Siriá de Cametá para o mundo, foi maestro da banda

Euterpe Cametaense fundada em 1874 tornando-se a primeira banda paraense e a única que tocou nas comemorações abolicionistas em 1988.

Segundo Pará (2006) diz a lenda que em uma tarde, misteriosamente surgiram muitos siris na beira da praia, que saciaram a fome dos escravos que trabalhavam muito e não tinham com o que se alimentar, para homenagear este acontecimento que se repetia com frequência, em agradecimento os escravos criaram a dança denominada Siriá, que significa Sirial, se trata de uma extenso aglomerado de Siris, assim como os escravos denominavam Café de Cafezá (Cafezal).

A dança do Siriá para Pará (2006), se diferencia no seu ritmo, vestimenta e coreografia. Instrumentalmente a música inicia-se com um ritmo lento que vai se tornando cada vez mais rápido ao decorrer da letra da canção, criando um efeito ofegante e crescente, os instrumentos utilizados são tambores de percussão aguda e grave, nesta características nota-se a influência dos povos afrodescendentes e indígenas, outros instrumentos são usados para o arranjo musical como flauta, banjo, reco-reco e outros, atualmente há a inserção de instrumentos metálicos de sopro como trompetes e saxofones.

A dança do Siriá é praticada tradicionalmente por mulheres e homens que formam casais mas pode ser solo também, os movimentos expressam colheita onde os corpos geralmente se curvam como se estivessem “apanhando” algo do chão, como diz a lenda colheita de siris, os movimentos se baseiam também nas danças indígenas. Os trajés utilizados nesta dança folclórica pelas mulheres, são saias coloridas, muitas vezes floridas, acessórios na cabeça, pulsos e pescoço, os homens vestem-se com um estilo ribeirinho calça com as barras dobradas, camisa com as pontas amarradas e chapéu de palha ornamentado com flores (Pará, 2006).

3. METODOLOGIA

TIPO DE ESTUDO

Os procedimentos desta pesquisa não utilizaram da experimentação prática apesar de ter como foco a Educação Física Escolar, esta pesquisa se trata de uma exploração bibliográfica didático-metodológica, que teve como fonte principal a obra Metodologia do Ensino da Educação Física (1992). Segundo Minayo (2004, p. 16), “Entendemos por metodologia o caminho do pensamento e a prática exercida na abordagem da realidade”.

De acordo com Oliveira (2007) na pesquisa bibliográfica ocorre análise de

documentos científicos tais como livros, periódicos, enciclopédias, ensaios críticos, dicionários e artigos científicos, que tratem do tema em estudo. Marconi e Lakatos (2009) afirmam que os meios de comunicação também podem ser utilizados como fontes bibliográficas, tais como vídeos.

Para esta perspectiva, o objeto de estudo aqui analisado foi uma manifestação cultural, a dança, mais especificamente a dança folclórica do siriá. Foram utilizadas fontes de pesquisa como: sítios, artigos, monografias e vídeos, para conceituar dança, dança folclórica, dança na escola, dança do siriá e a abordagem crítico-superadora.

O método estudado foi desenvolvido pelo Coletivo de Autores de 1992, se tratando de uma pesquisa histórico-cultural, propõe o resgate da tradição cultural à luz da abordagem crítico-superadora.

Como aponta Rigotti (2018) a abordagem crítico-superadora tem como base questões voltadas às causas e injustiças sociais e cujos pilares estão centrados em possibilitar a construção de um sujeito autônomo, pensante, atuante e transformador da realidade que o cerca.

UMA BREVE SÍNTESE DA TEORIA PEDAGÓGICA CRÍTICO-SUPERADORA

A metodologia crítico-superadora está entre as propostas metodológicas para a Educação Física, segundo Rodrigues et al. (2016) esta metodologia se baseia na Concepção Materialista e Dialética desenvolvida por Karl Marx¹, tem influência da “Pedagogia Histórico-Crítica” de Saviani, “Psicologia Histórico-Cultural” de Leontiev e da “Crítica da Organização do Trabalho Pedagógico e da Didática” de Freitas.

A sistematização da abordagem crítico-superadora está organizada em seis capítulos na obra Metodologia do Ensino da Educação Física, elaborada na década de 90 pelo Coletivo de Autores: Carmen Lúcia Soares, Celi Nelza Zulke Taffarel, Maria Elizabeth Medicis Pinto Varjal, Lino Castelani Filho, Micheli Ortega Escobar e Valter Bracht. A obra foi em 1992 direcionada à formação de professores da educação básica, pela Coleção O Magistério coordenada por Selma Garrido e José Carlos Libânio.

No contexto político nacional sob a crítica da militarização, higienismo, eugenismo e da esportivização nas aulas de Educação Física, a obra Metodologia do

¹ A concepção marxista é uma ciência à qual o pensador alemão Karl Marx deu o nome de materialismo histórico e cujo objeto são as transformações econômicas e sociais, determinadas pela evolução dos meios de produção. Marx constrói uma dialética (do grego dois logos) materialista, em oposição à dialética idealista hegeliana. O materialismo dialético pode ser definido como a filosofia do materialismo histórico, ou o corpo teórico que pensa a ciência da história. (Alves, 2010, pág.1).

Ensino da Educação Física (1992) surgiu do acúmulo de materiais pedagógicos, juntamente com as experiências que cada um dos seis professores tinham no âmbito da administração pública ou das práticas pedagógicas na Pós-Graduação (RODRIGUES et al. 2016, pág.7).

A Metodologia Crítico-Superadora por ser baseada na concepção Materialista e Dialética da História tem sua reflexão pedagógica diagnóstica (gnosologia), judicativa (axiologia) e teleológica (ação). Segundo Soares et. al (1992) Diagnóstica por fazer uma leitura dos dados da realidade, Judicativa por julgar os valores considerando a classe social do sujeito, e Teleológica por determinar uma ação depois de julgar e diagnosticar uma dada realidade.

De acordo com Saviani (2008) a abordagem crítico-superadora segue a direção da transformação social que através das práticas educativas busca diminuir as desigualdades, neste contexto esta abordagem ligada à pedagogia histórico-crítica, procura superar os limites existentes na educação por meio da formulação metodológica e prática do sistema de ensino, priorizando a relação professor-aluno dentro das escolas.

O termo “superadora” para Escobar (1995) vem da crítica ao sistema educacional da época (dec.70 e 80). Este termo refere-se a presença de uma base social e histórica, que busca construir novas qualidades no desenvolvimento prático do professor.

Em relação à seleção dos conteúdos da cultura corporal (dança, esporte, lutas, jogos, ginástica, capoeira) para as aulas de educação física, Hermida et. al (2010) destaca que a abordagem crítico-superadora propõe a consideração da relevância social, sua contemporaneidade, suas adequações às características sócio-cognitivas dos alunos e que os conteúdos selecionados propiciem aos alunos a leitura da realidade do ponto de vista da classe trabalhadora.

A dança tem o poder de contribuir na área da Educação Física na medida que, através da experiência artística e da apreciação, é estimulado nos indivíduos o exercício da imaginação e criação, despertando a consciência corporal, social e estética. Um conjunto de atitudes mais equilibradas diante do mundo. (BARRETO, 2008).

PROPOSTA DANÇA DO SIRIÁ NA ESCOLA

As aulas foram planejadas baseadas no desenvolvimento técnico e conteúdo expressivo que a abordagem crítico-superadora sugere no ensino da Dança mais

especificamente a tematização da dança regional em cada ciclo de escolarização.

A aula foi organizada em ciclos de escolarização com a temática “Dança Folclórica: Siríá” contendo metodologia, objetivos e avaliação, como mostra o quadro abaixo:

Ciclo de Escolarização	Conteúdo	Metodologia/ Estratégia	Objetivos	Avaliação
1º Ciclo – Educação Infantil (1ª a 4ª ano do Ensino Fundamental)	Dança Folclórica: Siríá	Concepção da Abordagem Crítico-Superadora. Utilizar a dança livre e verbalizar as observações da música interpretada.	Verbalizar a música interpretada. Identificar as respostas dadas ao Estímulo musical trabalhar a criatividade e imaginação.	Participação dos Alunos.
2º Ciclo – (5ª a 7ª ano do Ensino Fundamental)	Dança Folclórica: Siríá	Concepção da Abordagem Crítico-Superadora. Interpretar na dança/música o Ritmo e Espaço, trabalhar a expressão corporal.	Estimular a identificação do ritmo e espaço: trajetos, orientação e direção.	Apresentação da produção/criação para a escola e comunidade, bem como a avaliação participativa da produção individual/coletiva.
3º Ciclo – (8ª a 9ª ano do Ensino Fundamental)	Dança Folclórica: Siríá	Concepção da Abordagem Crítico-Superadora. Apresentar a história e relacionar com a dança, utilizar mímicas criadas pelos alunos ou não.	Promover a compreensão da corporeidade como suporte da expressão/comunicação.	Participação dos Alunos
4º Ciclo – (1ª a 3ª ano do Ensino Médio)	Dança Folclórica: Siríá	Concepção da Abordagem Crítico-Superadora. Aprofundar o conhecimento histórico/técnico/artístico da dança através de pesquisa.	Estimular o aperfeiçoamento dos conhecimentos/habilidades da dança para utilizá-los como meio de comunicação/informação.	Participação dos Alunos e Apresentação dos dados assimilados.

Fonte: Adaptado de Soares et al (1992).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste estudo bibliográfico foi possível observar que a abordagem crítico-

superadora propõe uma metodologia didática empenhada em trabalhar a cultura corporal de movimento e estimular a participação dos estudantes. Diante de um cenário cada vez mais tecnológico, fora da escola o estudante não tem a oportunidade do contato com a dança regional sua simbologia, história e expressão.

Conclui-se que este estudo mostra a dança folclórica do Siriá no ensino da Educação Física utilizando a abordagem crítico-superadora, na tarefa de contribuir na formação consciente dos estudantes dentro da realidade que o cerca, resgatando através do ensino da dança a manifestação da criação, da consciência corporal e da experiência sociocultural.

5. REFERÊNCIAS

- ALVES, Alvaro. **O método materialista histórico dialético: alguns apontamentos sobre a subjetividade**. Revista de Psicologia da UNESP, SP, p. 1-13, 10 mar. 2010. Disponível em: <https://seer.assis.unesp.br/index.php/psicologia/article/download/422/400>. Acesso em: 15 ago. 2021.
- BARRETO, Debora et al. **Dança... ensino, sentidos e possibilidades na escola**. 3. ed. São Paulo: Autores Associados, 2008.
- CARBONERA, Daniele. CARBONERA, Sergio Antonio. **A importância da dança no contexto escolar**. Monografia (Especialização) –Curso de Pós Graduação em Educação Física escolar, Faculdade Iguacu, Cascavel, 2008.
- COLETIVO DE AUTORES. **Metodologia do ensino de educação física**. São Paulo: Cortez, 1992.
- COMISSÃO NACIONAL DO FOLCLORE. 1995. **Carta do Folclore Brasileiro**. Salvador: CNF.
- DARIDO, S. C.; RANGEL, I. C. A. Educação Física na escola: implicações para a prática pedagógica. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005.
- DINIZ, I. K. S.; DARIDO, S. C. . **Blog educacional e o ensino das danças folclóricas nas aulas de Educação Física: aproximações a partir do currículo do estado de São Paulo**. Movimento (Porto Alegre. Online), v. 21, p. 701-716, 2015.
- ESCOBAR, M. O. **Cultura Corporal na escola: tarefas da Educação Física**. Motrivivência, Florianópolis, ano VII, n. 08, Dezembro, 1995.
- FELÍCITAS. Dança do Brasil: indígenas e folclóricas. 2 ed. Rio de Janeiro: Tecnoprint, 1988.
- GARCIA, Ângela. HAAS, Aline Nogueira. **Ritmo e Dança**. Canoas: Ulbra, 2003.

HERMIDA, Jorge *et al.* **A EDUCAÇÃO FÍSICA CRÍTICO-SUPERADORA NO CONTEXTO DAS PEDAGOGIAS CRÍTICAS NO BRASIL.** Anais do V Colóquio de Epistemologia da Educação Física, Maceió-AL, p. 1-10, 17 ago. 2010. Disponível em: http://congressos.cbce.org.br/index.php/cepistef/v_cepistef/paper/view/2672. Acesso em: 17 ago. 2021.

HISTORIA e Cultura de Cametá Pará. 2014. Disponível em: <https://josemalcher.net/assuntos-diversos/historia-e-cultura-de-cameta-para/>. Acesso em: 2 abr. 2020.

MATOS, Adelermo. **Música na Mata.** Prefeitura de Belém. 2001.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos em metodologia científica.** 6. ed. 7. reimpr. São Paulo, Atlas, 2009.

MINAYO, M. C. de S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde.** 8. ed. São Paulo: Hucitec-Abrasco, 2004.

MIRANDA, Elis. **Cametá: marcas da presença portuguesa na Amazônia.** I Simpósio Luso Brasileiro de Cartografia Histórica, Rio de Janeiro, 2005.

NANNI, D. **Dança – Educação: Pré Escola à Universidade.** 5.ed. Rio de Janeiro: Sprint, 2008.

OLIVEIRA, M. M. **Como fazer pesquisa qualitativa.** Petrópolis: Vozes, 2007.

PARÁ Cultura Fauna e Flora. 2006. **Dança do Siriá.** Disponível em: <http://www.cdpara.pa.gov.br/siria.php>. Acesso em: 2 abr. 2020.

PEREIRA, Jacqueline da Silva Nunes. **Cultura popular brasileira: dança folclórica, o processo de ensino-aprendizagem por meio da tecnologia multimídia.** In: IX CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. III Encontro Sul Brasileiro de Psicopedagogia. PUCPR, 2009.

RIGOTTI, Ubirajara Luis. **O voleibol em uma proposição didático-pedagógica histórico-cultural e crítico-superadora.** 2018.

RODRIGUES, Roseane *et al.* **A PEDAGOGIA HISTÓRICO-CRÍTICA, A METODOLOGIA CRÍTICO-SUPERADORA E A FORMAÇÃO HUMANA.** XIV Congresso Internacional de Tecnologia na Educação, Recife, p. 1-13, 5 set. 2016. Disponível em: <http://www.pe.senac.br/congresso/anais/2016/pdf/poster/007.pdf>. Acesso em: 12 ago. 2021.

SANTOS, Neusa Romualdo dos. **A Dança e suas contribuições no processo de ensino aprendizagem na educação infantil.** Colider. 2012.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia.** São Paulo, Cortez/Autores Associados, 1987.

_____. **Pedagogia Histórico-Crítica: Primeiras Aproximações**. 10. Ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2008.

SOARES et al. **Metodologia do ensino de educação física**. São Paulo: Cortez, 1992.

VERDERI, Érica. **Dança na escola: uma abordagem pedagógica**. São Paulo: Phorte, 2009.

VIEIRA, Martha Bezerra. **As danças folclóricas no Brasil: diante do contexto da Educação Física Escolar**. EFDeportes, Buenos Aires, v.18, n.189, fev./2014.

AUTORES:

RAQUEL EDUARDA LOPES BRAGA: Discente na Universidade do Estado do Pará. raquel.braga@aluno.uepa.br

FRANCISCO ELTON BARBOSA E SILVA JÚNIOR: Discente na Universidade do Estado do Pará.

PABLO SOUZA DA SILVA: Docente no Colégio Militar Rio Tocantins (SEDUC). pablosouzads@gmail.com

MARIA GORETTI SOUSA LAMEIRA: Docente na Universidade do Estado do Pará. gorettilameira@yahoo.com.br



Capítulo 3

UMA ANÁLISE DAS PRODUÇÕES CIENTÍFICAS SOBRE LAZER E SAÚDE MENTAL

DOI: 10.29327/545908.1-3

Héilton Brendo De Oliveira Marques
Jéssica Nogueira Pinto
Rilary de Fátima Rodrigues Barroso
José Benedito dos Santos Batista Neto

UMA ANÁLISE DAS PRODUÇÕES CIENTÍFICAS SOBRE LAZER E SAÚDE MENTAL

Héilton Brendo De Oliveira Marques

Jéssica Nogueira Pinto

Rilary de Fátima Rodrigues Barroso

José Benedito dos Santos Batista Neto

RESUMO

O presente estudo tem por objetivo analisar as pesquisas que abordam sobre os impactos das atividades de lazer para pessoas em sofrimento psíquico. Trata-se de um estudo do tipo revisão de literatura de cunho qualitativo, realizado a partir dos seguintes descritores: Lazer, saúde mental, atividade física. As pesquisas foram realizadas através das bases de dados: Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), Google Acadêmico e Scielo. Constatou-se que a prática do lazer é importante para a qualidade de vida do cidadão, podendo então atuar como facilitador das relações interpessoais, auxiliar na efetiva busca da sensação de bem-estar almejada pelas pessoas nas diferentes relações do seu cotidiano e, além disso, ser um fator determinante para a proteção da saúde mental. Palavras Chaves: Lazer. Saúde mental. Atividade Física.

1. INTRODUÇÃO

De certo modo, toda e qualquer pesquisa associada a temática de saúde mental está diretamente relacionada ao período histórico da Reforma Psiquiátrica no Brasil. Com a instauração do movimento reformista no Brasil houveram mudanças significativas no modelo assistencial centralizado no parâmetro hospitalar da saúde mental, as quais ocasionaram na substituição do modelo hospitalocêntrico para um modelo mais reconfigurado, comunitário e humanizado, proporcionando tratamentos mais seguros e menos invasivos (OLIVEIRA; SOUSA, 2020).

Sendo assim, a partir das políticas públicas foi possível configurar, estrategicamente, a expansão de assistência extra-hospitalar voltados para os pacientes que possuem doenças mentais, dentre os quais o mais reconhecido é o Centro de Atenção Psicossocial (CAPS). Tais serviços eram vistos como alternativas de atendimento em saúde mental, causas decorrentes de condições sociais, acometendo pessoas que possui mais vulnerabilidade. Que objetiva por um tratamento no qual ajuda na recuperação, que não isola os pacientes da comunidade, assim fazendo a ressocialização do indivíduo com sofrimento psíquico (OLIVEIRA; SOUSA, 2020).

Os profissionais que trabalham no CAPS desenvolvem atividades bastantes variadas, esses atendimentos podem ser em grupos ou individualmente, atividades físicas, arteterapia, atividades-lúdicas, oficinas terapêuticas e de criação, além de medicação, a qual anteriormente era vista como principal recurso terapêutico. Por sua vez, os usuários possuem o livre acesso aos serviços, usufruindo deles quando necessário (MIELKE et al., 2007).

Haja vista que o estudo se trata do impacto do lazer na melhoria da saúde mental de indivíduos, cabe então ressaltarmos sobre a prática de atividades de lazer e seus benefícios. É perceptível que essa área possui papel fundamental na vida do cidadão, a qual pode desenvolver uma melhor qualidade de vida e bem-estar de seu praticante.

O debate acerca da prática do lazer e sua importância está cada vez mais presente na sociedade nas últimas décadas. No campo social, a ênfase do lazer como coeficiente de promoção e instrumento de ligação a melhoria da qualidade de vida urbana vem indicando uma evolução do entendimento sobre a associação do lazer com a saúde do público (MARCELLINO, 2007).

A Carta (2002) ressalta que a prática do lazer auxilia na melhoria da saúde e no bem-estar em geral, além de destacar que o indivíduo alcança sua total potencialidade ao se envolver em condições determinantes e fatores condicionantes de lazer. O lazer é incluído nos direitos básicos e não deve ser extraído do cidadão, assim como a proteção, condições de moradia, alimentação, renda, acesso a educação e a justiça social; tal prática é vista, ou deveria, ser como um fator determinante na melhoria da qualidade de vida.

O lazer corresponde a realização de atividades prazerosas durante o tempo livre, as quais são direcionadas, na maioria das vezes, ao relaxamento, convívio social, entretenimento, ludicidade e sejam capazes de promover uma sensação de bem-estar ao indivíduo (GODTSFRIEDT, 2010).

Por sua vez, Gomes (2004) ressalta que o lazer se caracteriza como uma extensão da cultura, a qual é constituída por experiências lúdicas das expressões culturais no ambiente ao qual o indivíduo está inserido, assegurando conexões dialéticas com as obrigações impostas na sociedade, exercendo direitos e cumprindo com os deveres – principalmente com o trabalho produtivo (GOMES, 2004).

As temáticas que nortearam o estudo abrangem questões sobre como as atividades de lazer são realizadas entre os usuários do CAPS, os tipos de síndromes atendidas pelo

CAPS de Tucuruí, os tipos de lazer que afetam diretamente a saúde mental e de como ocorre do funcionamento do CAPS.

Sendo assim, o incentivo pela escolha desse assunto origina-se da importância acerca de melhor entender essa ligação, e assim traçar métodos de utilizar as atividades de lazer como recurso de busca na melhorar da qualidade de vida, do bem-estar e da saúde mental, que hoje em dia é uma sensação cada vez mais desejada em tempos atuais.

O interesse pelo tema surgiu durante a trajetória acadêmica no curso de Licenciatura em Educação Física na Universidade do Estado do Pará (UEPA), no terceiro período, na disciplina de Estudos do Lazer. Na disciplina houve um cronograma de intervenções envolvendo diversos públicos e locais da cidade de Tucuruí, dentre as quais estava a realização de uma ação de lazer com usuários do Centro de Atenção psicossocial (CAPs).

Com o surgimento de um novo vírus na província de Wuhan na China, o modo de vida no mundo passou por algumas transformações, dentre elas a utilização frequente de álcool em gel e máscaras como forma de proteção contra o novo Corona Vírus, acarretando assim na intensificação de transtornos mentais e, conseqüentemente, na diminuição das práticas de exercício físico por parte da população em geral.

Portanto, faz-se necessário a aplicação de um estudo voltado para a área da saúde mental em conjuntura com o lazer, mostrando os impactos proporcionados por tal prática. De acordo com Dumazedier (2004) a prática do lazer pode proporcionar três aspectos na vida das pessoas: a função de descanso, função de divertimento e função de desenvolvimento. Dessa forma, o lazer atua como reparador dos desgastes proporcionados pelo dia a dia, dentre os quais estão presentes o desgaste físico, mental e emocional.

Segundo Isayama (2010) a prática do lazer ganhou visibilidade principalmente quando retratado como promotor de melhoria da qualidade de vida. Além disso, sua utilização para o confronto de aspectos sociais tem aplicado sua dimensão e a reflexão sobre as melhorias proporcionadas pelo envolvimento de sujeitos através de sua prática.

A partir desta pesquisa acredita-se na possibilidade de observação do lazer não somente como uma prática de caráter lúdico que visa o entretenimento, mas também como uma forma alternativa de tratamento para pessoas com sofrimento psíquico, forma essa que se caracteriza como não medicamentosa, ou seja, sem a utilização de medicamentos.

Os transtornos mentais acontecem pela ação de diversos fatores genéticos, psicológicos, ambientais, sociais e química cerebral (distúrbios hormonais ou a utilização de substâncias tóxicas no qual afetam o cérebro). Diante dessa situação, os sinais de problemas mentais começam a aparecer de forma individual e coletiva (SANTA MONICA, 2018). Para termos uma noção, a Organização Mundial de Saúde (OMS) divulgou recentemente, que 23 milhões de brasileiros, isto é, 12% da população, apresentam sinais de distúrbios mentais. A pesquisa também mostra, que ao menos 5 milhões, 3% dos indivíduos, sofrem com distúrbios mentais graves persistentes (PortalT5, 2020).

Tendo em vista que as pessoas acometidas com algum tipo de transtorno, sofrem com o preconceito, e fica evidente que esse preconceito tem início na falta de conhecimento, produzindo um estereótipo de que uma pessoa que possui a saúde mental enfraquecida é agressiva ou perigosa. As pessoas com doenças mentais, são conhecidas como “doente mental” ao longo dos séculos, gerando o estigma e as condições de exclusão, causando repulsa e pânico. (CÂNDIDO et al, 2012).

Preservar a saúde mental, contudo, não é tão fácil como parece, sobretudo nos tempos atuais. São bastantes questões como: doenças, incapacidade, estresse, atrasos, e entre outros, que colaboram negativamente na nossa saúde mental. Nesse caso, acaba exigindo um pouco mais de cuidados e os familiares têm necessidade de procurar recursos terapêuticos apropriado. Atualmente, a Lei Federal 10.216/2001 é fundamentado nos direitos e valores para que os pacientes psiquiátricos recebam tratamento específicos (BRASIL, 2001). Porém, a aprovação dessa lei não solucionou os problemas, pois a verba que o governo destina para esses casos, não garantem um apoio adequado ao doente.

No entanto, fica claro a emergência de reformular as políticas públicas que possibilitem situações para a promoção da saúde mental desses indivíduos. A ausência de um plano que segura e respeita os direitos dessas pessoas, auxiliam para que as doenças mentais se agravem, e assim causam o aumento de pacientes sem assistência adequada. Devido a isso, muitos indivíduos que seriam capazes de ser recuperarem, acabam apresentando um agravamento em seu quadro.

Dessa forma, podemos perceber o grande número de pessoas que sofrem com algum tipo de transtorno mental, mesmo que exista lei que garanta direitos no tratamento dessas pessoas, o estigma ainda persiste, o assunto até então é visto como um tabu pela

sociedade, e tem que ser tratado com dignidade e responsabilidade, cabe então os ampará-los em modo que eles sejam capazes de conviver em sociedade.

O objetivo dessa pesquisa analisar as pesquisas que abordam sobre os impactos das atividades de lazer, para pessoas em sofrimento psíquico. Caracterizar os tipos de lazer que geram efeitos direto na saúde mental.

2. DESENVOLVIMENTO

REFORMA PSIQUIÁTRICA NO BRASIL

O movimento reformista brasileiro possui características sociais, econômicas e políticas, motivadas por princípios de classes dominantes. A execução e ação da reforma psiquiátrica acompanham diversos profissionais da área de saúde mental no dia a dia (GONÇALVES; SENA, 2001).

Dessa maneira, Mello (2007) salienta que durante o período inicial da RPB buscou-se transformações no método de atenção e cuidados relacionados a saúde mental. O autor mencionado anteriormente ainda retrata que tal movimento apresenta uma história própria no contexto de mudanças e dos movimentos sociais que buscaram melhores condições e direitos das pessoas com problemas psíquicos, compreendendo-se em um conjunto de modificações práticas, conhecimentos e princípios sociais e culturais marcado por obstáculos, embates e desafios.

Como forma de ilustrar a reversão do modelo manicomial, podemos mencionar, no estado de São Paulo, as intervenções na casa Anchieta, na cidade de Santos, e o Centro de Atenção Psicossocial Dr. Luís da Rocha Cerqueira. Por sua vez, no estado do Rio grande do Sul, o Centro Comunitário de Saúde Mental do município de São Lorenzo do Sul, também apelidado de “Nossa Casa”, o qual é apontado como um símbolo da psiquiatria brasileira pelo fato de se caracterizar como um método inovador que fez com que ocorresse uma intervenção médico legal no manicômio. Acredita-se que essa pode ser a primeira manifestação explícita de combate ao sistema manicomial no Brasil (HIRDES, 2007).

Além disso, é importante ressaltar que as doenças mentais estão presentes na sociedade desde sua origem, mas o reconhecimento, a sua compreensão e as formas de tratamentos utilizados são modificadas com o passar dos anos, levando sempre em consideração os aspectos culturais, questões socioeconômicas, avanços científicos e o progresso do conhecimento na sociedade (ESPINOSA, 2000).

Historicamente, o discernimento sobre loucura sofreu modificações, principalmente em detrimento as crenças, a política e costumes de cada época. Além disso, seu trajeto é marcado pela batalha contra o desprezo por parte do poder público levando a modificações e conquistas que contribuíram para o desenvolvimento do atendimento à saúde mental (FERREIRA et al., 2016).

Durante o período da idade média as pessoas consideradas loucas eram queimadas em fogueiras por conta de a sociedade associar a loucura com possessão demoníaca. Por sua vez, na idade contemporânea houve a iniciativa do tratamento psíquico e, além disso, a loucura passou a ser vista como doença, ocasionando assim o surgimento do Hospital Psiquiátrico. No entanto, os métodos de tratamento proporcionados por estas instituições eram cruéis, fato esse que ocasionou uma revolta para clamar por melhores condições para essa população, surgindo assim a chamada Reforma Psiquiátrica (FERREIRA et al., 2016).

O movimento reformista instaurou um novo sistema de saúde mental na sociedade brasileira, sendo ele direcionado principalmente ao atendimento à comunidade, assegurando laços familiares, sociais e comunitários. Logo após os anos de 1960, os hospitais psiquiátricos começaram a receber críticas, o que ocasionou o rompimento de vínculos e fez com que as práticas instauradas passassem a ser questionadas. Contudo, somente ao final da década de 1980 que a RPB ganhou impulso como movimento (MATEUS; MARI, 2013).

As transformações de paradigma ocasionadas pela Reforma Psiquiátrica no Brasil sugeriram uma reestruturação em todas as abordagens e segmentos auxiliares em saúde mental, sendo assim a participação da família se tornou parte fundamental nos procedimentos terapêuticos dos usuários da rede de saúde mental. Vale frisar ainda que o movimento teve a cooperação de clientes e profissionais da área de saúde mental. Além disso, os familiares dos pacientes se organizavam em associações, as quais realizavam reuniões com o propósito de debate, caminhadas com o intuito de protestar pelos direitos das pessoas com transtornos mentais e protagonizavam os novos modelos de abordagens em saúde mental sugeridos pela norma assistencial moderna (AGOSTINI, 2016).

O percurso do movimento reformista brasileiro contou com um cenário relevante na esfera sociocultural, com particularidades inovadoras, o surgimento do protagonismo da família das pessoas com problemas mentais, a qual passou a atuar de forma decisiva pela Reforma Psiquiátrica. De certo modo, um acontecimento inovador foi a ligação de

usuários, familiares e voluntários com o propósito de incluí-los nos processos de tratamentos. A partir dos mesmos ideais, houve o surgimento de novas instituições com enfoque em novos modelos e métodos de cuidados e atenção, brigando assim pela modificação do padrão asilar e de longas internações hospitalares em saúde mental (AMARANTE, 2007).

O método inovador de cuidados relacionados a saúde mental, o qual conta com a participação da família em todos os processos de tratamento passa por dificuldades constantes. As recomendações discutidas no Movimento, de acordo com Villares ET al. (2013) sugeriam formas de receptividade, assistência mútua, orientação e a certificação de colaborações entre profissionais qualificados, familiares e usuários dos serviços de saúde mental.

Ademais, no decorrer da reforma, algumas mudanças relevantes ocorreram com a implantação de novos serviços de atenção à saúde mental, dentre as quais então presentes o reconhecimento do respeito e a asseguarção de cidadania dos usuários. Além disso, entre os principais métodos adotados estão a integração e a valorização da atuação da família nos processos de tratamento e na luta contra a desmistificação dos transtornos mentais em conjunto com a sociedade. A cooperação entre familiares mudou a forma de assistência e atenção relacionada à saúde mental, sendo necessário, portanto, estabelecer uma relação mais estreita entre a família e os serviços de saúde mental, fato esse que se distancia dos referenciais usados pela psiquiatria tradicional (MELMAN, 2008).

Segundo Birman (1992) o movimento reformista expõe um maior amadurecimento teórico e político quanto aos avanços do projeto de transformação psiquiátrica. A mudança transcende os campos técnicos e administrativos e incorpora a expansão teórica, política, cultural e social. Além disso, o autor destaca que nesta nova configuração o conceito de cidadania desempenha um papel fulcral, visto que anteriormente o conceito de loucura e problema mental reduzia a possibilidade de aceitação no mundo cívico, nos locais de convívio, no mundo justo.

O convívio dos usuários de forma comunitária e familiar fez com que fossem repensados os funcionamentos práticos da vida cotidiana relacionada ao mundo dos transtornos mentais. Assim, de acordo com Pereira (2002), a partir da reaproximação da pessoa com problemas mentais na família e na sociedade, o núcleo familiar torna-se elemento primordial de amparo, o qual geralmente é responsável pelo suporte físico, emocional, social e psicológico. Além disso, a autora ressalta que a família deve receber

o suporte de profissionais qualificados com o propósito de habilitá-la na realização de ações de cuidados em saúde mental.

Os problemas relacionados a saúde mental colocam a família em constante angústia, assim exigindo uma retificação de sua funcionalidade. Em alguns casos, a falta de compreensão das características singulares da doença ou de entendimento dos transtornos mentais afeta o relacionamento familiar e o próprio processo de assistência. Além do mais, a situação retratada pode influenciar na utilização de métodos para enfrentar esse sofrimento, os quais devem ser considerados pelos profissionais envolvidos no projeto terapêutico do usuário (SOUZA, 2004).

Pitta (2001) evidencia que o auxílio em saúde mental recomenda a atenção descentralizada, multidisciplinar e intersetorial, interligada a uma concepção de cidadania e produção de vida, desenvolvendo novas concepções e execuções, tanto no planejamento dos serviços quanto na qualificação dos profissionais da área. Sendo assim, o método de reabilitação psicossocial caracteriza-se como conjunto de intervenções, condutas e obrigações, as quais se interligam para ajudar no modo de vida e gerar autonomia nas pessoas com problemas psíquicos para a realização de suas funções sociais.

PRÁTICA DO LAZER NO CONTEXTO ATUAL

As gerações são marcadas por vários acontecimentos, sejam eles no âmbito mundial, nacional ou regional. De certo modo, o surgimento de um novo vírus, denominado de Corona vírus (COVID-19), ocasionou diversas mudanças na sociedade e no modo de viver dos seres humanos. Sendo assim, algumas medidas foram tomadas para diminuir a proliferação do vírus e reduzir o pico de assistência médica, dentre elas estão a utilização de máscaras, higienização das mãos com álcool em gel e, em principal, o distanciamento social.

Portanto, ao observar a realidade atual, percebe-se que a prática de atividades de lazer são fundamentais na sociedade visto que são auxiliam na melhoria da qualidade de vida do indivíduo, sendo ela diretamente relacionada a princípios determinantes e fatores condicionantes de saúde, em principal a saúde mental, já que objetivam o entretenimento e a socialização, além de promover o bem-estar mental (PONDÉ; CAROSO, 2003).

O lazer é abordado como um direito social na Constituição Federal. A conexão do lazer com as políticas públicas, na atualidade até então funciona de maneira reducionista, visto que não levam em consideração o lazer na completude das relações sociais. A

participação em atividades de lazer deve partir de escolhas individuais, todavia, as gestões das cidades devem possibilitar o acesso e o desenvolvimento de atividades de lazer por meio de políticas públicas (MELO; ALVES JÚNIOR, 2003).

A prática do lazer, de acordo com Dumazedier (1973), é caracterizada como uma série de atividades com as quais cidadão pode dedicar-se de livre arbítrio, seja como forma de repouso, recreação e entretenimento ou então como refúgio para desenvolver suas capacidades de criação, desvincular-se dos deveres profissionais, familiares e sociais.

À vista disso, a relação criada entre a prática do lazer e a sociedade desempenha uma certa influência sobre o desenvolvimento das pessoas. O período destinado ao lazer, atrelado a outros motivos como o repouso e entretenimento pode ser um tempo de crescimento individual e social, uma oportunidade de vivenciar princípios de reprodução da estrutura vigente, além de novas vivências (MARCELLINO, 2004).

Essas vivências acontecem quando os sujeitos estão ‘desocupados’ de suas responsabilidades sociais, apesar de concordarmos com Marcellino (2013) ao afirmar que os indivíduos não possuem tempo livre de regras e coerções sociais. Acreditamos na ideia de lazer como uma possibilidade, visto que os indivíduos possuem o direito de escolha em participar ou não dessas atividades. Além disso, a meditação, os métodos de relaxamento e exposição ao sol são também considerados como formas de ócio (RIBEIRO, 2014).

A escolha individual é uma das particularidades, da mesma maneira que a procura pela recreação. Mas sabemos que pode haver outros objetivos que podem ser proporcionados através da execução da prática do lazer, tais como a prevenção de doenças, manutenção da saúde e a melhoria da qualidade de vida (BATISTA; RIBEIRO; JUNIOR, 2012). Gonçalves (2010) ressalta que existem alguns fatores determinantes para a qualidade de vida do cidadão, como o acesso à educação, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) da localidade ao qual está inserido, o desenvolvimento sustentável e outros. Assim, é fundamental evidenciar que o lazer é uma manifestação complexa, essencial e necessária, tal como trabalho, educação e outros (MARCELLINO, 2013; GOMES, 2011; 2014).

Com o passar dos anos, a modernização e a evolução da sociedade brasileira favoreceram o desenvolvimento e aumento de espaços públicos para a execução de atividades recreativas e festivas. Nos anos de 1920 e 1930 aconteceram vivências que

assinalaram o início da sistematização de espaços próprios para atividades de lazer. Sendo assim, alguns espaços públicos foram introduzidos nas cidades brasileiras, dentre os quais estão presentes as “praças de esporte” e “centros de recreio”. Durante esse período, foram estabelecidas relações entre as práticas de recreação e físicas, as quais foram marcadas pela presença significativa do profissional para a execução e orientação de atividades recreativas e de lazer. Nesse contexto que os termos “recreação” e “lazer” passaram a coexistir, um usado para caracterizar o conjunto de atividades e o outro referindo-se ao fenômeno social (MELO; ALVES JÚNIOR, 2003).

Além de que a construção de parques e praças como locais públicos de lazer foi visto como um recurso para diminuir os impactos negativos proporcionados pela modernidade. Deste modo, esses espaços foram desenvolvidos com o intuito de intervir nas áreas de saúde e higiene do ambiente urbano. Nesse cenário, a prática do lazer passou a preencher um espaço “funcionalista”, visto que limitou sua aplicação através de práticas recreativas que objetivavam a higiene social (MELO; ALVES JÚNIOR, 2003).

De acordo com Bacheladenski e Martiello Júnior (2010), a participação em atividades de lazer pode auxiliar no desenvolvimento de capacidades de convívio social, como por exemplo a solidariedade e o respeito por si e pelo próximo. Além disso, o contato com o lazer pode favorecer práticas de emancipação humana em oposição a utilização do tempo livre.

Sendo assim, Dumazedier (1980) categorizou essas experiências em cinco modelos de atividades, as quais intitulou de interesses. Sendo eles: físico-esportivos, artísticos, manuais, intelectuais e sociais.

Os interesses físico-esportivos possuem como principal característica o interesse pela movimentação. Sendo assim, nessa categoria estão presentes os esportes em geral, desde os mais conhecidos (vôlei, basquete, handebol, futebol, tênis e outros), os alternativos (ioga, tai chi chuan e outros), as lutas (judô, karatê, taekwondo), a caminhada, a ginástica, a dança, entre outros. Vale ressaltar que tais atividades podem ser praticadas individualmente, em duplas ou em grupo, sendo algumas executadas ao ar livre e outras em locais fechados, com proteção ou experimentado com riscos.

Ademais, os interesses artísticos, como o próprio nome diz, contém as manifestações artísticas, como por exemplo o cinema, o teatro, a música, circo, a pintura, a literatura, as artes plásticas e várias outras.

Os interesses manuais são caracterizados pela vontade em manipular objetos, utensílios e a natureza, como forma de exemplificar: o tricô, o crochê, a confecção de joias, a jardinagem, a produção do próprio alimento, o cuidado com animais e outros.

Nos interesses intelectuais, o convívio e contato com informações racionais são os principais interesses. Sendo assim, os jogos de tabuleiro, a leitura, a coleção de materiais, a presença em palestras e cursos, sob a condição de participar por conta própria, sem obrigatoriedade, especialmente pelo trabalho.

Por fim, os interesses sociais são voltados principalmente para o contato, o encontro e a interação com pessoas e com o meio ao qual está inserido. Assim, as festas, os churrascos com amigos, a presença em compromissos de convivência, frequentar bares, restaurantes e outros. Essa perspectiva, na maioria das vezes se encontra nos demais interesses discutidos por Dumazedier. Sendo assim, os interesses anteriormente citados fornecem, de certa forma, possibilidades de entrosamento, de comunicação cara a cara.

Essa classificação sofreu críticas de diversos autores, mas apesar disso nos auxilia a encontrar resultados para determinadas aspectos da prática do lazer, como na atuação de seu planejamento (MELO; ALVES JÚNIOR, 2012). Referente a essa produção, auxiliou na reflexão sobre a prática e execução do lazer durante a quarentena. Esse conjunto de interesses é chamado de conteúdos culturais do lazer.

Para mais, Luiz Octávio de Lima Camargo (1992) ainda acrescentou a essa classificação as atividades turísticas como probabilidade de lazer. O incentivo é a ruptura da rotina, por meio da locomoção e da vontade de conhecer novos locais e paisagens. Engloba os passeios, as viagens e excursões (viagens realizadas durante um período curto, no qual a pessoa volta no mesmo dia)

Da mesma forma, Schwartz (2003) recomendou outro interesse a fim de complementar a classificação, os interesses virtuais. Tais práticas necessitam da utilização de internet para serem executadas, tendo como exemplo os jogos online, acesso a redes sociais, acesso a plataformas de séries e filmes, entre outros. Ademais, a autora citada anteriormente ainda ressalta que as formas virtuais de lazer são desenvolvidas com o intuito de distração e entretenimento (SCHWARTZ, 2003). E ainda completa que essas vivências podem simbolizar uma experiência expressiva para o lazer.

Por sua vez, Marcellino (2013) retrata que é impossível diferenciar com precisão os fatores levantados nessa classificação. Além disso, enfatiza: “[...] até que ponto as

atividades físicas seriam individuais ou sociais? Até onde a arte é expressão marcadamente da sensibilidade ou da habilidade manual?” (MARCELLINO, 2013, p. 122). Por essa razão, a diferenciação entre os variados interesses pode apenas ser observada em termos de predominância e retratar preferências subjetivas seguindo a escolha de cada indivíduo, avisa o autor.

A associação da área de lazer com a saúde mental excede a conexão direta com a procura do prazer para entendê-lo como um fenômeno social. Vários fatores interferem nas práticas cotidianas de lazer do indivíduo, dentre eles estão o compromisso com o trabalho e as tarefas cotidianas. Na sociedade, a procura por melhores condições de vida envolvem a integração de experiências práticas cotidianas que possam proporcionar sensações de bem-estar subjetiva, além de que tais práticas auxiliam no desenvolvimento da sociabilidade (AGOSTINI, 2016).

Para a saúde geral do indivíduo, inclusive para a saúde mental, as práticas cotidianas são fatores determinantes para a qualidade de vida do indivíduo, já que são potenciais produtoras de satisfação pessoal. Sendo assim, o lazer, enquanto experiências do dia a dia, facilitador de vínculos interpessoais é um elemento essencial para a produção do bem-estar subjetivo, sensação essa pretendida através das experiências cotidianas (AGOSTINI, 2016).

Portanto, numa concepção de saúde mental e atenção psicossocial é de fundamental importância conhecer sobre o mundo que engloba a vida dos usufruidores dos atendimentos de saúde. O contexto de vida que compreende sobre o que o indivíduo realiza durante o seu período de desocupação, de que modo se conectam com a família e de que maneira se divertem, fatos que são capazes de auxiliar no entendimento de dimensões associadas à qualidade de vida. A carência de atividades de ócio pode resultar na redução da qualidade de vida, além disso, a execução do lazer pode ajudar na quebra das restrições pertencentes as pessoas que sofrem com transtornos mentais, sendo ele utilizado como forma de habilidades sociais e exercício da cidadania (AGOSTINI, 2016).

ATIVIDADE FÍSICA E SAÚDE MENTAL

Para todos, saúde mental, social e física estão no contexto da vida intimamente interdependentes e interligados. Como a concepção desta relação, tem-se mostrado cada vez mais que a saúde mental é essencial para o bem-estar geral da sociedade. Embora, infelizmente, em todo o mundo, isso está longe de ser concedido a igualdade de

importância da saúde mental e os transtornos mentais em relação a saúde física. Além do mais, eles ficaram geralmente desprezando e menosprezando. Por esse motivo, o mundo está sofrendo uma grande carga de transtornos mentais, e uma crescente carga de "desigualdade no tratamento" também (OMS, 2001).

Sendo assim, as pessoas estão buscando excelentes definições e métodos de tratamento eficientes e seguros para doenças mentais (LIMA, TASSI, NOVO, 2005; VORCARO, UCHOA, LIMA-COSTA, 2002). Diante do exposto, existem muitos modelos de tratamento usados em indivíduos que possuem distúrbios mentais, umas são diferentes das demais: há entidades que cuidam da saúde mental, as quais não aceitam atividades e método de internamento e outras que acham favoráveis esses métodos (SANTOS et al., 2012).

A fim de reduzir a duração da hospitalização e o custo dos medicamentos, nas últimas décadas, surgiu uma série de medidas para mudar a percepção que a sociedade tem em relação as pessoas com sofrimento psíquico. Na nova proposta de atendimento humanizado, a educação física, especialmente a atividade física, estão começando a manifestar sua colaboração na área (IASI, 2013)

A educação física aceitou o desafio de usar os princípios da prática dos movimentos físicos como tratamento de pessoas com transtornos mentais, assim ajudando a enfatizar que cada pessoa possui a própria originalidade e suas perspectivas de corpo, desse modo colaborando também com sua evolução motora (SANTOS et al., 2012).

Os exercícios físicos sempre existiram no cotidiano humano, sendo eles relacionados aos estilos de cada época. A prática de atividades físicas está presente na sociedade desde a era pré-histórica e bem documentada na antiguidade, originou-se na Idade Média, com base na modernidade, e foi sistematizada no início da contemporaneidade (OLIVEIRA EN et al., 2011).

As modificações atuais nos princípios sociais, psicológicos, físicos e ambientais são culpados pelo surgimento de enfermidades. Neste caso, a busca de rotinas positivas, tais como o ato de praticar exercícios físicos e a execução de tarefas do dia a dia, são capazes de colaborar no cuidado e apoio na terapia de diversas doenças e entre eles os distúrbios emocionais (CORREA, 2019).

Nesse sentido, os sujeito verdadeiramente envolvidos com qualquer tipo de treinamento sistemático e exercícios físicos, encontram-se melhorando a qualidade cognitiva e emocional numa dimensão em que vão no encontro de uma boa disposição

física e psicológica, e isto é claramente avistado na hora em que ocorre algum restabelecimento no ânimo e de temperamento durante a elaboração dos afazeres do cotidiano; os raciocínios no caso torna-se mais coeso, fértil e crítico; e existe além disso, uma eficiência nos resultados nos impulsos externos e internos. Por isso, estes princípios estão ligados e contribuindo em uma melhoria no estado mental (OLIVEIRA EN et al., 2011)

A atividade física no momento em que se é conduzido de modo correto e amparado por um profissional de educação física capacitado, atua como um laço terapêutico significativo, por interceder sobre o corpo da pessoa e em cada procedimento de restauração emocional. (CORREA, 2019).

De acordo com Callaghan (2004, apud Melo, 2014, p.503) destacou que pessoas as quais melhoram sua aptidão física por meio do exercício físico manifestam diversas melhorias fisiológicas, permitindo-lhes realizar as atividades diárias sem sentir dor, fadiga ou esforço físico, e Donaghy (2007, apud Melo, 2014, p.503) apontou que, sob o ponto de vista da dor psicológica, a atividade física melhorou relativamente o estado de saúde mental.

A realização de atividade física, ajudar a regular e reduz o nível de hormônios que amplificam o estresse, tais como o cortisol, adrenalina e a noradrenalina. Isso pode reduzir a insatisfação, a ansiedade e a depressão, e então causando a elevação da autoestima. (ATALLA, 2020)

No âmbito da saúde mental a realização de atividades físicas favorece na regulamentação da circulação sanguínea até o cérebro e do sistema nervoso, e na habilidade de resolver problemas e saber lidar com os estresses. Ademais, contribui na restauração do seu modo de ser, com na forma de pensar e com sua aparência física (CORREA, 2019).

Usar o exercício físico de maneira alternativa para aprimorar o desempenho cognitivo é bastante significativo, principalmente por sua finalidade, por ser um recurso relativamente barato que é capaz de ser fornecido à maioria das pessoas (OLIVEIRA EN et al., 2011)

O indivíduo que não se exercita que se mantém totalmente inativo possui um grande predomínio de sinais depressivos em relação a pessoas efetivamente ativas e das inúmeras enfermidades relacionadas à inatividade física coincidem diante de indivíduos

aborrecidos. A prática das atividades físicas é possível servir como um dispositivo com a finalidade de controlar e melhorar diferentes males (CORREA, 2019).

A atividade física frequente consegue possibilitar ajuda nos recursos terapêuticos dos transtornos psicológicos, visto que solicitar do participante um compromisso ativo, aperfeiçoando a segurança acerca de si próprio, habilidades funcionais, adaptações no metabolismo, agindo para restauro da saúde psicológica e física (CORREA, 2019).

As vantagens, subsequentes da realização de atividades físicas em pessoas sem ou com distúrbios mentais, auxiliam a liberar no organismo a dopamina e a b-endorfina, que são hormônios estimulantes que causam sentimento de bem-estar, proporcionando certo resultado analgésico e calmante no indivíduo então assim, ele usufrui de resultado bom, em maior parte, alcança um estabilidade em relação entre aspectos psicológicos e sociais, além disso, fica firme das ameaças que vem de fora (CORREA, 2019).

Diversos departamentos da comunidade científica apontam que esse estilo é um dos elementos mais significativo na formulação de recomendações para a melhoria da saúde e da qualidade de vida da sociedade. Esse conhecimento é baseado em hipóteses formadas em cima de um referencial teórico no qual relaciona modo de vida benéfico ao costume de praticar exercícios físicos e, portanto, a excelentes padrões de alta qualidade de vida e saúde (OLIVEIRA EN et al., 2011).

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A prática do lazer é de fundamental importância no contexto atual, em especialmente quando se trata de saúde mental. A partir disso, podemos identificar o lazer como facilitador das relações interpessoais, sendo capaz de auxiliar na busca efetiva pela sensação de bem-estar almejada pelas pessoas nas diferentes relações do seu cotidiano e, além disso, ser um fator determinante para a proteção da saúde mental.

Sendo assim, a partir das buscas realizadas foi possível identificar que as pesquisas a respeito da temática do lazer e saúde mental são voltadas principalmente para a relação de bem-estar de seus praticantes. Contudo, o envolvimento dos sujeitos em atividades prazerosas, auxilia também no desenvolvimento da autonomia de jovens e adultos.

Diante do que foi abordado anteriormente, destaca-se a necessidade de novos estudos relacionados a temática do lazer e saúde mental. Que as dificuldades encontradas

para construção desse estudo possam servir de inspiração para novas produções mais aprofundadas, enriquecedoras e aprofundadas na área.

4. REFERÊNCIAS

23 milhões de brasileiros possuem transtornos mentais. PortalT5. 2020. Disponível em: <https://www.portalt5.com.br/noticias/single/nid/23-milhoes-de-brasileiros-possuem-transtornos-mentais/> . Acesso em: 28/01/2021.

A saúde e mental e a importância dela na vida das pessoas. Hospital Santa Mônica. 2018. Disponível em <https://www.google.com/amp/s/hospitalsantamonica.com.br/a-saude-mental-e-a-importancia-dela-na-vida-das-pessoas/%3famp>.

AGOSTINI, Daniela Motink. **Saúde Mental e Lazer: Vivências a partir da percepção dos usuários de um CAPS.** 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/173679> . Acesso em: 08 fev. 2021.

AMARANTE, P. **Saúde Mental e Atenção Psicossocial.** Rio de Janeiro: Fio Cruz, 2007.

AMARANTE, P. **Saúde mental, formação e crítica.** Rio de Janeiro: 2008.

ASSOCIAÇÃO MUNDIAL DE RECREAÇÃO E LAZER. Seminário Internacional de Educação para o Lazer. 2-4 ago. 1993, Jerusalém. **Carta internacional de educação para o lazer.** 6 fev. 2002. Disponível em: <http://www.saudeemmovimento.com.br/profissionais/legislation/index.htm> > . Acesso em: 4 fevereiro de 2021.

Atividade física e a saúde mental. MÁRCIO ATALLA. 2020. Disponível em: <https://marcioatalla.com.br/atividade-fisica/atividade-fisica-e-a-saude-mental/>. Acesso em: 07 mar. 2021.

BACHELADENSKI, M.; MATIELLO JUNIOR, E. **Contribuições do campo crítico do lazer para a promoção da saúde.** Cienc. Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, V. 15, (5) Ago, p. 2569-2579, 2010.

BATISTA, J.; RIBEIRO, O. C. F.; JUNIOR, P. N. **Lazer e promoção de saúde: uma aproximação conveniente.** Licere, Belo Horizonte: v.15, n. 2, p1-16, jun. 2012. Disponível em: <http://periodicos.ufmg.br/index.php/licere/article/view/729> . Acesso em: 28 de fevereiro de 2021. Doi: 10.35699/1981-3171.2012.729.

BIRMAN, J. **A cidadania tresloucada: notas introdutórias sobre a cidadania dos doentes mentais.** In: BEZERRA, B.; AMARANTE, P. (Orgs). *Psiquiatria sem Hospício: contribuições ao estudo da reforma psiquiátrica.* Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1992. p. 71-90.

BRASIL, Ministério da saúde. **Centro de Atenção Psicossocial (CAPS).** Ministério da saúde. 2017. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/centro-de-atencao-psicossocial-caps> . Acesso em: 02 fev. 2021.

BRASIL, Ministério da Saúde. **Saúde investe mais R\$ 99 milhões para ampliar acesso à serviços de Saúde Mental no SUS.** Agência Saúde, 2020. Disponível em: <https://aps.saude.gov.br/noticia/10597>. Acesso em: 12 de fevereiro de 2021.

BRASIL, Ministério da Saúde. **Saúde Mental no SUS: Os Centros de Atenção Psicossocial.** Brasília: Ministério da saúde, 2003. Disponível em: <http://www.ccs.saude.gov.br/saude_mental/pdf/SM_Sus.pdf>. Acesso em: 03 de março de 2021.

BRASIL. (2001). Lei nº.10.216, de 6 de abril de 2001. **Dispõe sobre a proteção e os Direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental.** Diário Oficial da União, seção 1.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Caminhos para uma política de saúde mental infanto-juvenil.** Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. – Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2005.

BRASIL, Ministério da Saúde. **Secretaria de Atenção à Saúde.** Departamento de Atenção Básica. Saúde mental / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. – Brasília: Ministério da Saúde, 2013.

CAMARGO, L. O. L. **O que é lazer?** São Paulo: Brasiliense, 1992.

CÂNDIDO, Maria Rosilene; OLIVEIRA, Edina Araújo Rodrigues; MONTEIRO, Claudete Ferreira de Souza; COSTA, José Ronildo da; BENÍCIO, Geórgia Salanne Rodrigues; COSTA, Flora Lia Leal da. **Conceitos e preconceitos sobre transtornos mentais: um debate necessário.** SMAD, Rev. Eletrônica Saúde Mental Álcool Drog. (Ed. port.), Ribeirão Preto, v. 8, n. 3, p. 110-117, dez. 2012. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1806-69762012000300002&lng=pt&nrm=iso . Acesso em: 28 de janeiro de 2021.

Conselho Nacional de Saúde. (2016). **Resolução nº 510/2016.** Disponível em: <http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/Reso510.pdf>. Acesso em: 21 de fevereiro de 2021.

CORREA, Regina. **Saúde mental e exercício físico: ingredientes para uma vida melhor.** Trabalho de Conclusão final de Curso. Mestrado Profissional em Exercício Físico na Promoção da Saúde. Centro de Pesquisa em Ciências da Saúde. Universidade Norte do Paraná, Londrina. 2019. Disponível em: <https://repositorio.pgskroton.com/handle/123456789/23341> . Acesso em: 30 de abril de 2021.

DELFINE, P. S. de S. **Centro de Atenção Psicossocial infanto juvenil e estratégia de saúde da família: articulação das ações voltadas à saúde mental de crianças e adolescentes.** Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós

- Graduação em Saúde Pública, Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.
- DUMAZEDIER, J. **Valores e conteúdos culturais do lazer**. São Paulo: Perspectiva, 1980.
- DUMAZEDIER, Joffre. **Lazer e Cultura Popular**. 3ª ed. São Paulo, SP - PERSPECTIVA. 2004.p. 17-202.Coleção Debates.
- DUMAZEDIER, Joffre. **Sociologia empírica do lazer**. São Paulo: Perspectiva, 1973.
- DUMAZEDIER, Jofre: **Lazer e Cultura Popular**. São Paulo, Perspectiva, 1973.
- ESPINOSA, A. M. F. **Guias práticos de enfermagem: Psiquiatria**. São Paulo: McGraw-Hill, 2000.
- FERREIRA, Jhennipher et al. **Os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS): Uma Instituição de Referência no Atendimento à Saúde Mental**. Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), [s. l.], v. 4, ed. 1, 30 jun. 2016.
- GIL, A.C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 1999.
- GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- GODTSFRIEDT, Jonas. **Prática do lazer: uma revisão de conceitos, barreiras e facilitadores**. Revista Digital, Buenos Aires, ano 14, n. 142, 2010. Disponível em: <https://www.efdeportes.com/efd142/pratica-do-lazer-uma-revisao-de-conceitos.htm> . Acesso em: 16 de fevereiro de 2021.
- GOMES, C. L. **Estudos do Lazer e geopolítica do conhecimento**. Licere. Belo Horizonte, v.14, n.3, p.1-25, set. 2011. Disponível em: <http://periodicos.ufmg.br/index.php/licere/article/view/762/563>. Acesso em: 11 de fevereiro de 2021. Doi: 10.35699/1981-3171.2011.762.
- GOMES, Christianne L. **Necessidade humana e dimensão da cultura**. Revista Brasileira de Estudos do Lazer. Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 3-20, ene/abr. 2014. Disponible en: <<http://seer.ufmg.br/index.php/rbel/article/view/327>>. Acesso em: 15 fevereiro de 2021.
- GOMES, Christianne Luce (Org.). **Dicionário crítico do lazer**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2004
- GONÇALVES, A. M.; SENA, R. R. **A reforma psiquiátrica no Brasil: contextualização e reflexos sobre o cuidado com o doente mental na família**. Revista Latino-Americana de Enfermagem, v. 9, n. 2, p. 48-55, 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rlae/v9n2/11514.pdf> . Acesso em: 10 de fevereiro de 2021.
- GONÇALVES, A. **Qualidade de vida**. In: GONZALEZ, F. J.; FENSTERSEIFER, P. E. Dicionário crítico de Educação Física. Ijuí: 2. ed. Unijuí, 2010. p. 354-356.

HIRDES, A. **A reforma psiquiátrica no Brasil: uma (re) visão.** Ciência & Saúde Coletiva, v. 14, n. 1, p. 297-305, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csc/v14n1/a36v14n1.pdf> . Acesso em: 21 janeiro de 2021.

IASI, Thayná Cristina Parsaneze. **A atividade física na saúde mental: uma revisão de literatura.** 2013. 24 f. Trabalho de conclusão de curso (licenciatura - Educação Física) - Universidade Estadual Paulista, Instituto de Biociências de Rio Claro, 2013. Available at: <http://hdl.handle.net/11449/119440> . Acesso em: 26 de abril de 2021.

ISAYAMA, H. F. **Formação profissional no âmbito do lazer: desafios e perspectivas.** In: ISAYAMA, H. F. (Org.) Lazer em estudo: currículo e formação profissional. Campinas: Papirus, 2010, p. 9-25.

L'ABBATE, S. **A análise institucional e a saúde coletiva.** Ciência saúde coletiva, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sciarttext&pid=S413-81232003000100019&lng=pt&nrm=iso> . Acesso em: 12 de janeiro de 2021. Pré-publicação.

LIMA, M. S., TASSI, J., L., NOVO, I. P., MARI, J. D. J. **Epidemiologia do transtorno bipolar.** Revista Psiquiatria Clínica. 32: 15-20. 2005.

MARCELLINO, N. C. **Lazer e educação.** 13. ed. Campinas: Papirus, 2013.

MARCELLINO, N. C. **Lazer e Educação.** Campinas, SP: Papirus, 2004

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MATEUS, M. D.; MARI, J.J. **O sistema de saúde mental brasileiro: avanços e desafios.** In: MATEUS, M.D. (Org). Políticas de saúde mental, baseado no curso: políticas públicas de saúde mental do CAPS Professor Luiz da Rocha Cerqueira. São Paulo: Instituto de Saúde, 2013, p. 20-43.

MEIHY, José Carlos Sebe B. **Manual de história oral.** 5 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2005

MELLO, M. F. **Epidemiologia da saúde mental no Brasil.** Porto Alegre: Artmed, 2007.

MELMAN, J. **Família e Doença Mental: repensando a relação entre profissionais de saúde e familiares.** São Paulo: Escrituras, 2008.

MELO, Lígia Gizely dos Santos Chave; OLIVEIRA, Kleber Roberto da Silva Gonçalves de; ROPOSO, José Vasconcelos. **A educação física no âmbito do tratamento em saúde mental: um esforço coletivo e integrado.** Rev. Latinoam. Psicopat. Fund., São Paulo, v. 17, ed. 3, p. 501-514, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1415-4714.2014v17n3p501-8> . Acesso em: 7 de março de 2021.

MELO, V. A.; ALVES JUNIOR, E. **Introdução ao lazer.** 2. ed. Barueri: Manole, 2003.

MIELKE, Fernanda Barreto; KANTORSKI, Luciane Prado; JARDIM, Vanda Maria da Rosa; OLSCHOWSKY, Agnes; MACHADO, Marlene Silva. **O cuidado em saúde mental no CAPS no entendimento dos profissionais.** *Ciência & Saúde Coletiva*, [S. l.], p. 160, 29 out. 2007. Disponível em: <https://scielosp.org/article/csc/2009.v14n1/159-164/>. Acesso em: 6 fev. 2021.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Atendimento a crianças e adolescentes com transtornos mentais é ampliado**, 2005.

OLIVEIRA, Antônia Leticia Ximenes de; SOUSA, Francisco Danúbio Timbó de. **Saúde Mental: Um artigo de revisão a Saúde Mental no Brasil.** *Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento*, [s. l.], ano 05, v. 11, p. 198-212, 2020. Disponível em: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/saude/saude-mental-no-brasil>. Acesso em: 2 de fevereiro de 2021.

OLIVEIRA, Eliany Nazaré; AGUIAR, Rômulo Carlos de; ALMEIDA, Maria Tereza Oliveira de; ELOIA, Sara Cordeiro; LIRA, Tâmia Queiroz. **Benefícios da Atividade Física para Saúde Mental.** *Saúde Coletiva*, [s. l.], v. 8, n. 50, pp. 126-130, 2011. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/842/84217984006.pdf> . Acesso em: 2 de março de 2021.

OLIVEIRA, Maria Marly de. **Como fazer pesquisa qualitativa**. 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **RELATÓRIO SOBRE A SAÚDE NO MUNDO 2001: Saúde Mental: Nova Concepção, Nova esperança.** Biblioteca da OMS, [s. l.], 2001. Disponível em: <https://www.google.com/url?sa=t&source=web&rct=j&url=https://www.nescon.medicina.ufmg.br/biblioteca/imagem/0205.pdf&ved=2ahUKEwis4oGRjZfwAhXXIrkGHRWCC9QQFjAAegQIAxAC&usq=A0vVaw1h-DOt6ruzTrb0fv6wTGJp> . Acesso em: 25 de abril de 2021.

PAULA, C. S. et al. **Mental Health and violence among sixth grade students from a city I the state of São Paulo.** *Rev. Saúde Pública*, v.42, n.3, p. 524-528, 2008.

PEREIRA, I. **Do ajustamento à invenção da cidadania: serviço social, saúde mental e intervenção na família no Brasil.** In: VASCONCELOS, E. (Org.) *Saúde Mental e serviço social: o desafio da subjetividade e da interdisciplinaridade*. São Paulo: Cortez, 2002. p. 217-262.

PINHO, Eurides Santos; SOUZA, Adrielle Cristina Silva and ESPERIDIAO, Elizabeth. **Processos de trabalho dos profissionais dos Centros de Atenção Psicossocial: revisão integrativa.** *Ciênc. saúde coletiva* [online]. 2018, vol.23, n.1, pp.141-152. ISSN 1678-4561.

PITTA, A. **O que é a reabilitação psicossocial no Brasil hoje?** In: _____ (Org.). *Reabilitação Psicossocial no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 2001.

PONDE, M.; CAROSO, C. **Lazer como fator de proteção da saúde mental.** *Rev. Cienc. Med.*12 (2), p 163-172 abr/jun, Campinas, SP: 2003.

RIBEIRO, O. C. F. **Lazer e recreação**. São Paulo: Editora Érica/Saraiva, 2014.

RIBEIRO, Sérgio Luís. **A criação do Centro de Atenção Psicossocial Espaço Vivo**. Psicologia: Ciência e Profissão, [s. l.], v. 24, 13 out. 2004. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932004000300012 . Acesso em: 3 de janeiro de 2021.

SANTOS, Fernando Teixeira Dos; Lopes, Fernanda De Oliveira Rodrigues; Mota, Francielle Meira; Rodrigues, Lísia Arantes; Freitas, Patrícia Silvestre De; Oliveira, Tamires Fernandes De. **ATIVIDADE FÍSICA E SAÚDE MENTAL: RELATO DE VIVÊNCIA**. Revista eletrônica de extensão, Florianópolis, ano 8, n. 12, p. 36-43, 11 jan. 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.5007/1807-0221.2011v8n12p36> . Acesso em: 1 de maio de 2021.

SCHWARTZ, G. M. **O conteúdo virtual do lazer: contemporizando Dumazedier**. Licere, Belo Horizonte, v. 6, n. 2, 2003.

SILVEIRA, Marília Rezende. **A saúde mental na atenção básica: um diálogo necessário**. Tese (Doutorado em Enfermagem) — Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.

SOUZA, R. C. **Produção de sentidos por profissionais da saúde da família acerca do doente mental e dos cuidados a ele dirigidos**. (Tese) Ribeirão Preto, SP: USP, 2004.

VILLARES, C. C.; PIMENTEL, F.A.; ORSI, J.A.; ASSIS, J.C. **Associações de Usuários e familiares e estratégias para a defesa dos direitos dos portadores de transtorno mental**. In: MATEUS, M. D. (Org.) Políticas de Saúde Mental: baseado no curso Políticas Públicas de Saúde Mental do CAPS Professor Luiz da Rocha Cerqueira. São Paulo: Instituto de Saúde, 2013. p. 76-92.

VORCARO, C. M. R., UCHOA, E., LIMA-COSTA, M. F. **Prevalência e características associadas à depressão: revisão de estudos epidemiológicos com base populacional**. *Jornal brasileiro psiquiatria*. 51(3): 167-82, 2002.

AUTORES:

HÉLITON BRENDO DE OLIVEIRA MARQUES: Acadêmico de Educação Física da Universidade do Estado do Pará. brendomarques2018@gmail.com

JÉSSICA NOGUEIRA PINTO: Acadêmico de Educação Física da Universidade do Estado do Pará. jessicanogueira270315@gmail.com

RILARY DE FÁTIMA RODRIGUES BARROSO: Acadêmica de Psicologia da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará - UNIFESSPA. rilaritybarroso0@gmail.com

JOSÉ BENEDITO DOS SANTOS BATISTA NETO: Acadêmica de Psicologia da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará - UNIFESSPA. netto1443@gmail.com



Capítulo 4

EDUCAÇÃO PARA RELAÇÃO ÉTNICO-RACIAL NA ESCOLA E A PROPOSTA METODOLÓGICA DO USO DE UM VÍDEO DE FORMAÇÃO

DOI: 10.29327/545908.1-4

Rayane Klecilma Viana Gonçalves

EDUCAÇÃO PARA RELAÇÃO ÉTNICO-RACIAL NA ESCOLA E A PROPOSTA METODOLÓGICA DO USO DE UM VÍDEO DE FORMAÇÃO: fundamento teóricos.

Rayane Klecilma Viana Gonçalves

RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo realizar uma análise das produções científicas sobre o tema Educação para Relação Étnico-Racial na Escola e o uso pedagógico de vídeo na formação de professores. Este estudo possui uma abordagem qualitativa podendo ser classificado como descritivo exploratório. Foram utilizados como base de dados da pesquisa: o banco de dados de teses e dissertação da CAPES, o Google acadêmico e outros periódicos que tratam sobre o tema. Foi definido como descritores: “étnico racial” combinado com “escola” ou “escolar”, ou “educação”. Para análise dos dados foi utilizado a técnica análise de conteúdo proposto por Bardin. Portanto, como conclusão, a literatura aponta a necessidade que sejam realizadas práticas antirracistas no âmbito escolar focando para o acolhimento das pessoas que sofrem racismo e orientando tanto o professor quanto o aluno a uma postura de empatia.

Palavras Chaves: Étnico-Racial. Escola. Racismo.

1. INTRODUÇÃO

EDUCAÇÃO PARA RELAÇÃO ÉTNICO-RACIAL NA ESCOLA

Ao analisarmos o contexto histórico não só da Educação Física, mas de toda a educação no país, podemos observar que esta foi pautada e consolidada através de práticas eugênicas e higienistas, que foram amplamente difundidas nas décadas de 30 e 40 no Brasil (POMIN; CAFÉ, 2020).

De acordo com Pomin e Café (2020), tais práticas influenciaram vastamente o sistema educacional brasileiro, além de estimularem elementos coletivos como a consciência cívica e moral, que por sua vez, apoiavam a valorização das elites intelectuais que fomentavam sua ideologia eugênica nas políticas públicas e na produção de recursos pedagógicos, estimulando cada vez mais o distanciamento de determinadas raças e culturas que eram consideradas inferiores por esses grupos.

A partir disso, durante muito tempo, as instituições de ensino, tanto fundamental quanto superior, passaram a ignorar certas práticas e assuntos referentes às culturas minoritárias ou abordavam essa temática de maneira inadequada, principalmente as de cunho afro-brasileiras e indígenas (BORGES, 2010).

Essa falta de informação atrelada ao preconceito historicamente enraizado na sociedade brasileira, abriu portas para a manifestação exacerbada de exclusão social, injúrias e racismo recorrentes à qual homens e mulheres, identificados como pretos ou pardos, são submetidos diariamente ao longo do percurso de suas vidas (SILVA; MEIRA, 2019).

Ao passo que essas condutas preconceituosas ganhavam espaço, intensificaram-se os movimentos pela luta de direitos de pessoas negras. Esses grupos, foram responsáveis por diversas conquistas no que tange os interesses sociais, políticos e econômicos de pessoas pretas, dentre elas a aprovação da Lei 10639/03, que altera a Lei nº. 9394/96, cujo objetivo é estabelecer as diretrizes e bases da educação nacional, dando obrigatoriedade ao ensino da História e Cultura Africana e Afro-Brasileira na educação básica do país (SANTOS JUNIOR; BUGNI, 2018).

Essa lei se configura como importante ferramenta na sequência de aprovação das diretrizes nacionais para a educação das relações étnico-raciais pelo Conselho Nacional de Educação, de modo a contribuir com a sua implementação na rede de ensino brasileiro (POMIN; DIAS, 2019).

Sendo assim, a Educação para as Relações Étnico-Raciais se configura como uma importante ruptura de uma forma pedagógica que não reconhece as diferenças que são resultado da nossa formação nacional, apresentando um impacto positivo diante da população preta do país e se mostrando como uma política pública que proporcionará uma melhoria da qualidade da educação e o cenário social brasileiro para todos os cidadãos (RAIMUNDO; TERRA, 2021).

Contudo, ainda existem falhas no processo de realização dessa lei, principalmente no que diz respeito ao conhecimento sobre a EREER pelos profissionais atuantes e consequentemente na sua aplicação no ensino básico bem como no superior (COQUEIRO, 2020).

Dessa forma, é necessário que se aborde sobre a importância da EREER, assim como também, se proporcionem subsídios para a resolução da problemática vista acima, para que assim as falhas no processo de execução da lei 10.639/03 sejam resolvidas dando possibilidade para que as contribuições de sua implementação estejam mais presentes no cotidiano brasileiro. Portanto, este estudo abordará a importância da EREER e fornecerá uma ferramenta para aplicação da prática voltada à educação para a relação étnico-racial na escola.

A temática teve como ponto de partida a notória necessidade de práticas pedagógicas que abracem o movimento de igualdade e respeito à raça negra, uma vez que, durante a atuação em campo, como discente, pouco foi observado sobre a aplicação dessas atividades, assim, a proposta deste estudo “Educação para a Relação Étnico Racial na Escola” pretende inovar na educação rompendo o ciclo de debates teóricos e entregando ao docente uma ferramenta que possibilite subsidiar seus métodos pedagógicos.

O interesse em pesquisar sobre essa temática, nasceu dentro da disciplina de Pesquisa e Prática Pedagógica III, através dos diálogos com o docente da disciplina, que ocorreu concomitantemente ao período em que foram realizadas diversas as manifestações contra racismo, em decorrência da morte de George Floyd, nos Estados Unidos no ano de 2020. Mediante a esse fato, notou-se que, ainda hoje, as abordagens sobre a conscientização e valorização de culturas e grupos minoritários, em especial a cultura Afro, necessitam de espaço na sociedade.

Considerando a existência do dever em cumprir, a aplicabilidade da Lei n 10.639/03, que estabelece a obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileiras e africanas nas escolas públicas e privadas do ensino fundamental e médio, nota-se que abordar esse tema em sala de aula é de fundamental importância no processo de formação de um cidadão para valorizar a diversidade, e que seja livre de preconceito, respeitando as diferenças, valorizando a cultura do próximo e também compreendendo as lutas desenvolvidas em combate ao racismo e a intolerância vigente.

O racismo em nossa sociedade sempre foi um ato banalizado, na sociedade em que vivemos nos deparamos com uma conjuntura em que em muitos locais, os indivíduos agem com naturalidade ou vivenciam um racismo velado, ou de forma explícita ou através do racismo estrutural, situações extremamente delicadas e revoltantes.

Tanto para as instituições, quanto para os próprios alunos, a falta de informação gera ignorância, ocasionando o racismo. Toda criança preta já sofreu algum tipo de racismo na escola, seja pelo seu cabelo, pelo seu nariz ou pelo óbvio, sua cor.

Esse tipo de situação pode gerar diversas sequelas psicológicas nessa criança, possibilitando que este se transforme posteriormente em um adulto com traumas, que não valoriza sua cultura, que acha que não tem lugar na sociedade, por sua cor ou classe social, que podem estar claramente vinculadas.

Como mencionado, durante as atividades curriculares obrigatórias do curso de Educação Física, foi possível observar o quão falha é a EREER nas escolas, foram poucas ou ausentes as abordagens sobre cultura Afro-Brasileira, ou todas se configuravam como um procedimento raso, sem muita segurança e preparo por parte dos profissionais atuantes.

A ausência de formação profissional acerca do tema, implica profundamente na disseminação do assunto nas escolas, a partir disso, o despreparo faz com que muitas vezes o conteúdo seja deixado de lado, ou seja ofertado de forma rasa, não oferecendo a informação aprofundada necessária sobre a temática.

Essa carência é notória em nossa realidade, dessa forma, ferramentas pedagógicas que auxiliem na abordagem da EREER, abrem espaço para que se aprofundem as discussões sobre os aspectos éticos e sociais relacionados ao contexto étnico-racial, fornecendo uma metodologia que auxilia na interpelação da temática durante a atuação profissional e no cenário acadêmico.

É justamente a carência de ferramentas pedagógicas que reflete nesse cenário tão desagradável, ferramentas que auxiliam alunos a aprender mais sobre a sua cultura e a cultura do colega, dessa forma, existe uma importância da valorização, e de se reinventar práticas que visem converter essa realidade. Portanto problemática dessa pesquisa versa: **Como construir um vídeo educativo para promoção de uma prática pedagógica sobre a educação para relação étnico racial na escola?**

O objetivo geral encontrar na literatura fundamentos para construir um vídeo educativo para promoção de uma prática pedagógica sobre a educação para relação étnico racial na escola. Para atingir o propósito do estudo, foram estabelecidos: Entender os procedimentos para elaboração de um vídeo educativo. Caracterizar a educação para relação étnica racial (ERER) na escola. Elencar os objetivos em se trabalhar educação relação étnico racial na escola.

Com base nas justificativas feitas a partir da vivência da experiência prática e tendo em vista as problemáticas observadas anteriormente, foram desenvolvidas as seguintes questões norteadoras: Quais os procedimentos para elaboração de um vídeo educativo? Quais as características da educação para relação étnica racial (ERER) na escola? Quais os objetivos em se trabalhar educação relação étnico racial (ERER) na escola?

2. DESENVOLVIMENTO

CARACTERÍSTICAS DA EDUCAÇÃO PARA RELAÇÃO ÉTNICA RACIAL (ERER) NA ESCOLA

A partir do ano de 2003, diversos cursos de formação continuada com docentes foram realizados acerca da temática referente às relações étnico-raciais em várias esferas da educação nacional, tornando-se cada vez mais recorrentes no país. Tudo isso, devido a aprovação da Lei 10.639/03, que foi aprovada em janeiro de 2003, e regulamentou a alteração da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, incluindo um artigo que define a obrigatoriedade da inclusão na grade comum curricular dos estudantes, o ensino da cultura Afro-Brasileira, como mencionado anteriormente (PEREIRA, 2015).

Proporcionar uma visão de mundo de raiz africana efetivamente para o ambiente escolar, gera uma contribuição ética e responsável no que diz respeito a criação de relações interpessoais, além do entendimento sobre o significado das dificuldades de ser negro em um país racista.

A escola, ao oferecer para a comunidade subsídios para a obtenção do conhecimento sobre essa temática se configura como um estabelecimento de suma importância, haja vista que esse ambiente aprendemos aspectos que Demarzo (2009), denomina de “valores de refúgio”, que são aqueles construídos em situações adversas, mas que se constituem de possibilidades de proteção, segurança e fundamento, por isso, o aprender na escola é um ato de educação para a vida. Sendo assim, partir da implementação dessa lei, tornou-se possível propor alternativas para a realização das discussões raciais abordando sua importância na construção de uma sociedade mais igualitária.

Contudo, ao observarmos a aplicação dessa regulamentação, de fato, ainda é possível identificar que as mudanças advindas da criação da lei foram tímidas. De acordo com Santos (2017), nos currículos escolares foram feitas apenas pequenas alterações, uma vez que ainda se observa que em algumas instituições o assunto ainda é abordado de maneira folclórica, atentando para essas questões em períodos esporádicos, proporcionando uma visão eventual à uma temática que deveria ser rotineira, assim, podemos inferir que isso acontece em decorrência da dificuldade de incluir as leis em discussões cotidianas.

Tais discussões são mediadas pelo corpo docente local, o que fomenta o debate sobre a formação de docentes para realizarem tais atividades, uma vez que a inserção da

lei nos currículos é um ponto crucial na formação desses profissionais. Dessa maneira, analisando o perfil desses professores, Santos (2017) notou que existe uma carência de profissionais capacitados e com formação na área que pudessem desenvolver essas ações no ambiente escolar. Esse fato atribui algumas características a EREER nas escolas, como veremos a seguir.

Como mencionado anteriormente, o ensino das relações étnico raciais nas instituições de ensino ainda está muito voltado ao caráter eventual, de acordo com Demarzo (2019), nota-se que essas abordagens são feitas esporadicamente em períodos específicos, como por exemplo, no dia 20 de novembro, considerado o dia da consciência negra, ou em outras datas semelhantes, que atribuem ao ensino essa visão de representatividade.

Ao observar tal fato, podemos depreender que a questão das relações étnico-raciais, quando mencionadas somente em momentos específicos atribui a essa abordagem uma característica de “obrigação”, assim comprometendo todo o objetivo da implementação da lei, uma vez que o conhecimento repassado será realizado de maneira superficial.

Outra característica observada acerca do EREER diz respeito ao processo formativo adotado, que se mostra cheio de lacunas sobre o contexto étnico racial, onde Lacerda Junior (2021), analisando esses processos formativos observou que estes se restringiam a uma forma negativa de abordagem, haja vista que, essas discussões eram visivelmente superficiais, sem analisar a realidade dos alunos e do contexto em que estes estão inseridos, utilizando de meios ficcionais, como novelas, que muitas vezes fogem à realidade dos fatos, para mediar esse debate.

Com isso, verifica-se que essa discussão é realizada de forma negativa e errônea, pois não possibilita o aprofundamento histórico-crítico, se mostrando como uma abordagem pacífica que gera apenas a propagação da história a partir de uma visão colonialista. Assim, temos que essa falta de debates que proporcionem ao aluno uma análise profunda sobre a situação racial no país acaba se tornando uma forma de contribuição na construção de discursos cada vez mais opressivos, gerando uma perpetuação errada do contexto racial e étnico (SANTOS, 2017).

Uma outra característica do EREER diz respeito à utilização de material didático para essas abordagens em sala de aula, que ainda se observa nas instituições. Sabemos que geralmente, os livros utilizados, embora tenham a intenção de oferecer

representatividade e conhecimento, ainda reforçam a ideia estereotipada acerca da figura das pessoas negras. Se deparar e utilizar dessas matérias em sua prática de ensino se configura como um erro grave, uma vez que, buscar e utilizar essas ferramentas mesmo com o entendimento acerca dos estereótipos criados, acaba por direcionar o aluno à vinculação de um perfil selvagem e imoral idealizado para a representação das pessoas negras, que acaba por reproduzir ideologias racistas e contribuem com a permanência dessa visão sobre essa população até hoje (PEREIRA, 2015).

Ademais, educar para as relações étnico-raciais, vai além de discussões e debates. Na escola, esse ensino é aplicado através da repreensão de atitudes negativas realizadas pelos alunos e que são observadas pelos docentes, porém é necessário fazer com que esses cidadãos em formação possam refletir e lidar sobre questões ligadas a diversidade racial e cultural no país e nela intervir, ou seja, implica também em reconhecer e combater as manifestações de racismo e preconceito que ocorrem, mesmo que implicitamente, dentro do ambiente escolar (COELHO; REGIS; SILVA, 2021).

Nesse sentido cabe ao professor realizar essa intervenção através de recursos pedagógicos que auxiliem sua prática, contudo não se observa essa atuação, demonstrando mais uma vez que esse ensino acaba se tornando esporádico e superficial, que utiliza de métodos inadequados que oferecem uma visão errônea sobre as questões étnico-raciais (COELHO; REGIS; SILVA, 2021).

Aplicando a nossa realidade, durante as práticas realizadas no ambiente escolar, observou-se que essas características estão presentes em nosso cotidiano. O trabalho desenvolvido pelos discentes nas instituições de ensino não abrange a questão da valorização, entendimento, debates e representação das questões étnico raciais de cunho afro brasileiro, evidenciando que muitos locais ainda desconhecem a obrigatoriedade da aplicação dessas práticas.

Embora seja comum observar essa carência relacionada a aplicabilidade da lei, Santos (2017), afirma que em algumas instituições são verificados que a implantação dessas abordagens está acontecendo de maneira mais ativa, mostrando que é possível realizar essas intervenções.

Algumas escolas passaram a incluir projetos pedagógicos que fomentam a inserção do EREER no decorrer do ano letivo, além de incluírem as relações raciais nos seus currículos, de modo a fornecer uma representatividade ligada ao contexto desses alunos, também temos a alteração dos livros didáticos utilizados, que estão sendo

modificados e voltados para as literaturas de cunho africano que demonstram um papel significativamente importante, que desperta nesses alunos o reconhecimento e identificação positiva nas imagens dos livros e histórias africanas (SILVA; MEIRA, 2019).

Ao analisarmos o contexto da não realização dessas atividades observa-se que boa parte delas está ligada ao fato da falta de formação inicial/continuada do profissional quanto ao assunto das relações étnico-raciais, como consequência temos uma deficiência no embasamento sólido dessa temática, que acabam corroborando com a perspectiva estereotipada que se aborda no ambiente escolar.

Essa problemática acerca da formação profissional demonstra um problema estrutural, haja vista que, Santos (2017), mostra em seu estudo que esses professores não possuem, durante a sua formação acadêmica, um contato mais direto com a temática envolvendo o contexto étnico e racial, muitos demonstram se sentirem inseguros para realizar tais abordagens devido a falta de conhecimento teórico apropriado.

De fato, essa falta de capacitação profissional acarreta em diversas consequências que fomentam a precarização do EREER, além de causar situações que contribuem para a perpetuação de práticas de cunho racista dentro do ambiente escolar (CARVALHO, 2014).

Coqueiro (2020), mostra que essa falta de capacitação profissional implica na forma de lidar com os diversos contextos observados no ambiente escolar. São vários os relatos que mostram que existe uma invisibilidade do aluno negro na escola, uma seqüela causada devido a presença de ideologias racistas, onde o padrão branco apresenta-se em todos os espaços em detrimento do negro, onde sua ausência se torna normal, pois aquele lugar onde está inserido não é visto como seu lugar de pertencimento, fato muito recorrente nas instituições de ensino devido o contexto histórico envolvido e o racismo estrutural enraizado em nossa sociedade.

Nota-se então que a falta de capacitação acaba contribuindo para a negação do preconceito, fator que acaba gerando a continuação da reprodução e veiculação do racismo, atribuindo ao preconceito racial uma característica de ser imperceptível e naturalizado, principalmente por estarem presentes em um contexto onde o discurso realizado funciona como uma ferramenta de disseminação de valores, estereótipos e conceitos negativos sobre as diferenças raciais, o que acaba causando um comprometimento do senso crítico e ético, fornecendo meios para que as pessoas atribuam aos negros um olhar pré-concebido, minimizando a totalidade de seus atributos

e gerando diversas desvantagens, tanto para o grupo negro, quanto para o restante da sociedade (SOARES, 2017).

A falta de formação profissional inicial/continuada implica na carência da autoconsciência por parte dos docentes, o que acaba contribuindo para que eles participem direta ou indiretamente de ações que comprometem as relações étnico raciais dentro do ambiente escolar, o que faz com que haja a não percepção do racismo e preconceito racial dentro desse espaço (SILVA, 2014).

Em vista disso, destacamos os docentes como grandes influentes no que diz respeito à reprodução, assim como também na desconstrução e desnaturalização de práticas, pensamentos e ações de cunho racista, da mesma forma que se configura também como um reprodutor de atitudes que são responsáveis pela manutenção dessas ideologias.

Dessa forma, é importante que se criem meios para auxiliar nessa formação profissional, seja ela inicial ou continuada, assim, foram pensados em diversos métodos de abordagem que se caracterizassem como boas intervenções para a problemática em questão.

Nesse sentido escolheu-se a criação de um vídeo didático que funcione como ferramenta de auxílio para a capacitação dos discentes atuantes na rede de ensino, seja ele básico, médio ou superior, de modo a fornecer subsídios para que esses profissionais estejam iterados com a temática em questão, sintam-se seguros quanto aos conhecimentos teóricos acerca do assunto e façam com que a lei seja implantada efetivamente nas instituições de ensino, contribuindo significativamente para o ensino das relações étnico raciais no seu cotidiano.

PROCEDIMENTOS PARA ELABORAÇÃO DE UM VÍDEO EDUCATIVO

Considera-se de grande importância integrar as diversas formas de ensino, não apenas ao componente curricular da educação física, mas também todas as disciplinas que se tem no currículo utilizando de formas inovadoras e com um potencial de diferenciação que seja capaz de mediar o processo de ensino-aprendizagem (ARROIO; GIORDAN, 2006).

Dessa forma, damos destaque às formas de ensino baseadas em novas tecnologias que são vistas como protagonistas nos processos pedagógicos. De acordo com Ferrés (1996), o uso dessas tecnologias no processo educacional ocasiona uma melhor aprendizagem daqueles que participam dessa ação, desde que elas estejam empregadas e

utilizadas de forma que proporcionem a esses alunos o desenvolvimento dessa aprendizagem.

A abordagem tecnológica, por se tratar de uma atividade recente e pouco empregada de maneira efetiva, por uma quantidade significativa de contextos, necessita de diversas tentativas para que sejam realizadas a construção desses materiais didáticos, tais como os vídeos, por exemplo (ARROIO; GIORDAN, 2006).

A disposição desse direcionamento contribui ativamente para a integração de conteúdos que geralmente não são abordados ou são pouco empregados na prática pedagógica, no caso desse estudo, a educação para as relações étnico raciais, uma temática transversal que é compreendida como um grande problema social.

Ao refletir sobre a construção de uma mídia digital de aplicação educacional, observa-se que é necessário considerar que o processo de elaboração e desenvolvimento da ferramenta precisam incluir desde o funcionamento até os mecanismos pedagógicos e didáticos que fazem parte da base de toda a realização do processo de ensino aprendizagem (ARROIO; GIORDAN, 2006).

Desse modo, de acordo com Falkembach (2005), deve-se pensar e responder os seguintes questionamentos: quais os conceitos relevantes do conteúdo, tendo como referência a realidade do aluno? que noções facilitam e aprofundam o entendimento destes temas a serem trabalhados?

Essa aplicação de uma hipermídia educacional, pode se dar de diversas maneiras, como exemplo temos: lições; conteúdos de aulas; cursos; programas de treinamento ou quaisquer atividades didáticas, desde que seja encarada como um conteúdo a ser aprendido. Por isso, é necessário que se leve em consideração a totalidade dos procedimentos pedagógicos que abrangem desde a análise do conteúdo que vai ser utilizado e quais as estratégias mais adequadas de desenvolvimento para cada um desses conteúdos, até o entendimento de como se dá o processo de ensino-aprendizado de acordo com as interações entre os participantes do processo e o conteúdo a ser ministrado (RAZERA et al., 2014).

A partir disso, observa-se que a utilização de multimídias, quando bem estruturadas, auxiliam de forma significativa o processo de ensinar e aprender, uma vez que elas oferecem muitas alternativas de abordagem de determinados conteúdos através desse recurso, assim essa tecnologia permite refletir sobre diversas propostas pedagógicas que podem ser mediadas por tecnologias digitais e subsidiar a criação de materiais de

apoio para todos os níveis do ensino, do básico ao superior, se mostrando também como um importante recurso didático para atuação no ensino à distância (GRAVE, 2020).

Além de se mostrar como uma importante ferramenta de auxílio no ensino, a elaboração de um material audiovisual se mostra como uma importante alternativa devido ser um meio econômico e de ampla divulgação por conta da facilidade do acesso à internet nos tempos atuais, além da grande inserção do público dentro das plataformas digitais, como as redes sociais e aplicativos, configurando esse mecanismo como sendo de fácil adesão, uma vez que se mostra muito mais dinâmico se comparado com outras tecnologias que vemos rotineiramente como cartazes e cartilhas (RAZERA et al., 2014).

Dessa forma, para a construção do material que pretende se utilizar no processo, é necessário que sejam elencadas quais procedimentos devem ser realizados nessa elaboração. De acordo com Grave (2020), para a elaboração de um vídeo didático devem ser realizados os seguintes procedimentos: Análise e planejamento; modelagem; implementação; avaliação/manutenção e distribuição.

Na etapa de análise e planejamento, como o próprio nome menciona, serão realizados procedimentos organizacionais para a execução do projeto. Sendo assim, ocorre a definição dos objetivos da tecnologia, a escolha do conteúdo que será abordado, a quem será destinada a tecnologia, ou seja, seu público alvo, quando seria apresentada à população, onde e como seria feita essa mostra e quais os recursos que se mostram necessários para que seja possível desenvolver essa ideia, além de calcular o orçamento disponível para a execução do projeto e elencar quais são os resultados esperados (RAZERA et al., 2014).

Na fase de modelagem, serão criados modelos que permitem o melhor entendimento acerca da temática abordada, de moto a facilitar a compreensão, discussão e a aprovação do sistema, antes de sua construção propriamente dita. Essa fase implica na construção de três tipos de modelos: o conceitual, de navegação e de interface (FALKEMBACH, 2005).

O modelo conceitual, consiste na análise sobre o conteúdo do material e como ele será disponibilizado para o discente, funcionando basicamente como um plano de ação/roteiro que exemplifica como será a base da aplicação. Nessa fase é executada a seleção dos textos e falas que serão utilizadas, a construção do conteúdo com bastante rigor metodológico e a realização da transformação de um assunto de cunho técnico-científico, para uma linguagem mais descomplicada e acessível, a fim de tornar a

mensagem mais entendível para o público alvo, tornando o ensino mais eficaz (RAZERA et al., 2014).

O modelo de navegação corresponde à definição das estruturas de acesso, essa modelagem serve para direcionar o uso da ferramenta. Sua construção visa proporcionar ao usuário um entendimento mais fácil de como lidar com o mecanismo, através da criação de uma interface intuitiva que visa impedir que o usuário fique desorientado e diminua a sua sobrecarga cognitiva, utilizando de metodologias como o roteiro guiado, que organizam a disposição das informações de modo que a apresentação do conteúdo facilite o entendimento do aluno sem gerar confusão ou dispersão (FALKEMBACH, 2005).

O modelo de interface vem para harmonizar o conteúdo, pois deve ser compatível com os dois modelos anteriores. Seu objetivo é criar uma identidade visual para a ferramenta, sempre respeitando a organização das informações necessárias, juntamente com as características estéticas do mecanismo, atentando sempre para a escolha das mídias que serão utilizadas e que farão parte da construção da ferramenta, haja vista que cada uma dessas pode estimular diferentes sentidos, que se combinados criam uma percepção única acerca daquilo que está sendo abordado (GRAVE, 2020).

Na terceira etapa temos a implementação, que corresponde ao processo de produção/reutilização e a digitalização das mídias. É a fase onde são elaborados os componentes do vídeo, como sons, imagens, animações ou os vídeos propriamente ditos, que podem ser elaborados em softwares específicos, além da verificação da possibilidade de conflitos com direitos autorais, atentando sempre para a descrição das fontes/créditos; ademais é nessa etapa que são revisados os conteúdos escolhidos, bem como os textos elaborados para que não haja erros tanto na gramática, quanto nos conceitos que serão expostos (GRAVE, 2020).

A avaliação e manutenção são as fases de testes, análise, verificação do conteúdo criado, a fim de identificar possíveis erros no conteúdo e na gramática da ferramenta, essa etapa embora descrita agora, deve ser realizada durante todo o percurso da criação da ferramenta, para evitar problemática que podem ocorrer no processo de elaboração (RAZERA et al., 2014).

Por fim, temos a quinta etapa, que corresponde à distribuição, momento em que a ferramenta já pronta é destinada a seu público alvo. Essa distribuição pode ser realizada

de diversas formas, como por meio de CD's e principalmente através da internet, seja por sites, links ou por compartilhamento nas redes sociais (FALKEMBACH, 2005).

A partir do entendimento dos procedimentos que são necessários para a construção de um vídeo educativo, torna-se mais fácil idealizar o caminho a ser seguido para elaborar uma ferramenta de qualidade, eficiente e de grande importância diante do cenário em que estamos inseridos, dessa forma, o desenvolvimento dessa tecnologia será profícuo.

OBJETIVOS EM SE TRABALHAR A EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO RACIAL (ERER) NA ESCOLA

A ERER na escola vem para contribuir de diversas formas no processo de ensino que vemos no dia a dia, de modo geral, tanto a Lei 10639/03 que regulamenta a abordagem de aspectos étnico raciais e culturais no ensino, quanto a implantação da ERER na escola tem o objetivo de superar as desigualdades educacionais e étnico-raciais, a partir da promoção da cidadania e educação e pela erradicação de todas as formas de discriminação (SANTOS JUNIOR; BUGNI, 2018).

Consideramos então, que os objetivos relacionados ao trabalho realizado a partir do ensino das relações étnico raciais nas escolas são diversos, abaixo veremos alguns deles.

Como vimos anteriormente, as escolas são um ambiente bastante propício a cenas de discriminação, desigualdade e práticas racistas. Observamos que há uma grande negação do racismo nesse ambiente, bem como a invisibilidade do aluno negro. Estudar a ERER nesse contexto, objetiva proporcionar a desconstrução dessas práticas corriqueiras a partir da estimulação da realização de práticas pedagógicas que venham com o intuito de cessar essa omissão quanto a realidade do aluno negro, bem como gerar o reconhecimento das diferentes identidades que estão presentes no espaço escolar, respeitando a diversidade racial e fazendo com que a escola reconheça a população negra como seres reflexivos e culturais (COQUEIRO, 2020).

Esse fato nos traz uma reflexão acerca da diversidade encontrada no espaço escolar, uma vez que nesse local não existe a presença de uma só cultura, mas sim um ambiente rico em diversidade cultural, étnico e racial devido a presença dos mais variados grupos, o que poderia gerar uma série de trocas de conhecimentos e entendimentos sobre as questões acima citadas, que enriqueceriam grandemente o aprendizado dos educandos,

contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa, igualitária e que valorize e respeite as diversidades raciais e étnicas.

Contudo o que vemos é um espaço que cada vez mais abre portas para essa segregação e perpetuação das práticas advindas de um contexto e desenvolvimento social totalmente baseado em uma visão colonialista e segregacionista. Nesse interim, nota-se que ocorre o contrário do que se espera, sendo boa parte dessa responsabilidade advinda de um contexto de falta de informações e repetições de comportamentos que estão enraizados em nossa sociedade (SANTOS, 2017).

Trabalhar com a EREER na escola objetiva abrir espaços para questionamentos das relações étnico raciais que geralmente são baseadas em preconceitos, falas ou julgamentos que desqualificam a pessoa negra e evidenciam os estereótipos depreciativos criados acerca dessas pessoas, atitudes veladas ou que são violentamente explícitas que acabam representando os sentimento de superioridade e hierarquização dos brancos em relação aos negros, evidenciando cada vez mais a desigualdade existente entre esses grupos(PEREIRA, 2015).

Dessa forma, estudar esse contexto objetiva fornecer métodos de enfrentamento dessas questões, proporcionando subsídios para que as políticas educacionais e de estratégias pedagógicas de valorização da diversidade sejam de fato implementadas na realidade em que vivemos.

Como métodos de enfrentamento dessas problemáticas temos principalmente a formação de professores capacitados a lidar e ensinar com propriedade sobre as relações étnico-raciais. De fato, esses profissionais são de extrema importância, haja vista que a partir da transformação que pode ser realizada na concepção da educação física convencional para a revolucionária, fomenta a interpretação da educação como uma atividade emancipadora e libertadora, assim causando diversas mudanças nos níveis de consciência dos cidadãos envolvidos, gerando indivíduos que possuem uma consciência intransitiva, em sujeitos com uma consciência crítica transitiva no que tange o entendimento sobre processos e atitudes de colonialidade, que são os principais pontos que influenciam na vida de pessoas negras e até mesmo não negras no dia a dia (CARVALHO, 2014).

Com isso temos que estudar sobre EREER nas escolas também objetiva fomentar estudos que questionem a questão da formação do professor de Educação Física escolar, bem como a educação para as relações étnico-raciais a fim de proporcionar um maior

entendimento sobre a temática para esse público, além de fornecer ideias de abordagem, esclarecimento de dúvidas referente ao assunto, haja vista que esse se trata do profissional que entende sobre corporeidade, os diferentes corpos biológicos e que se atrelada ao contexto social é capaz de gerar mudanças significativas no ambiente escolar (POMIN; CAFÉ, 2020).

Outro objetivo que se tem ao estudar a ERER diz respeito sobre o reconhecimento, a representatividade e a identificação que essa pratica é capaz de proporcionar aos estudantes da rede de ensino, seja ele básico, médio ou superior. Realizar essas abordagens partindo de outras perspectivas, no caso da educação física, buscar meios para que esse debate seja feito de maneira que fuja aos ideais convencionais que são bastante utilizados, como a capoeira por exemplo (POMIN; CAFÉ, 2020).

Estudar a ERER permite ao docente uma visão /mais assertiva e diferenciada sobre como trazer representatividade e entendimento de questões étnico raciais sem pesar ou causar desinteresse naqueles que participam desse momento.

O estudo dessa área permite que sejam inseridas diversas outras praticas que auxiliam no processo de formação da identidade da criança negra, uma vez que a partir do reconhecimento de que existe uma grande riqueza cultural negra no Brasil, se gera nela um interesse maior e positivo nessas atividades, fazendo com que ela perceba que existe uma representação positiva para ela, assim, esse indivíduo poderá se identificar e se aceitar, valorizando seus próprios traços e sua cultura, que muitas vezes e anulada em detrimento de práticas realizadas por brancos (DEMARZO, 2019).

Através de do estudo dessa temática objetiva-se gerar uma mudança no que diz respeito à percepção das desigualdades, fazendo com que os indivíduos acreditem que é um objetivo e dever de todos criar formas de se combater toda e qualquer discriminação de cunho racista, além de proporcionar a desmistificação da democracia racial, que se fazem bastante presentes em materiais de uso corriqueiro, como os materiais didáticos e pedagógicos dos professores. Ademais através dela, se almeja incentivar as reflexões sobre o papel que a raça desenvolve na construção da sociedade brasileira, levando todos aqueles que entrem em contato com esse ensino a refletir e questionar as atitudes vivenciadas rotineiramente em nossa sociedade (COELHO; REGIS; SILVA, 2021).

Outrossim, também se deseja pontuar que as bases culturais do povo brasileiro não estão diretamente ligadas somente aos europeus, que muito se evidencia no nosso dia a dia, mas também há a forte presença de traços culturais da matriz africana. Dessa forma

há a necessidade de divulgação da cultura africana, mostrando seus traços, hábitos e características e mostrando a necessidade que se tem acerca conscientização sobre os tipos de preconceito e discriminação e que toda e qualquer forma de injustiça e racismo é crime (SOARES, 2017).

De maneira geral podemos perceber que os objetivos ligados ao estudo da EREER estão diretamente ligados às problemáticas encontradas na construção deste estudo, dessa forma, todos os objetivos convergem para o mesmo lugar, que são a conscientização tanto dos professores, quanto dos discentes; a valorização dos traços culturais de matriz africana; a aceitação dos próprios traços, do seu corpo e de suas características fenotípicas; o melhor entendimento sobre o assunto para que se possam criar estratégias pedagógicas adequadas a cada vivência e a cada contexto social; além de fornecer conhecimentos que proporcionem a quebra de práticas que perpetuam o racismo estrutural em nossa sociedade, principalmente no que diz respeito a invisibilidade do discente negro que é um fator de extrema contribuição para esse cenário.

Esses objetivos são capazes de realizar pequenas mudanças de comportamento de forma positiva, pois fomenta a reeducação dessas relações étnico raciais, se mostrando intimamente ligada com o exercício da cidadania, atribuindo aos relacionamentos interpessoais um sentido de reciprocidade entre os sujeitos do convívio. Essa cidadania é entendida como o respeito em comum com o outros, dessa forma, a cidadania está diretamente atrelada ao respeito as diferenças, fator diretamente fomentando pela EREER, pois respeitar as diversidades faz parte da reparação dos direitos iguais, que acaba por garantir a cidadania (COELHO; SILVA, 2021).

Nesse sentido, no momento em que se depreende que essa luta é de todos, se passa a acreditar que a conquista de direitos, de espaço e de respeito não tem objetivo de distinguir os diferentes grupos étnico-raciais presentes na sociedade, e sim corroborar com a união destes, a fim de gerar maior entendimento e respeito à cultura que por vezes é menos valorizada e discriminada, gerando um respeito mútuo e tornando a sociedade mais harmoniosa e igualitária (COELHO; SILVA, 2021).

Sendo assim, analisando os objetivos acima citados, depreende-se que qualquer trabalho nesse sentido é de suma importância, mesmo que seja realizado com um grupo pequeno ou com poucas pessoas, pois é válido todo o esforço feito para que haja mudanças significativas nas relações interpessoais entre esses grupos, haja vista que, essas poucas pessoas futuramente atuarão como propagadores de informações. Portanto,

atuar fornecendo subsídios para a transformação da realidade que vivemos é o objetivo da educação para as relações étnico-raciais.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A EREER se caracteriza como um processo que auxilia na desconstrução do racismo enraizado em nossa sociedade, estudar essa temática é de suma importância pois proporciona um melhor entendimento sobre o cenário em que vivemos e abre espaço para a inclusão e valorização da cultura afro-brasileira nas práticas pedagógicas, oferecendo subsídios para a construção de uma sociedade mais igualitária.

Assim, propôs-se a construção de um material audiovisual para auxiliar na formação de professores e alunos sobre a EREER, sendo um método apropriado e possível de ser realizado devido ao fácil acesso às ferramentas de construção de vídeos, além de ser uma forma de disseminação de conhecimento mais prática e de fácil implantação, se tornando essencial no processo de ensino-aprendizagem.

A partir da aplicação desse método, será possível criar espaços para a discussão acerca das relações étnico-raciais na escola, fornecendo estratégias de enfrentamento dessa realidade, criando políticas educacionais internas que fomentem a representatividade e a valorização dessa cultura. Portanto, tais objetivos contribuirão diretamente na formação dos cidadãos para melhor viver em sociedade.

4. REFERÊNCIAS

ARROIO, Agnaldo; GIORDAN, Marcelo. O vídeo educativo: aspectos da organização do ensino. **Química nova na escola**, v. 24, n. 1, p. 8-11, 2006.

BORGES, Elisabeth Maria de Fátima. A Inclusão da História e da Cultura Afrobrasileira e Indígena nos Currículos da Educação Básica. **Revista Mestrado em História**, Vassouras, v. 12, n. 1, p. 71-84, jun. 2010. Disponível em: http://www.uss.br/pages/revistas/revistaMestradoHistoria/v12n12010/pdf/05A_I_nclusaodahistoriaculturaafro.pdf. Acesso em: 14 jul. 2021.

CARVALHO, Ana Cláudia. **S RELAÇÕES RACIAIS E A FORMAÇÃO DOCENTE EM EDUCAÇÃO FÍSICA NO BRASIL: o que diz a legislação?**. 2014. 130 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Educação., Universidade Federal de São João Del-Rei, São João Del-Rei, 2014.

COELHO, Wilma de Nazaré Baía; REGIS, Kátia Evangelista; SILVA, Carlos Aldemir Farias da. O LUGAR DA EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NOS PROJETOS POLITICO-PEDAGÓGICOS DE DUAS ESCOLAS

PARAENSES. **Revista Exitus**, [S.L.], v. 11, n. 1, p. 1-24, 19 mar. 2021. Universidade Federal do Oeste do Para. <http://dx.doi.org/10.24065/2237-9460.2021v11n1id1533>.

COQUEIRO, Edna Aparecida. Educação Das Relações Étnico-Raciais: Desnaturalizando O Racismo Na Escola E Para Além Dela. **Curitiba**, v. 22, n. 03, 2020. Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/1838-8.pdf> Acesso em: 14 JUL. 2021.

DEMARZO, Marisa Adriane Dulcini. **Educação das Relações Étnico-Raciais: aprendizagens e experiências de professoras em são carlos-sp**. 2009. 184 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2009.

FALKEMBACH, Gilse Antoninha Morgental. CONCEPÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE MATERIAL EDUCATIVO DIGITAL. **Cinted-Ufrgs**, [s. l.], v. 3, n. 1, p. 1-15, maio 2005.

Ferrés, Joan. **Vídeo e Educação**. 2 a ed., Porto Alegre, Artes Médicas, 1996.

GRAVE, Henrique Ponciuncula. **Prevenção e controle de sintomas no ambulatório de quimioterapia: construção e validação de vídeos educativos em saúde**. 2020. 125 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Medicina, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

LACERDA JUNIOR, José Cavalcante. Educação das Relações Étnico-Raciais na formação em Pedagogia. **Revista Cocar**, Belém, v. 15, n. 32, p. 1-17, jan. 2021.

PEREIRA, Andreza Rodrigues. **RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NO AMBIENTE ESCOLAR E A VALORIZAÇÃO DO ESTUDO DE DIREITOS HUMANOS**. 2015. 40 f. TCC (Graduação) - Curso de Educação Física, Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

POMIN, Fabiana; CAFÉ, Lucas Santos. Educação para as relações étnico-raciais na educação física para além da capoeira. **Motrivivência**, [S.L.], v. 32, n. 63, p. 01-23, 16 nov. 2020. Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). <http://dx.doi.org/10.5007/2175-8042.2020e74127>. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/motrivivencia/article/view/74127>. Acesso em: 14 jul. 2021.

POMIN, Fabiana; DIAS, Lucimar Rosa. Educação das relações étnico-raciais em aulas de educação física: uma abordagem conceitual. **Revista Olhares**, Guarulhos, v. 7, n. 1, p. 81-94, maio 2019. Disponível em: <https://periodicos.unifesp.br/index.php/olhares/article/view/6836>. Acesso em: 14 jul. 2021.

RAIMUNDO, Alessandra Cristina; TERRA, Dinah Vasconcellos. EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NA EDUCAÇÃO INFANTIL: a história de sophia. **Movimento (Esefid/Ufrgs)**, [S.L.], v. 27, n. 1, p. 1-16, 2 abr. 2021. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. <http://dx.doi.org/10.22456/1982-8918.108168>.

RAZERA, Ana Paula Ribeiro *et al.* VÍDEO EDUCATIVO: estratégia de ensino-aprendizagem para pacientes em tratamento quimioterápico. **Cienc Cuid Saude**, [s. l], v. 13, n. 1, p. 173-178, mar. 2014.

SANTOS, Ramile da Silva. **FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA A EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO RACIAIS E OS IMPACTOS NA PRÁTICA DOCENTE**. 2017. 62 f. TCC (Graduação) - Curso de Pedagogia, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Amargosa, 2017.

SANTOS JUNIOR, Edson dos; BUGNI, Renata Porto. A EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NA EDUCAÇÃO BÁSICA A PARTIR DA LEI 10.639/03. **Revista Internacional de Debates da Administração Pública: RIDAP**, São Paulo, v. 1, n. 3, p. 33-47, jan. 2018. Anual. Disponível em: <https://periodicos.unifesp.br/index.php/RIDAP/article/view/1287>. Acesso em: 14 jul. 2021.

SILVA, Eva Dino do Nascimento. **A questão étnico-racial na educação infantil: fomentando novas práticas pedagógicas**. 2014. 81 f. TCC (Graduação) - Curso de Pedagogia, Fauniversidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, 2014.

SILVA, Santuza Amorim da; MEIRA, Flávia Paola Félix. A educação das relações étnicoraciais na formação inicial: um diálogo necessário no combate ao racismo. **Cadernoscenpec**, São Paulo, v. 9, n. 1, p. 6-27, jan. 2019. Semestral. Disponível em: <http://cadernos.cenpec.org.br/cadernos/index.php/cadernos/article/view/456>. Acesso em: 14 jul. 2021.

SOARES, Dandara de Carvalho. **AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E AS TIC NA EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR**: possibilidades para o ensino médio a partir do currículo do estado de são paulo. 2017. 163 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Desenvolvimento Humano e Tecnologias, Instituto de Biociências da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Rio Claro, 2017.

AUTORA:

RAYANE KLECILMA VIANA GONÇALVES: Acadêmico de Educação Física da Universidade do Estado do Pará. rayane.goncalves@aluno.uepa.br



Capítulo 5

OBSTÁCULOS ENCONTRADOS PELO FUTEBOL FEMININO

DOI: 10.29327/545908.1-5

Mikaeli Da Silva Bugarim
Savick Evellyn Silva Barros

OBSTÁCULOS ENCONTRADOS PELO FUTEBOL FEMININO: Um estudo a partir de produções científicas.

Mikaeli Da Silva Bugarim

Savick Evellyn Silva Barros

RESUMO

O futebol feminino desde a sua origem vem sofrendo obstáculos para conseguir o seu lugar no esporte e na sociedade. Observa-se que, ainda o futebol é visto como um esporte masculino, onde as mulheres são apresentadas com menos visibilidade. Entretanto, os preconceitos são maiores. Mas, nada tem impedido as atletas de futebol lutarem por equidade no esporte. Um lugar que é para todos. As conquistas no futebol é mais uma continuidade da ascensão da mulher na sociedade, no esporte, na vida social e pessoal. Está pesquisa foi realizada através de buscas no google acadêmico, na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTS) e revistas, como a revista movimento e a revista motricidade e outras, dos últimos cinco anos. Porém, no google acadêmico e no BDTS foram onde se mais encontraram estudos relacionados a futebol feminino.

Palavras Chaves: Origem. Futebol feminino. Obstáculos. Preconceito.

1. INTRODUÇÃO

Quando se trata de futebol feminino (FM) no Brasil, não há tantas informações quanto ao futebol masculino. Não se encontra muito sobre as estruturas e os investimentos associados ao FM, isso acaba sendo um pouco contraditório, além do mais, o Brasil é considerado o país do futebol. Com isso fica claro que existe uma delimitação a esse reconhecimento, onde a maior parte é voltado ao futebol masculino.

Um exemplo disso, é a recente visibilidade ao FM no Brasil, exibida pelo Museu do Futebol. É importante ressaltar que, muitos jogadores e jogadoras brasileiros são considerados craques mundiais.

O futebol é um esporte que desperta paixão nacional, e ainda assim, quando entra em debate o futebol feminino no Brasil, se percebe que, existem muitos obstáculos a serem superados, relacionados ao respeito as jogadoras de futebol, ao reconhecimento do seu talento e em questão aos investimentos para promover e incentivar o FM.

No Brasil a vivência do futebol praticado por mulheres só se teve manifestação na década de 90, a partir do ano de 1921. Sendo que a aparição da primeira seleção oficial de futebol feminino decretada pela confederação brasileira de futebol (CBF) só teve início após 60 anos.

Em 1988 a CBF teve que organizar rapidamente uma equipe de futebol feminino que representaria o Brasil no mundial. Diante disso, e valido ressaltar que o Brasil fazia parte dos poucos países que ainda não tinham o futebol feminino como realidade, dessa forma, a equipe brasileira diferente das outras, apanhou uma série de dificuldades. Entretanto, se sobressaíram de cada uma, tiveram efeitos positivos e, além disso, se destacaram na competição.

Nos anos 1991, a Fédération Internationale de Football Association (FIFA), organizou a primeira Copa do Mundo de FM, um marco que aconteceu na China. Segundo Pisani (2015), o futebol feminino se integrou aos jogos Olímpicos em 1996 pela sede de Atlanta, nos Estados Unidos (EUA). Essa foi uma grande porta para o FM brasileiro mostrar a sua potencialidade no esporte, e ser o que é hoje, reconhecida entre as melhores seleções do mundo.

Estudos mostram que a prática do FM nos países Europeus e nos Estados Unidos é tratada de forma estruturada e profissional. Dados relatam que existe mais de 29 milhões de mulheres praticantes de futebol no mundo. Radnedge(2009), acredita que se formos observar, o retorno das finanças se tornam maiores aos clubes que acolhe o futebol FM.

Já no Brasil a realidade é diferente, visto que o FM ainda é tratado em grande parte de forma amadora. Nessa situação as atletas brasileiras em maior parte precisam realizar outras atividades, pois os investimentos públicos e os retornos financeiros dos clubes são mínimos. Em decorrência disso, se levanta um obstáculo, a falta de visibilidade ao FM por parte da mídia.

Acredita-se que esse estudo irá valorizar o futebol feminino; quem sabe, instigar projetos sociais e associações de femininas de futebol nas grandes cidades e interiores. Somando a isso, mostrar que é uma opção de lazer para as mulheres em geral, pois é dever do Estado promover diversos meios de lazer a toda sociedade. Na busca por estudos relacionados ao assunto, diante das conclusões de outros trabalhos percebe-se que há incentivo para mais estudos na área sobre a prática do futebol feminino.

A valorização da mulher no futebol feminino, as lutas das mulheres para se tornarem cidadãs ativas no esporte vem ganhando foco no mundo inteiro. Buscam a cada instante quebrar as barreiras que a sociedade impõe ao longo dos séculos. Essas lutas são engajadas principalmente com objetivo de buscar a equidade no futebol ou até mesmo diminuir as grandes diferenças e Injustiças históricas, quando se é equiparado ao futebol masculino.

O futebol feminino é uma excelente opção de programas de lazer para serem implementados em toda sociedade, devido ser considerado um esporte totalmente coletivo. Além disso, passa a ser uma motivação a prática do futebol por mulheres e uma possível oportunidade ao esporte profissional.

Acredita-se existe uma contribuição no campo de pesquisa sobre as lutas das mulheres para a prática do esporte em especial o futebol e cooperar com estudos que mostram os avanços das mulheres, mesmo sendo de forma lenta e pouco visível.

O interesse desse pesquisador a realidade das atletas de futebol feminino da associação Fênix da cidade de Jacundá. Visto que essa realidade não é tão distante de outras cidades, como o preconceito, desvalorização do futebol feminino, carência de oportunidade, falta de incentivo, escassez de investimentos entre outras barreiras. A escassez de investimentos também mostra o quanto que futebol feminino não é apreciado, pois esse é um dos principais fatores negativos que provoca uma lacuna para a prática.

Os fatores que determinam a escolha do tema é a busca em quebrar a invisibilidade e o silêncio sobre a prática do futebol feminino, visto que ainda se percebe grandes barreiras que necessitam ser vencidas, tal como a desvalorização da mulher no esporte, tanto na categoria amadora quanto profissional.

Ligado a isso, o preconceito com mulheres que praticam um esporte considerado masculino é bem visível em meio a uma sociedade considerada moderna; os insultos que elas recebem são inadmissíveis, como “lugar de mulher é na cozinha” ou “futebol não é coisa de mulher”, sendo completamente equivocados, pois o lugar de mulher é onde ela quiser.

A luta da mulher por reconhecimento no futebol se permeia pela história esportiva, com muita persistência e sem desistência. Este estudo tem como objetivo a democratização da mulher no futebol, visto que “as mulheres” não podem se calar, mesmo que por muitas vezes são taxadas como “sexo frágil”, devido a fragilidade feminina.

Além disso, é um tema e uma modalidade esportiva que nos identificamos. Temos experiências através da escola (jogos escolares) e de forma amadora. As dificuldades que sentimos são as mesmas, e o que contribui ainda mais a isso é o pouco incentivo para a prática do futebol feminino. Outro ponto bem importante a ser destacado é a questão dos investimentos que são mínimos para o futebol feminino. Praticamente, não se vê nas cidades recursos direcionados para essa prática, essa falta atinge tanto as grandes cidades e principalmente as pequenas e interiores.

A motivação para fazer essa pesquisa é a contribuição que ela pode ter em mostrara visibilidade feminina no futebol, a força das atletas amadoras que apesar dos obstáculos elas permanecem na luta para conquistar o seu espaço dentro de campo e na sociedade.

Os obstáculos enfrentados pelas mulheres na prática do futebol são diversos, e temos como objetivo abordá-los no nosso estudo. Quais obstáculos são enfrentados pelas atletas do futebol feminino da associação fênix?

O objetivo geral dessa pesquisa é realizar uma análise das publicações que abordam o futebol feminino com seus limites e possibilidades. Entender como ocorre o incentivo da prática do futebol por parte do Poder Público e setor privado. Compreender como ocorre o desenvolvimento do futebol feminino.

Questões que norteiam essa pesquisa são, como ocorre o incentivo da prática do **futebol** por parte do Poder Público e setor privado? Como ocorre o desenvolvimento do futebol feminino no brasil? Como é desenvolvido o Futebol Feminino no Pará?

2. DESENVOLVIMENTO

ORIGEM E DESENVOLVIMENTO

A origem do futebol é mais primitiva do que se pensa. De acordo com Dobson e Goddard (2011), ele não se iniciou na Europa. Sua real raiz está ligada à China, em meados do século II a.c., assim como em outras épocas e lugares se praticava um desporto parecido como o futebol, na China era o Tsu'Chu, que se jogava com uma bola de coroa preenchida de penas, que deveria ser lançada com os pés em direção de uma rede de aproximadamente 30 a 40 cm de largura, essa rede era fincada ao solo com bambus.

Nesse jogo, os jogadores poderiam usar várias partes do corpo para se defenderes do da equipe adversária como, as pernas, suas costas, e seus ombros, somente as mãos não eram permitidas, uma regra que perpetua até hoje no esporte. No Japão, depois de séculos surgiu outro jogo, o Kemari, o qual não perdeu a sua essência com o passar do tempo e ainda é praticado pelos japoneses. A prática consiste em não deixar a bola cair no chão, e os jogadores se posicionam em círculos (FIFA, 2004).

Agora sim, falando sobre futebol moderno, o mesmo se originou na cidade da Inglaterra em um contexto histórico, a Revolução Industrial, na metade do século XVIII. De acordo com Giddens (1991), momento marcado pelo início da modernidade na

sociedade inglesa, com um grande desenvolvimento tecnológico que se alastrou pelo mundo. Dessa forma há uma ligação entre ambos, pois o esporte só era praticado pelas elites, e a classe trabalhadora era excluída dessa prática, e depois com muitas lutas, eles começaram a ter um tempo livre a mais para seus desportos, como o futebol.

Dobson e Goddard (2011) dizem que o futebol inglês era de caráter violento, porque não se tinha regras estabelecidas, era jogado de qual maneira, como, por exemplo o número de jogadores era ilimitado, onde o objetivo era levar a bola de um lugar para o outro não importando o que acontecia no meio do caminho, a diversão do jogo era um grande número de pessoas correndo atrás de uma bola nas ruas das cidades e povoados da Inglaterra.

O futebol inglês era tão violento que apesar de ser jogado até hoje com mínimos equipamentos de proteção, naquela época existia nenhuma, dessa maneira os praticantes saíam dos jogos gravemente feridos, por causas das quedas e do que ocorria durante a partida. Além disso, nessas partidas tinha a possibilidade de pessoas saírem mortas por ser tão sem limites, por conta disso, as autoridades e até mesmo a igreja naquela época procuraram acabar com essa prática, mas ela já estava se espalhando cada vez mais no país, especialmente pela classe trabalhadora e menos e pelos ex-alunos das universidades (Dobson e Goddard, 2011).

No início, o futebol não era muito aceito nas instituições de ensino, por ser visto como um jogo violento, no entanto, os alunos deixaram de praticar. Os próprios alunos marcam a história do futebol, para a sua permanência criaram as 11 primeiras regras do jogo. Nessa história as escolas da elite inglesa e as universidades, Cambridge e Oxford são de extrema relevância no estabelecimento dessas regras. Então, o futebol passou a ser uma prática pedagógica distinta de escola para escola, porém, se tornando parte da rotina dos alunos (COUTO, 2014; RIGHETTO, 2016; RIGHETTO; REIS, 2017; KANITZ, 2017).

As regras do futebol começam a se codificar nas universidades inglesas. Os fundamentos que se praticavam não eram os mesmos, dessa forma se originou dois esportes diferentes, existia o conjunto de regras da escola de Cambridge, as quais são mais parecidas com as regras de hoje; e as regras da escola de Rugby, cuja as regras eram bem diferentes (GIULIANOTTI, 2002; ALVITO, 2014).

Murray (2000), dar enfoque a importância dos ex-alunos das escolas públicas, o que no começo gerou conflitos com relação as regras por serem distintas, dessa forma

houve a necessidade de padronizar as regras do futebol. E com essa padronização, poderiam a possibilidade de competições de clubes diferentes, e também entre as instituições.

Murray (2000), ainda diz, Salop e Eton, em 1846, foram os idealistas das primeiras regras tendo sua padronização em 1848, em Cambridge, no Trinity College. A regra de não poder usar as mãos no futebol é uma das principais para dar funcionalidade no jogo.

Segundo Righetto (2016), com a mudança de jogo para esporte institucionalizado, para dar fim as diferenças de regras entre clubes, e ser possível as disputas entre clubes e ligas, no ano de 1886, algumas associações de países diferentes foram fundamentais para a fundação da International Football Association Board (IFAB), como a Football Association (FA) na Inglaterra, na Escócia, a Scottish Football Association (SFA), no País de Gales, a Football Association of Wales (FAW), e a Irish Football Association (IFA) na Irlanda do Norte.

A IFAB, até hoje são responsáveis em preservar ou alterar as regras do futebol de forma mundial, a mesma se reúne duas vezes ao mês para discuti-las com as associações fundadoras (RIGHETTO, 2016).

De acordo com Buraimo et al (2006), a Football Association (FA) é a primeira Federação do mundo, fundada em 1863 no mês de outubro. Essa fundação surgiu depois que clubes ingleses, os londrinos e os interioranos se reuniram para entrar em acordos esportivos. A FA era a favor do futebol amador, sem fins lucrativos, somente como forma de lazer. Mas, em 1871, foi criada “The Football Association Cup” (FA Cup), e os representantes dos clubes perceberam que os torneios poderiam ser uma maneira de arrecadar fundos com as vendas de ingressos.

Os jogadores também viram como uma oportunidade de receberem recompensas financeiras após as vitórias nas competições. Na primeira copa inglesa participaram 15 equipes, um dos times era o Wanderers, formado por apenas universitários da (Oxford) e Cambridge, que disputaram com o time do Royal Engineers para 2,000 telespectadores e foram campeões (BURAIMO; SIMMONS; SZYMANSKI, 2006).

Como as competições foram ficando cada vez mais frequentes e a FA já não colocava mais tantas barreiras com relação à profissionalização dos atletas, como resultado de persistência da FA Cup, em 1885, houve a legalização da profissionalização no futebol na Inglaterra (DOBSON; GODDARD, 2011).

Segundo Buraimo *et al* (2006), em 1888, foi fundada a primeira liga inglesa, a Football league, a qual é considerada também um marco muito importante na história do futebol. Cujas as primeiras edições da liga, em três anos consecutivos 12 times participaram. Isso mostra um acréscimo e permanência da prática do futebol no país.

No ano de 1893, a liga inglesa foi surpreendida com a quantidade de equipes participantes, sendo necessária uma divisão da edição, onde a primeira foi formada por 16 times. O real crescimento da Football League se deu em 1895, onde 32 clubes se filiaram, em 1899, 36 clubes e em 1906, 40 se filiaram (BURAIMO; SIMMONS; SZYMANSKI, 2006).

Quanto mais se passava os anos, mais o futebol ganhava espaço no território inglês, tanto que em 1921, a competição se realizou com mais uma divisão, chamada divisão do Sul, sendo a terceira com mais 22 times para disputarem. Em 1992, mais times foram acrescentados, completando a terceira divisão, chamada divisão da região norte. No ano de 1923, a liga estava sendo composta por 88 times, possibilitando ter quatro divisões, e em 1951, alcançou clubes 92 na associação. O curioso é que chega próximo ao número que hoje liga inglesa tem de filiados (BURAIMO; SIMMONS; SZYMANSKI, 2006).

Segundo Dobson e Goddard (2011), as principais alterações que ocorreram entre 1920 e 1980 na Football League são:

1. As divisões do terceiro e quarto grupo da liga não seriam mais de acordo com a localização geográfica, e sim por seus resultados. Essa mudança ocorreu na temporada de 1959-1960;
2. Haveria a promoção dos times mais destacados na competição, dessa forma, os três melhores. E os três piores de cada divisão seriam rebaixados, essa alteração aconteceu na temporada dos anos de 1974- 1975, com a possibilidade de subir de divisão ou descer;
3. No ano de 1987, se implantou o play-off na segunda, terceira e quarta divisão para garantir a última vaga do campeonato.

Segundo Buraimo *et al* (2006), a relação entre a Football Association e a Football League Sempre foi seguida por conflitos, onde o principal motivo que os mantinha ligados era a comercialização. Dessa forma, a FA gerava situações desagradáveis nessa associação das federações, por não ser a favor da profissionalização dos atletas, um deles

era a possibilidade de troca de clubes que a Football League era a favor, quando os contratos dos jogadores chegavam ao fim.

Finalmente, a FA estabeleceu aos clubes um piso salarial no ano de 1909. Outra novidade aos atletas foi a proposta de um valor “x” como pagamento a cada um, com o objetivo de estimular mais e mais as competições da League. Em questão sobre as finanças, Buraimo et al (2006), dizem que as federações não tiveram boas administrações, ainda assim, eles tinham a responsabilidade de enviar relatórios e transações anuais.

Em 1961, aconteceu que a fundação da Copa da liga inglesa para incrementar o futebol inglês, que em seus primeiros campeonatos incluíam todas as federações, o que não agradava a todos os clubes a participação da Football Association, provocando um decréscimo da qualidade do futebol; e até mesmo clubes optavam em não participar ou escalar os seus atletas reservas para a competição (BURAIMO; SIMMONS; SZYMANSKI, 2006).

A partir dos anos 70, os clubes começaram a dar mais importância a copa da liga, com, por exemplo, a escalação dos seus melhores atletas mesmo sendo com times inferiores, pois buscavam conseguir boas colocações (BURAIMO; SIMMONS; SZYMANSKI, 2006).

Além do mais, todos os clubes tinham como meta, um dia enfrentar outras equipes de grande porte que ganhava cada vez mais destaque, com interesses de negociação de jogadores por preços mais altos. A copa da Inglaterra e a copa da liga inglesa, hoje não são prestigiadas pelos grandes clubes da Europa, devida suas agendas esportivas. Entretanto, outros clubes aproveitam essa copa para oferecer experiências aos seus jogadores jovens, ou oportunidade aos atletas reservas (BURAIMO; SIMMONS; SZYMANSKI, 2006).

DA INGLATERRA PARA O MUNDO

Alguns estudiosos como o Gomes (2013) e Santos (2014), buscam entender como se deu o desembarco do futebol pelo mundo a partir da Inglaterra. Segundo Gomes (2013), existem elementos chave para essa expansão, e ele enumera da seguinte forma: a) um jogo de regras simples, com instrumento prático para a sua realização (uma bola, duas traves); b) um jogo imprevisível dos resultados, dessa forma atrai telespectadores; c) é um jogo inclusivo, todos podem praticar; d) acessível a adaptações conforme a região; e) gera participação da sociedade, jogo coletivo.

Santos (2014) considera dois principais fatores que espalhou o futebol de forma mundial. O primeiro fator está ligado aos marinheiros britânicos, e a facilidade que o transporte sendo mais rápido, permite uma locomoção maior em pouco tempo. Em cada país que o futebol chegou, foi recebendo influências culturais.

O segundo fator, é associado a indústria cultural e a sua expansão no mundo, recebendo uma grande influência da mídia na cultura e na política da época. Onde o sistema era comercializar, produzir e vender. Então, o futebol estava sendo usado para divulgação de produtos, e passou a ser comercializado também, o que não é diferente nos dias de hoje (SANTOS, 2014).

CHEGADA DO FUTEBOL NO BRASIL

Existem registros das primeiras praticas do futebol em território brasileiro, através dos marinheiros ingleses que realizavam as transações de mercadorias estrangeiras para o Brasil, antes mesmo do Charles Muller e Oscar Cox retornarem as suas famílias, ambos foram enviados pelos seus pais para estudarem nas escolas inglesas e são considerados pioneiros do futebol no Brasil, responsáveis em fundar os primeiros clubes de futebol em seus estados. Após o retorno, se reencontraram depois de dois anos, já que Muller era de São Paulo e Oscar do Rio de Janeiro (HOBSBAWM, 2013).

Quando Charles Muller, em 1894 volta ao país, suas experiências contribuíram muito para as realizações dos primeiros jogos de futebol em SP em 1895 (KLEIN, 2001). De acordo com Gomes (2013), dois jovens da elite, Muller e Oscar, voltam com os equipamentos principais para a prática do futebol, uma bola, chuteiras e o que foi de suma importância, um livro das regras do futebol inglês.

Segundo Hobsbawm (2013), o desenvolvimento do futebol em SP e RJ, são semelhantes, já que os dois praticavam nas escolas inglesas. A história da expansão do futebol pelo Brasil não é diferente em outras localidades, além do mais, era muito comum os pais que tinham melhores condições financeiras enviarem seus filhos a Inglaterra para estudar, e ao termino, eles retornavam as suas famílias.

Em Salvador há registros que o José Ferreira Júnior foi o iniciador da prática e Guilherme de Aquino Fonseca, em Recife, entre outros praticantes brasileiros e anônimos em outras regiões que foram fundamentais para a propagação do futebol nas cidades brasileiras (HOBSBAWM, 2013).

No seu início no Brasil, o futebol apesar de mais praticado, pela classe elitizada, por existir uma ligação com as instituições de ensino, grupos que mais praticava o futebol na Inglaterra. Vale lembrar que os primeiros jogos registrados foram pelos marinheiros ingleses; jogos programados por funcionários, e o recrutamento de ex-alunos da Europa (LOPES, 2004).

Segundo Lopes (2004), o crescimento do futebol no Brasil se deu a partir das relações sociais entre chefes e diretores das fábricas que começaram a praticar para sociabilizarem um com outros e para diversão em horários oportunos. Momento de diversão encorajado pelos seus patrões superiores, os empresários ingleses. No Rio de Janeiro, no clube “The Bangu Athletic Club”, os empresários oriundos envolveram tantos empresários de outros países, como os operários das fábricas.

Quando chegava o termino dos expedientes, se tornava um prazer permanecer no ambiente de trabalho, pois eram quanto jogavam o futebol. Alguns funcionários se destacavam dentre os demais, se tornando famoso no interior da fábrica, recebendo o título “operário-jogador”. Além do futebol estar sendo desenvolvido nas escolas pedagogicamente, passou a aplicado pelos empresários ingleses para jovens de classes mais baixas, com intenção de discipliná-los e popularizar ainda mais o futebol no Brasil (LOPES, 2004).

FUTEBOL NO PARÁ

Segundo Freitas (2017), estudos apontam que o futebol no Pará chegou no fim do século XIX, período marcado como Belle Époque, momento histórico na economia brasileira com o desenvolvimento da produção de látex, na Amazônia, e na Europa aconteciam reformas urbanas. O que contribuiu também foi que, Belém tinha um porto muito importante para o transporte da borracha para os exteriores, que era o “Ouro Branco” para os estrangeiros.

Em Belém existiam as famílias elitizadas que enviaram seus filhos para a Europa em busca de estudos melhores, pois as viagens de navios eram mais de fácil acesso do que em vias públicas até o Rio de Janeiro. E quando voltaram ao Brasil, a prática do futebol acompanhou os jovens que começaram a despertar interesses a outros para a prática (FREITAS, 2017).

Além disso, de acordo com Freitas (2017), Belém fazia um trajeto diário com o porto de Liverpool na Inglaterra, pela empresa Both Line. Os ingleses tiveram grande

influência na capital Belém, como nas indústrias, comunicações telegráficas, no comércio, na distribuição de gás e principalmente na construção do porto de Belém e na administração do mesmo. Com toda essa influência inglesa no início do desenvolvimento econômico de Belém, houve também uma contribuição para o começo do futebol paraense com as fundações das ligas.

Segundo Freitas (2017), foi nesse período que começaram a surgir outras entidades esportivas na cidade de Belém, pois já havia a prática de tênis de quadra, hipismo e remo. Para que as primeiras competições de futebol ocorressem na capital a ligação entre os ex-alunos da Inglaterra que tinham experiências esportivas com as empresas estrangeiras e pessoas chave na sociedade que já eram envolvidas ao esporte foram de grande valia.

Assim como a disseminação do futebol em outras cidades, em Belém também ocorreu a grande influência do futebol na cultura paraense, isso foi em por volta de 1896, aonde partidas eram realizadas na praça Batista Campos. Em 1908, aconteceu o primeiro campeonato paraense, entrando na lista de estados que realizavam campeonatos de futebol. Pois, antes, haviam disputas somente em Rio de Janeiro (1906), Bahia (1905) e em São Paulo (1902) (FREITAS, 2017)

No período de 108 anos de história, seis clubes paraenses são campeões das 104 edições do campeonato, a Tuna Luso Brasileira, o Clube do Remo, Clube do Remo, Paysandu, União Esportiva e Cameté, esses possuem título no estado. Nos anos de 1909, 1911, 1912, 1935 e 1946 não ocorreram competições. Vale lembrar que Paysandu x Remo são clássicos nas disputas paraenses. Os mesmos já se enfrentaram 737 jogos, o Remo possui 256 vitórias e 44 títulos, Paysandu 231 vitórias e 46 títulos e 250 jogos empatados (FREITAS, 2017).

DESENVOLVIMENTO DO FUTEBOL FEMININO

A ausência da credibilidade, marca a história desse esporte. Goellner (2005) relata que o futebol feminino no século XX foi permeado por vários anos de privações, proibições e resiliência, de modo geral, uma persistência constante em busca de igualdade. Katia Rubio (2011) afirma que em meio a uma sociedade patriarcal, a participação das mulheres no âmbito esportivo, principalmente na modalidade direcionada ao futebol, tornou-se alvo de crítica. A arquibancada era o único lugar

disponibilizado para as mulheres, podendo participar apenas como expectadoras (GOELLNER, 2005).

As modalidades esportivas direcionadas as mulheres eram totalmente delimitadas. Acreditavam que a participação das mulheres em esportes ativos, poderia prejudicar a capacidade reprodutiva das futuras mães (FRANZINI, 2005). Dessa forma o futebol acabou sendo privado ao gênero masculino. De acordo Rubio (2011) o tema relacionado a gênero ganhou grande foco, atingindo as esferas econômicas, políticas e a área esportiva.

Freitas (2019) acredita que com a iniciativa do movimento feminista, os papéis sociais das mulheres tiveram outro caminho.

Se já era difícil a prática do desporto para as mulheres, tornou-se ainda mais no Governo Vargas, com a implementação do Decreto-Lei 3199 em 14 de abril de 1940, que em seu artigo 54 explanava que a mulher não poderia praticar esportes que não tivesse vinculado a sua natureza (MOURÃO; MOREL, 2005). Dessa forma, as mulheres estavam designadas a apenas balançar os seus lencinhos nas arquibancadas (RIAL, 2010; FILHO, 2003).

ANOS DE PROIBIÇÃO (1941 – 1965)

Os anos de 1951 a 1970 o futebol feminino ficou representado pela prática clandestina. Rigo (2008) RIGO, L. C.; THEIL, L. Z.; AMARAL, M. Notas acerca do futebol feminino pelotense em 1950. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Florianópolis, p. 173-188, 2013. relata jogos clandestinos entre mulheres pelotenses. Jogos que acabaram sendo destacados pelas imprensas e que incentivaram a criação de mais equipes. Em 1959 foram publicadas 19 matérias a respeito da prática do futebol pelas mulheres, tornando-se números significativo quando se é equiparado aos anos anteriores (SILVA, 2015).

Mesmo com o Decreto ainda em vigor, as mulheres não se reprimiam em praticar a modalidade (MORAES, 2012). Nessa situação o futebol amador foi crescendo e em 1976 surgiu a Associação Desportiva da polícia Militar, que levava consigo a bandeira do feminismo, buscando combater a proibição do futebol praticado por mulheres (SILVA, 2015). Existe estimativas que foram 40 anos de atraso no avanço do futebol feminino, desse modo, a atuação das mulheres nesse desporto, que já era significativamente menor em relação aos homens, tornou-se ainda mais árdua.

DELIBERAÇÃO

Essa proibição só teve fim com a Deliberação CND n.10 em 1979 (CASTELLANI FILHO, 1988). Gollner (2005) alega que com a ruptura dessa proibição o futebol feminino teve um pequeno avanço, com a aparição de vários times femininos, que por vez ganharam uma certa visibilidade na década de 80, mais não significa que foi desenvolvido a modalidade. Nessa época as mulheres poderiam praticar o esporte, contudo não poderiam ter acesso aos gramados profissionais (ALMEIDA, 2013).

Em 1982 a Atriz Ruth Escobar e Rose do Rio proporcionaram para as mulheres a primeira partida de futebol feminino em campo profissional, como forma de encerrar o I Festival Nacional de Mulheres nas Artes, mostrando que as mulheres também eram dignas de pisar em campos profissionais. Segundo Rose do Rio esse jogo poderia ter sido um marco importantíssimo para história da regulamentação do futebol feminino, devido à grande repercussão na época, já que foi apreciado por mais de 68 mil pessoas (SILVA, 2015).

No ano seguinte o futebol feminino foi regulamentado. Almeida (2013) afirma que foi a partir de 1983 que surgiu os melhores campeonatos regionais e nacionais, com a ajuda de algumas equipes que surgiram na época. A equipe do esporte Clube Radar foi um grande exemplo disso. Radar surgiu em 1932 apenas como clube de praia e foi apenas em 1981 que se expandia até os campos, onde passou a se tornar o maior clube de FM (CARMONA, 2006). Além disso, Darido (2002) relata que o clube Radar foi responsável por estimular o surgimento de outras equipes.

A CBF juntamente com a FIFA não se comprometeu a desenvolver o futebol feminino, em vista disso vários Estados tiveram a iniciativa de criar suas equipes, exemplo disso foi no estado do Mato com a criação das equipes Gatinhas e Tremendonas (SILVEIRA; CARNEIRO; SILVA, 2016). Esse período também foi marcado pela iniciativa de Luciano do Vale em transmitir ao vivo as partidas de futebol feminino (DARIDO, 2002).

É válido evidenciar que as atletas, segundo relato de Almeida (2013) sofriam assédio sexual dentro dos clubes. Souza Junior (2013) ainda declarou que o estado financeiro era insatisfatório. Isso mostra que além das atletas se submeterem a determinada situação, ainda tinham suas condições trabalhistas mínimas.

Segundo Goellner (2005) as mulheres eram e ainda é um dos marcos principais na estrutura do futebol brasileiro, mesmo com a sua baixa visibilidade. Segundo a entrevista de Solange, Morais (2012) relata que em 1991 a seleção feminina do Brasil sob comando de Eurico Lira se reunia para participar dos jogos classificatório para o mundial, no qual a seleção teve mal desempenho, ficando apenas em 9º lugar entre 12 seleção.

Almeida (2013) declara que a 1ª seleção brasileira de futebol feminino oficial, manifestou-se entre os anos de 1991 a 2008, tonando-se anos de destaque para alguns atletas. Perante a esse cenário de evolução, as empresas começaram a investir na seleção, permitindo uma melhora no salário das atletas (MORAES,2012).

A equipe disputou o Mundial 1995, cujo teve mal desempenho. Gabriel (2015) menciona que mesmo com as condições técnicas precárias, a seleção brasileira teve um bom resultado nos jogos de Atlantas em 1996, conquistando o 4º lugar. Morais (2012) acredita que com a ajuda da mídia e com a origem de novos clubes, como o Sport Promotion o futebol feminino ganhou enorme impulso. O retorno dos campeonatos são exemplos desse avanço. O Sport Promotion pagava para suas atletas um salário considerado bem divergente comparada ao futebol masculino, mas já era um bom começo, visto a situação anterior (MARCUS,2012).

GERAÇÃO MARTA (2000 – 2019)

Antes mesmo que a jogadora Marta entrasse em cena. A CBF colocou em destaque no mundial de 2003 a convocação da jogadora Milene Domingues, conhecida como rainha das embaixadinhas. Segundo Gabriel (2015) a CBF tinha como estratégia ganhar visibilidade nacional com a convocação de Milene Domingues, por conta que na época ela era mulher do ex-jogador Ronaldo. Mesmo não tendo participação direta nos jogos, Milene tornou-se voz ativa na modalidade. No entanto, com a bola em campo, quem conseguiu maior destaque na seleção foi a jogadora Marta.

A jovem alagoana com apenas 17 anos de idade, ganhava os holofotes da mídia e dos clubes estrangeiros. Marta ao longo da sua carreira foi denominada como melhor futebolista do mundo por seis anos, tendo o maior recorde da história do futebol, superando até mesmo o futebol masculino. A cada conquista a jogadora não deixava de lado a oportunidade de reivindicar a situação do futebol feminino no Brasil, no qual tinha como realidade a falta de estrutura e investimento (GABRIEL, 2015).

No decorrer dos anos 2000 a seleção brasileira feminina, destacavam-se diante vitórias. Almeida (2009) acredita que o sentimento da modalidade tomou outra proporção, pois o futebol não estava sendo apenas visto como um fator masculinizante da mulher.

Em 2004 com a conquista do quarto lugar nos jogos olímpicos da Grécia a seleção brasileira começou a conquistar olhares positivos. Segundo Gabriel (2015) a equipe brasileira ganhava promessa da CBF que por fim não se efetivaram. As atletas buscavam a criação de campeonatos permanentes, pois queriam viver apenas do futebol, sem a necessidade de atuar em outras áreas (ALMEIDA, 2009).

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como vimos ao longo da pesquisa, quando se trata de futebol feminino (FM) no Brasil, não há tantas informações quanto ao futebol masculino. Não se encontra muito sobre as estruturas e os investimentos associados ao FM, isso acaba sendo um pouco contraditório, além do mais, o Brasil é considerado o país do futebol.

O futebol é um esporte que desperta paixão nacional, e ainda assim, quando entra em debate o futebol feminino no Brasil, se percebe que, existem muitos obstáculos a serem superados, relacionados ao respeito, ao reconhecimento e investimento para promover e incentivar o FM.

No Brasil a vivência do futebol praticado por mulheres só se teve manifestação na década de 90, a partir do ano de 1921. Sendo que a aparição da primeira seleção oficial de futebol feminino decretada pela confederação brasileira de futebol (CBF) só teve início após 60 anos.

Acredita-se que deve haver novos trabalhos relacionados ao FM para mostrar a maior visibilidade e as conquistas que o FM vem adquirindo ao longo dos anos. Diante das conclusões de outros trabalhos percebe-se que há incentivo para mais estudos na área sobre a prática do futebol feminino.

4. REFERÊNCIAS

ALMEIDA, C. S. de. **“Boas de bola”**: Um estudo sobre o ser jogadora de futebol no Esporte Clube Radar durante a década de 1980. 2013. 174 p. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013.

BURAIMO, Babatunde; SIMMONS, Rob; SZYMANSKI, Stefan. English football. **Journal of Sports Economics**, Thousand Oaks, v. 7, n.1, p. 29-46, 2006. Disponível em: < <https://goo.gl/GQwPff>>. Acesso em: 21 jan. 2021.

CASTELLANI FILHO, Lino. **Educação Física no Brasil: a história que não se conta.** Campinas, Papirus, 1988.

CRESWELL, J. W.; CLARK, V. L. P. **Pesquisa de Métodos Mistos.** 2ª Ed. Porto Alegre: Penso, 2013. 288p. (Série Métodos de Pesquisa).

COUTO, E. F. Esporte de classe, esporte de classes. **Revista do Arquivo Público Mineiro**, v. 50, n. 1, p. 112-131, 2014.

DAMATTA, R. et al. **Universo do futebol: esporte e sociedade brasileira.** Rio de Janeiro: Pinakotheke, 1982.

DOBSON, Stephen; GODDARD, John. **The Economics of Football.** Cambridge: Cambridge University Press, 2011.

FRANZINI, F. Futebol é “coisa para macho”? Pequeno esboço para uma história das mulheres no país do futebol. **Revista Brasileira de História**, v. 25, n. 50, p. 315-328, 2005.

FÉDÉRATION INTERNATIONALE DE FOOTBALL ASSOCIATION - FIFA. **History of football: The origins.** 2004. Disponível em: <<https://goo.gl/cvGmSK>>. Acesso em: 21 jan. 2021.

FREITAS, A. M. **NÃO É SÓ FUTEBOL: Uma análise dos laços de afetos que envolvem os torcedores do Clube do Remo, a partir de processos socioculturais comunicativos.** Dissertação (Pós-Graduação Comunicação, Cultura e Amazônia), Universidade Federal do Pará, Belém, 2017.

FREITAS, A. L.; BORBA, B. L. de; RIBEIRO, S. F.; SILVA, C. F. da. O futebol no jornal das moças: as aproximações e os distanciamentos das mulheres. **Corpo consciência**, Cuiabá, v. 23, n. 02, p. 63-74, mai. / ago. 2019.

GABRIEL, B. J. **A cobertura acerca da seleção brasileira de futebol feminino Realizada pelo caderno de esporte da Folha de São Paulo (1991-2011).** 2015. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas) – Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2015.

GIDDENS, A. **As consequências da modernidade.** Tradução de Raul Fiker. São Paulo: Editora UNESP, 1991.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social.** 6 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GIULIANOTTI, R. **Sociologia do futebol.** São Paulo: Nova Alexandria, 2002.

GOELLNER, S. V. Mulheres e futebol no Brasil: entre sombras e visibilidades. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**, Florianópolis, v. 19, n. 2, p. 143 -151, 2005.

GOMES, L. R. **Entre campos e cantos**: para uma sociologia do futebol amador. Orientadora: Ana Lúcia Modesto. 2013. 190f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013.

HOBBSAWN, Eric J. *A Era dos Impérios –1875-1914*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

_____. *Mundos do Trabalho*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

_____. *Nações e Nacionalismo desde 1870*. São Paulo: Paz e Terra: 2013. 164

HOBBSAWM, Eric J.; RANGER, Terence. *A invenção das tradições*. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

KANITZ, R. C. M. Villa Nova Football Club: lazer e a formação de um clube operário de futebol (1908-1930). **Revista Brasileira de Estudos do Lazer**, v. 4, n. 3, p. 60-81, 2017.

KLEIN, Marco Aurélio. **Futebol Brasileiro** (almanaque). São Paulo. Editora Escala, 2001.

LOPES, J. S. L. Classe, etnicidade e cor na formação do futebol brasileiro. In: BATALHA, C. H. M.; TEIXEIRA-DA-SILVA, F.; FORTES, A (orgs.). **Culturas de Classe**: identidade e diversidade na formação do operariado. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2004. p. 121-163.

MOURA, E. J. L. de. **As relações entre lazer, futebol e gênero**. 2003. 167 p. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.

MOURÃO, L.; MOREL, M. As narrativas sobre o futebol feminino: o discurso da mídia impressa em campo. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Florianópolis, v. 26, n. 2, p. 73-86, 2005.

MOREIRA, Maria de F. S.; CUNHA, Ana Mara G. Garotas no futebol: trajetórias de gênero e sexualidade. Florianópolis: Fazendo gênero 8 – Corpo, violência e poder, 2008.

MURRAY, B. **Uma história do futebol**. São Paulo: Alfa-Ômega, 2000.

PIRES, Edson. *História do Grêmio Foot-Ball Porto-Alegrense –Passado e Presente de um grande clube*. Porto Alegre: Dicorel, 1967.

Portal do Governo Brasileiro. IBGE. Agosto de 2015. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/jacunda/historico>. Acesso em 14 de abril de 2021.

PISANI, M. Mulheres em Campo – EBC. Setembro de 2015. Disponível em: <http://www.ebc.com.br/brasileiraofeminino>. Acesso em 08 de abril 2020.

RADNEDGE, K. **Recordes do futebol mundial**. São Paulo: Martin Corteel, 2009. 256p

RIGHETTO, C. **Árbitros**: vilões e/ou mediadores do espetáculo? 2016. 191f. Orientadora: Heloísa Helena Baldy dos Reis. Dissertação (Mestrado em Educação

Física) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação Física, Campinas, 2016.

RIGHETTO, C.; REIS, H. H. B. Os árbitros de futebol e a mídia esportiva: a interpretação de árbitros paulistas sobre os comentários da mídia acerca do trabalho da equipe de arbitragem. **Movimento**, v. 23, n. 1, p. 281-294, 2017.

RIAL, Carmen. “Rúgbi e Judô: esporte e masculinidade”. In: GROSSI, M. e PEDRO, Joana M. (orgs). Masculino, feminino, plural. Florianópolis: Ed. Mulheres, 1998.
RUBIO, Katia. **As mulheres e o esporte olímpico brasileiro**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2011.

SANTOS, A. D. G. Os três pontos de entrada da economia política do futebol. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, v. 36, n. 2, p. 561-575, 2014.

SILVA, G. C. e. **Narrativas sobre o futebol feminino na imprensa paulista: entre a proibição e a regulamentação**. 2015. 144p. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2015.

SOUZA JÚNIOR, O. M. de. **Futebol como projeto profissional de mulheres: Interpretações da busca pela legitimidade**. 2013. 314 p. Tese (Doutorado em Educação Física) – Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2013.

AUTORES:

MIKAELI DA SILVA BUGARIM: Acadêmico de Curso de Educação Física da Universidade do Estado do Pará.

SAVICK EVELLYN SILVA BARROS: Acadêmico de Curso de Educação Física da Universidade do Estado do Pará.



Capítulo 6

EFEITOS DO EXERCÍCIO FUNCIONAL, CAPACIDADES FÍSICAS, QUALIDADE DE VIDA E COVID-19

DOI: 10.29327/545908.1-6

Américo Edward Lacerda Rodrigues
Henrique Louan Silva Ferreira
Marcelo Henrique Mires da Rocha
Thiago Sousa Da Silva

EFEITOS DO EXERCÍCIO FUNCIONAL, CAPACIDADES FÍSICAS, QUALIDADE DE VIDA E COVID-19: o que as produções científicas argumentam.

Américo Edward Lacerda Rodrigues

Henrique Louan Silva Ferreira

Marcelo Henrique Mires da Rocha

Thiago Sousa Da Silva

RESUMO

O objetivo desta pesquisa foi tratar do exercício funcional e sua importância como ferramenta do profissional de educação física para reabilitação de pacientes pós Covid-19. Tratando-se de uma pesquisa bibliográfica. A busca na literatura aconteceu através dos seguintes descritores: exercício funcional e Covi-19; Reabilitação pós Covid-19 e capacidades físicas e Covid-19. Como resultados apontamos a importância dos exercícios funcionais ligados as capacidades físicas afetadas dos indivíduos e do profissional de Educação Física no tratamento pós alta hospitalar de pacientes infectados pelo vírus da Covid-19.

Palavras Chaves: Covid-19; Treinamento Funcional e Capacidades Físicas.

1. INTRODUÇÃO

O estudo vem analisar como o exercício funcional atua sobre a COVID-19, uma doença causada pelo (SARS-CoV-2). Os primeiros casos foram registrados em 2019 na cidade de Wuham na china e em poucos meses a situação se transformou em uma pandemia mundial Polak (2020). Com a evolução da pandemia no mundo, vários estudos estão sendo realizados a respeito do comportamento da infecção e as consequentes respostas orgânicas individuais. Em geral, o quadro clínico do indivíduo é bastante variado, desde assintomático até quadros graves Wang Z (2020). No estudo será apresentado uma proposta de atividades físicas que auxiliam no tratamento pós infecção, aplicada por professores de educação física.

O objetivo deste estudo é identificar e comparar os resultados do exercício sobre autonomia funcional e qualidade de vida de pessoas acometidas pela covid-19 moderada e grave. Caracterizar as sequelas da covid-19 e descrever as capacidades físicas afetadas pela infecção moderada e grave de indivíduos na faixa etária dos 50 aos 70 anos e identificar os efeitos do exercício funcional sobre as capacidades físicas e capacidade funcional dos

indivíduos. Portanto esta é uma pesquisa de caráter crítico dialético, sendo um estudo de abordagem qualitativa e nível exploratório.

Para Falcão e Régnier (2000), eles afirmam que a quantificação se constitui em um trabalho que abrange um conjunto de procedimentos, técnicas e algoritmos capazes de fornecer dados para responder o objetivo do trabalho.

A problematização da pesquisa se caracteriza: exercício funcional pode ajudar na reabilitação após intubação de pacientes acima de 50 anos? Certo que o paciente pode começar o tratamento o mais rápido possível, desde que esteja clinicamente habilitado. Este trabalho pode vir a atuar como uma ferramenta no tratamento dos pacientes.

Espera-se que esse trabalho possa contribuir academicamente, pois nota-se ainda a escassez de averiguar sobre a dose resposta que envolvam estudos realizados com pessoas que tiveram a doença.

Este estudo trata-se de uma pesquisa bibliográfica, direcionada através do grupo de trabalho temático 01(GTT 01) atividade Física e saúde, que assume diferentes áreas (saúde coletiva, fisiologia, sociologia, psicologia e etc...). A pesquisa utiliza as bases do Google Acadêmico, Scielo e Pubmed. A pesquisa está sendo realizada com a busca na literatura através dos seguintes descritores brasileiros : “exercício funcional” AND, “Covid-19”, “Atividade Física” AND “Covid-19” e “reabilitação” , “functional training AND “Covid-19”

A COVID-19 é uma doença causada pelo coronavírus (SARS-CoV-2). Em geral, o quadro clínico é bastante variado, desde assintomático até quadros graves. O período de incubação do vírus ainda é incerto, mas a literatura reporta maior ocorrência entre 1 a 14 dias. A transmissão do SARS-CoV-2 acontece de uma pessoa infectada para outra, principalmente pela inalação de perdigotos (gotículas de saliva contaminada expelidas durante a respiração, fala, espirros ou tosse) e contato direto com superfície contaminada de acordo com Avila, Pereira e torres (2020).

Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS),

Ministério da Saúde, a maioria das pessoas com COVID-19 cerca de 80%, podem ser assintomáticas e cerca de 20% dos casos podem requerer atendimento hospitalar, principalmente por apresentarem alterações pulmonares. Na maioria dos trabalhos publicados, a febre é o sintoma mais presente em 92,8% (mas alguns pacientes não apresentaram febre), seguido de tosse (geralmente seca) em 69,8% dos pacientes, dispneia (34,5%), mialgia (27,7%) e diarreia (6,1%) (AZEVEDO, 2020, PÁG,06).

As consequências musculoesqueléticas ainda variam de pessoa para pessoa, caracterizando os diferentes processos ofensivos da covid-19 sobre a saúde e seus efeitos negativos sobre as capacidades físicas e ainda os pacientes que necessitam de ventilação mecânica na UTI são propensos à perda progressiva de massa e força muscular, provocando incapacidade generalizada dos mecanismos físicos, caracterizando-se como síndrome pós covid-19. O sintoma que mais preocupa é a falta de ar, este sendo o principal fator para socorro médico, pois pode levar a morte. Na maioria dos casos avançados os pacientes eram idosos ou apresentavam outros fatores de risco como diabetes, pressão alta, inatividade físicas entre outras comorbidades.

Exercícios realizados à domicilio podem mostrar efeitos similares do treinamento físico ambulatorial em pacientes pós infecção. O programa deve conter orientações para que o paciente realize um programa de exercícios, que seja semelhante aos exercícios da reabilitação ambulatorial, e que incluam fortalecimento muscular, exercícios aeróbicos, flexibilidade e equilíbrio, de acordo com Cacau, Mesquita et al (2020).

A recuperação de pacientes acometidos pela COVID-19, principalmente os casos críticos, foi de fundamental importância sua sobrevivência, dos casos graves na doença, aos casos que necessitaram de internação em unidade de UTI. Assim foi será possível mensurar os dados dos pacientes pós infecção por meio da avaliação funcional e qualidade de vida.

Este estudo ter por finalidade, então, a análise desses efeitos causados pelo exercício funcional sobre as capacidades físicas e qualidade de vida de indivíduos acometidos de forma grave ou moderada pela COVID-19.

A produção desse trabalho tem por motivação o período crítico em que o mundo vive desde o fim do ano de 2019 com o início da pandemia do novo corona vírus, e com o entendimento do mesmo, procuramos desenvolver uma metodologia que possa servir tanto para reabilitação do indivíduo acometido pela doença moderada até o estado crítico, como para prevenção, tendo em vista que pessoas com uma vida mais ativa, praticantes de exercícios físicos diário tinham uma chance bem menor de desenvolver as formas moderadas e mais graves da doença.

Espera-se que esse trabalho terá uma contribuição acadêmica muito grande, pois nota-se ainda a escassez de produções que envolvam estudos realizados com pessoas que tiveram a doença, justamente pelo risco de contaminação. Mas teremos protocolos e

seguiremos todas as recomendações da OMS para que esse estudo seja realizado da melhor forma e assim buscar os melhores resultados.

O exercício funcional ajuda na reabilitação pós intubação? Qual faixa etária responde melhor aos exercícios funcionais? Exercícios leves e moderados também funcionariam para pessoas que estão em reabilitação pós caso grave de covid?

Quando discutimos sobre covid-19, Estudos mostram que 81% das pessoas infectadas desenvolvem a forma leve da infecção, outros 14% desenvolvem sintomas graves e precisam de oxigênio, 5% precisam de tratamento na Unidade de Terapia Intensiva (UTI).

As consequências musculoesqueléticas ainda variam de pessoa para pessoa, caracterizando os diferentes processos ofensivos da covid-19 sobre a saúde e seus efeitos negativos sobre as capacidades físicas e ainda os pacientes que necessitam de ventilação mecânica na UTI são propensos à perda progressiva de massa e força muscular, provocando incapacidade generalizada dos mecanismos físicos, caracterizando-se como síndrome pós covid-19.

Certo que o paciente poderia começar o tratamento o mais rápido possível, desde que esteja clinicamente habilitado. Este trabalho pode vir atuar como uma ferramenta no tratamento dos pacientes.

2. DESENVOLVIMENTO

COVID-19

A COVID-19 é uma doença causada pelo coronavírus (SARS-CoV-2). Em geral, o quadro clínico é bastante variado, desde assintomático até quadros respiratórios graves. O período de incubação do vírus ainda é incerto, mas a literatura reporta maior ocorrência entre 1 a 14 dias. A transmissão do SARS-CoV-2 acontece de uma pessoa infectada para outra, principalmente pela inalação de perdigotos (gotículas de saliva contaminada expelidas durante a respiração, fala, espirros ou tosse) e contato direto com superfície contaminada (Avila, Pereira e Torres, 2020).

Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS) e o Ministério da Saúde, a maioria das pessoas com COVID-19 cerca de 80%, podem ser assintomáticas e cerca de 20% dos casos podem requerer atendimento hospitalar, principalmente por apresentarem alterações pulmonares.

Na maioria dos trabalhos publicados, a febre é o sintoma mais presente em 92,8% (mas alguns pacientes não apresentaram febre), seguido de tosse (geralmente seca) em 69,8% dos pacientes, dispneia (34,5%), mialgia (27,7%) e diarreia (6,1%), (Azevedo, 2020, pg,06). O sintoma que mais preocupa é a falta de ar, este sendo o principal fator para socorro médico, pois pode levar a morte. Na maioria dos casos avançados os pacientes eram idosos ou apresentavam outros fatores de risco como diabetes, pressão alta, inatividade físicas entre outras comorbidades.

As consequências musculoesqueléticas ainda variam de pessoa para pessoa, caracterizando os diferentes processos ofensivos da covid-19 sobre a saúde e seus efeitos negativos sobre as capacidades físicas e ainda os pacientes que necessitam de ventilação mecânica na UTI são propensos à perda progressiva de massa e força muscular, provocando incapacidade generalizada dos mecanismos físicos, caracterizando-se como síndrome pós covid-19.

O exercício domiciliar pode desencadear efeitos similares do treinamento físico ambulatorial em pacientes pós infecção. O programa deve incluir orientações para que o paciente realize um programa de exercícios, semelhantes aos exercícios da reabilitação cardiopulmonar ambulatorial, e que incluem exercícios aeróbicos, de fortalecimento muscular, flexibilidade e equilíbrio (Cacau, Mesquita e colaboradores, 2020, pg, 08).

Por tanto a reabilitação de doentes críticos acometidos por COVID-19 após alta hospitalar é fundamental no contexto atual, principalmente os pacientes que sobreviveram do quadro grave da doença, e que necessitaram de internação em UTI. Assim a avaliação da autonomia funcional, qualidade de vida, e equilíbrio se faz fundamental para mensuração dos dados na reabilitação dos pacientes pós intubação.

É imprescindível a manutenção das medidas de contenção e prevenção da contaminação, como lavar rotineiramente as mãos, limpar objetos, instrumentais e superfícies, usar equipamentos de proteção individuais adequados e adotar práticas de etiqueta respiratória na assistência a pacientes pós COVID-19. Todos esses cuidados devem ser prolongados até a fase final do programa de reabilitação.

EXERCÍCIO FUNCIONAL

O exercício funcional trabalha diversos músculos simultaneamente, em cadeias. Trabalhando força, flexibilidade, coordenação motora, equilíbrio e o sistema cardiorrespiratório.

As sequências de exercícios incluem alguns lentos para promover a conscientização do movimento e exercícios mais rápidos e bruscos, onde a instabilidade criada externamente provoca respostas inconscientes ou reflexos.

O exercício funcional é um complexo de movimentos que envolvem várias capacidades físicas, além da tonificação muscular. Tudo isso faz com que o organismo do indivíduo tenha um gasto maior de energia, além de trazer grandes contribuições, como:

1. Fortalecimento muscular: É o que traz mais as pessoas para a prática do treinamento funcional. Trazendo definição e tonificação sem precisar depender somente de exercícios específicos.
2. Ameniza as dores nas costas: "Vários estudos científicos apontam como um dos principais causadores de dores lombares e nas costas a falta de força de sustentação da região central do tronco, o core", conta Marco Rodrigo. A região do core é uma espécie de cinturão que compreende músculos das regiões lombar, pélvica e do quadril. Sua principal ação é de estabilizar o corpo de uma maneira geral. O treinamento funcional atua diretamente nessa área já que as atividades necessitam de estabilidade para serem realizadas.
3. Sistema cardiorrespiratório: Além de ser um ótimo exercício para fortalecer os músculos, o treinamento funcional também trabalha o sistema cardiorrespiratório. Afinal, exige uma certa velocidade de execução dos exercícios e alto tempo de permanência em cada posição, aumentando a frequência cardíaca de acordo com a intensidade das tarefas.
4. Equilíbrio e coordenação motora: Alguns exercícios funcionais específicos trabalham o equilíbrio e a coordenação motora. Como o agachamento unilateral (realizado com apenas uma das pernas, já que a outra fica apoiada atrás do joelho) para equilíbrio e deslocamentos laterais e frontais para coordenação.
5. Flexibilidade: A flexibilidade é muito trabalhada no treinamento funcional, muito importante para o desenvolvimento disso pois sempre os movimentos são executados com amplitude total, fazendo com que o músculo se alongue, tornando possível a melhora dessa capacidade.

CAPACIDADES FÍSICAS

As capacidades físicas são muito importantes para mensurar o estado de saúde de

um indivíduo. Safrit (1995), afirma que a saúde relatada é mensurada a partir dos seguintes componentes: capacidade aeróbia, força, resistência muscular, flexibilidade, velocidade e composição corporal.

A idéia de avaliar a atividade física em uma população é baseada no desejo de determinar o estado de atividade atual da mesma e verificar se ela esta de acordo com os critérios apropriados para uma boa saúde e desenvolvimento (Welk, Corbin & Dale, 2000 e Docherty,1996)

A FORÇA

Define-se força por vários aspectos. Interação de um objeto com tudo aquilo que o cerca, inclusive outros objetos, ou agente que produz ou tende a produzir uma mudança no estado de repouso ou de movimento de um objeto (ENOKA, 2000). A força muscular compreendida por vários autores, entre eles Barbanti (1979), sendo uma força exercida sobre outra força, onde ossos e músculos desenvolvem a ação mecânica. Já para Guedes (1997), é uma ação que supera a força inicial mentendo o movimento nulo ou negativo sobre o fator inicial. Zatsiorsky (1999), diz que é uma interação momentanea em um espaço tempo comum entre dois fatores ou corpos. Devido a essas várias afirmações de força muscular, Weineck (1999), conceitua a força em maxima, explosva e de resistência: a) força máxima: é a maior, podendo ser estática ou dinâmica no movimento (WEINECK,1999; PLATONOV ; BULATOVA, 1998), (b) força explosiva: é aquela obtida durante um período de tempo curto; ZATSIORSKY,1999; BADILLO,2001), (c) força de resistência: sendo a capacidade do sistema muscular sestentar o movimento por um periodo de tempo londo realizando um determinado movimento neuromuscular (WEINECK,1999; PLATONOV & BULATOVA,1998; GUEDES,1997).

Quanto aos tipos de trabalho de força, em ambitos gerais, pode-se enfatizar que estes se dividem em estático e dinâmico, onde no primeiro caso, o ganho de força ocorrer apenas no ângulo treinado. É interessante ressaltar que este tipo de trabalho também é chamado de isométrico, trabalhando o musculo com o corpo estático. No que se refere ao trabalho dinâmico, trabalha o musculo em movimento, do ponto de vista prático, pode-se dividi-lo em excêntrico e concêntrico. Segundo Monteiro (1997), no primeiro caso há um alongamento do musculo e o segmento será deslocado no sentido oposto á linha de força, enquanto que o trabalho concêntrico, a força gerada promove um torque onde o musculo é encurtado e o seguimento é deslocado no sentido da força . Ainda segundo este autor,

há o trabalho isocinético, onde a produção de força é constante em toda a amplitude do movimento em função de uma determinada velocidade, o que só é conseguido com alguns aparelhos e programas de computador que devido ao seu alto custo acabam por tornarem-se inviáveis para a utilização.

De um modo geral, pode-se definir força como a capacidade máxima de tensão/tração que um músculo ou grupamento muscular pode gerar em um padrão específico de movimento em uma determinada velocidade de movimento, sendo dependente da frequência e recrutamento das fibras motoras (Fleck e Kraemer, 1999; Monteiro, 1999).

FLEXIBILIDADE

De um modo geral, pode-se definir flexibilidade como sendo a capacidade de uma articulação se mover por uma grande amplitude de movimento (Nieman, 1999), sendo que Weineck (1999: 470) define como a capacidade e a característica de uma pessoa executar movimentos de grande amplitude, ou sob forças externas, ou ainda que requeiram a movimentação de muitas articulações, o que remete a idéia de que a mesma tende a ser individual (Maffetone, 1999) Dessa forma, percebe-se ser esta uma capacidade física importante na vida de todo ser humano até para realizar as várias atividades do cotidiano, pois, por menor que seja a ação executada, há a necessidade de um mínimo de flexibilidade nas articulações, principalmente nas regiões dorsal e posteriores da coxa (ACSM, 2000; Heyward, 1997). Partindo deste princípio, Coelho e Araújo (2000), colocam que um bom grau de flexibilidade implica na facilidade de movimento sendo que pessoas com bons arcos articulares tendem a ficar menos susceptíveis a lesões, caso sejam submetidas a esforços mais intensos ou a movimentos bruscos. Percebe-se, então, que a flexibilidade tende a ser uma capacidade física importante para a realização de várias tarefas, ficando evidenciado que a mesma é igualmente importante para a saúde, aptidão física e a qualidade de vida. Segundo Weineck (1999) a diminuição da flexibilidade com o aumento da idade ocorre devido às alterações resultantes do desenvolvimento do aparelho passivo e ativo. Weineck (1999), também coloca que é durante a puberdade onde há maior diminuição dos graus de flexibilidade, pois, [...] há uma diminuição da resistência mecânica do aparelho motor passivo devido a alterações hormonais (sobretudo devido ao hormônio do crescimento e aos hormônios sexuais), [...] em função do crescimento longitudinal .

EQUILÍBRIO

NO exercício funcional, o equilíbrio se torna fundamental para a realização de várias modalidades de exercícios, usa-se equilíbrio para os saltos, agachamentos e até na corrida, importante para se manter uma boa postura em exercícios unilaterais. O controle postural pode ser definido como a manutenção do centro de gravidade dentro dos limites da base de suporte em estático ou dinâmico, durante um movimento, com o objetivo de manter o corpo em equilíbrio (Winter, Patla & Frank, 1990). Sendo que o equilíbrio corporal é definido como a manutenção de uma postura particular do corpo com um mínimo de oscilação em estático ou durante uma habilidade motora dinâmico (Silveira et al., 2006).

O equilíbrio é muito mais do que se manter em pé, na verdade é um conjunto de fatores que influenciam para se ter um bom equilíbrio, as informações visuais, somatossensoriais, proprioceptivas e tácteis, são transmitidas ao sistema nervoso central (SNC), que vai responder com informações motoras de forma a regular a atividade dos músculos posturais (Horak & Macpherson, 1996). O desempenho do equilíbrio é considerado como um pré-requisito importante para a aprendizagem de habilidades motoras complexas.

Uma postura ruim pode levar a pessoa que pratica determinada atividade, no caso, erroneamente, a desenvolver lesões no corpo, no âmbito desportivo, um déficit no controle postural pode manifestar-se por uma resposta tardia dos músculos estabilizadores do membro inferior durante perturbações inesperadas (Lofvemberg et al., 1995). Uma alteração da força muscular pode provocar um desequilíbrio na pré-contração muscular durante um movimento, resultando em rigidez articular, reduzida durante atividades dinâmicas de alta carga e assim levar possivelmente às lesões (Kaminski et al., 2002). Assim, o controle do equilíbrio é importante para manter a estabilidade postural, e também para garantir atividades seguras, relacionadas com a mobilidade durante a vida diária e desportiva (Mancini & Horak, 2010).

VELOCIDADE

A velocidade é uma medida que é obtida através de uma distância percorrida, no entanto existem vários tipos de velocidades.

TIPOS DE VELOCIDADE

Numa tentativa de classificação, Bauersfeld & Voss (1992), mencionaram seis variantes da velocidade: a velocidade de reação, deslocamento e dos membros/execução, bem como a velocidade acíclica, cíclica e de ação.

Velocidade de Reação: Pode ser definida como a velocidade com a qual um atleta é capaz de responder a um estímulo (Tubino, 1984). Este tipo de velocidade diz respeito a todas as formas de movimento, já que é a capacidade de reagir a um estímulo no menor tempo possível.

Este tipo de velocidade é imprescindível para qualquer tipo de velocista, isto é, do atletismo, natação, desportos coletivos, entre outros. De acordo com Weineck, a reação pode ser dividida em reações simples e reações complexas, sendo um exemplo de reação simples, a largada de uma corrida de velocidade, e a complexa seria representada, por exemplo, por um jogo desportivo, onde é necessário reagir adequadamente às diversas situações de jogo.

- Velocidade de Deslocamento: A velocidade de deslocamento ou velocidade de movimento, representa uma forma especial da velocidade cíclica, é a capacidade de um individuo se deslocar d eum espaço específico ao outro determinado. A medição da velocidade de deslocamento é geralmente feita através da cronometragem de um deslocamento curto.

Esta velocidade está presente, por exemplo em provas de velocidade, como: atletismo, natação, remo e no ciclismo onde a velocidade de deslocamento conta muito.

- Velocidade dos Membros ou de Execução: É quando o indivíduo possui a capacidade de mover seus membros o mais rápido possível. Essencial na natação, atletismo, esgrima, boxe, entre outros esportes que exigem maior velocidade de reação de determinados membros.

- Velocidade de Ação: A velocidade de ação diz respeito a tomada de decisão objetivando-se a execução de movimentos de acordo com o fator espaço tempo, que orientam as cobranças subjetivas da movimentação muscular. Os aspectos psicológicos, estão fortemente relacionados, pois influenciam nas tomadas de decisões assumindo um papel de destaque para reabilitação neste caso.

- Velocidade de Contração: Para isso é fundamental manter o controle neuromuscular, pois o controle das fibras dos músculos depende diretamente do grau de extensão, pois esta capacidade motora define a quantidade de ação muscular que um

determinado membro pode realizar durante determinado período de tempo em ritmo de aceleração ou desaceleração durante a extensão ou flexão.

Portanto na condição muscular de contração deve existir uma coordenação neuromuscular eminente durante este processo pois todos os aspectos de movimentos de alavancas realizados pelos ossos devem estar dentro do grau de cada ação osteomuscular, assim dando a musculatura a capacidade de conciliar músculos e ossos suas capacidades máximas dentro de cada movimento realizado, assim obtendo uma ação motora uniforme.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Visto que os exercícios funcionais são de grande valia para o progresso das capacidades físicas e motoras do ser humano, auxiliando no desenvolvimento dos movimentos do dia a dia, pois durante o exercício é trabalhado diversos músculos de forma simultânea, além de poder ser praticado em qualquer ambiente, ele vem ser uma ferramenta que pode ser utilizada pelo profissional de educação física, focando na necessidade da sociedade em tempos de pandemia.

O treino funcional veio ser uma opção de tratamento para diversos pacientes que contraíram a doença da covid-19 e que ficaram acamados, todas as pessoas ao saírem da UTI apresentaram perca total dos movimentos, e como os leitos se tornaram poucos foi necessário mandar as pessoas recém saídas da UTI para suas casas, mesmo que com poucos movimentos, e nesse processo entra o profissional de educação física na reabilitação dos pacientes.

Para este processo é fundamental a análise das capacidades físicas como força, flexibilidade, agilidade, velocidade e equilíbrio, para assim descrever quais as principais percas ou déficits motores que os pacientes apresentam, assim descrever treinos coerentes com a realidade de cada paciente e obter resultados positivos durante o acompanhamento, realizando todos os protocolos sanitários contra a Covid-19.

Os exercícios devem ser acompanhados em escala gradual, que devem ser adaptados de acordo com progresso e necessidades, até o pesquisador obter um grau moderado nas execuções dos pacientes, portanto trabalhar o exercício funcional com pessoas que adquiriram a covid-19 é uma maneira do profissional de educação física ajudar a sociedade e mostrar sua importância na educação e saúde da sociedade em tempos de crise.

4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACSM (2000). **Teste de esforço e prescrição de exercício**. 5 ed. Rio de Janeiro: Revinter.

Avila, Paulo Eduardo Santos; Pereira; Raphael do Nascimento; Torres, Daniel da Costa. **Guia de orientações fisioterapêuticas na assistência ao paciente pós covid-19**. UFPA, 2020, pg, 05.

Azevedo, Henrique Leonardo. **Revisão de Literatura – Covid-19 E Sars-Cov-2**. Portal IFPE.

BADILLO,J.J.G., AYESTÁRAN,G. E. **Fundamentos do treinamento de força:aplicação ao alto rendimento**.2ed.Porto Alegre,Artmed,2001.

BARBANTI, V. J. **Teoria e Prática do Treinamento Desportivo**. 2ª edição - São Paulo – SP. Editora Edgard Blucher. 1979.

Barker-Davies RM, O’Sullivan O, Senaratne KPP, Baker P, Cranley M, Dharm-Datta S et al. **The Stanford Hall consensus statement for post-COVID-19 rehabilitation**. Br J Sports Med 2020.

CACAU, Lucas de Assis Pereira¹; MESQUITA, Rafael²; FURLANETTO, Karina Couto³; BORGES, Daniel Lago Silva⁴; FORGIARINI JR., Luíz Alberto⁵; MALDANER, Vinícius⁶; SOUZA, Yves de⁷; CIPRIANO JR., Gerson⁸; CARVALHO, Celso⁹; NOGUEIRA, Ingrid Correia¹⁰; TOMAZI, Laura¹¹; KARSTEN, Marlus¹². **Avaliação e intervenção para a reabilitação cardiopulmonar de pacientes recuperados da COVID-19**. COVID-19 da ASSOBRAFIR, 2020, pg,08.

COELHO, C.W. & Araújo, C.G.S. (2000). **Relação entre aumento da flexibilidade e facilitações na execução de ações cotidianas em adultos participantes de programa de exercício supervisionado**. Revista Brasileira de Cineantropometria e Desempenho Humano.

Docherty, D. **Introduction**. In: D. Docherty (Ed). **Measurement in pediatric exercise science, British Columbia (Ca): Canadian Society for Exercise Physiology/Human Kinetics**, 1996.

El Hassoun O, Valaskova Z, Polak S, Hulin I. **Few insights on the problem of COVID-19**. Bratisl Med J 2020.

FALCÃO, J. T. da R.; RÉGNIER, J. **Sobre os métodos quantitativos na pesquisa em ciências humanas: riscos e benefícios para o pesquisador.** Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, Brasília, v. 81, n. 198. 2000.

Fleck, S. J. & Kraemer, W. J. (1999). **Fundamentos do treinamento de força muscular.** 2 ed. Artmed : São Paulo.

GDLAM – Grupo de Desenvolvimento Latinoamericano para Maturidade. Discussão de estudo: **conceitos de autonomia e independência para o idoso.** Rio de Janeiro; 2004.

GUEDES, D. P; GUEDES, J. E. R. **Manual prático para avaliação em educação física.** 1 ed. Barueri: Manole, Barueri, 2006.

GUEDES, D. P. Jr. **Personal training na musculação.** 2ed. Rio de Janeiro, NP, 1997.

GUEDES, D. P. Jr. **Personal training na musculação.** 2ed. Rio de Janeiro, NP, 1997.

Horak, F.B., Macpherson, J.M., 1996. **Postural orientation and equilibrium. Comprehensive.** Physiology.

Kaminski, T. W., & Hartsell, H. D. **Factors contributing to chronic ankle instability: a strength perspective.** Journal of athletic training, 2002.

Löfvenberg, R., Kärrholm, J., Sundelin, G., & Ahlgren, O. (1995). **Prolonged reaction time in patients with chronic lateral instability of the ankle.** The American journal of sports medicine.

Maffetone, P. (1999). **Complementary sports medicine: balancing traditional and nontraditional treatments.** Champaign (IL): Human Kinetics.)

Mancini, M., and Horak, F. B. (2010). **The relevance of clinical balance assessment tools to differentiate balance deficits.** European. Journal. Physical. Rehabilitation. Medicine.

Monteiro, W.D. **Força muscular: uma abordagem fisiológica em função do sexo, idade e treinamento.** Revista Brasileira de Atividade Física e Saúde, 1997.

Nieman, D. C. (1999). **Exercício e saúde: como se prevenir de doenças usando o exercício como seu medicamento.** São Paulo: Manole.

PLATONOV, V.; BULATOVA, M. **A preparação física. Rio de Janeiro: Sprint, 2003.**
WEINECK, J. **Treinamento ideal: instruções técnicas sobre o desempenho fisiológico, incluindo considerações específicas de treinamento infantil e juvenil.** São

Paulo: Manole, 1999.

Pereira A, Costa AM, Izquierdo M, Silva AJ, Marques MC, Williams JHH. **Combined strength and step aerobics training leads to significant gains in maximal strength and body composition in women.** J Sports Med Phys Fitness. 2013.

Safrit, M. J. (1995). **Complete guide to youth fitness testing.** Champaign, Illinois. Human Kinetics, 1995.

Silveira, C. R. A., Menuchi, M. R. T. P., Simões, C. S., Caetano, M. J. D., & Gobbi, L. T. B. **Validade de construção em testes de equilíbrio: ordenação cronológica na apresentação das tarefas.** Rev Bras Cineantropometria e Desempenho Humano, 2006.

Weineck, J. (1999). **Treinamento ideal.** 9 ed. São Paulo: Manole.

WHO (World Health Organization). **Constitution of the World Health Organization.** Basic Documents. Geneva, 1946.

Winter, D. A., Patla, A. E., & Frank, J. S. **Assessment of balance control in humans.** Medical Program Technology 16, 1990.

Zhu Y, Wang Z, Zhou Y, Onoda K, Maruyama H, Hu C et al. **Summary of respiratory rehabilitation and physical therapy guidelines for patients with COVID-19 based on recommendations of World Confederation for Physical Therapy and National Association of Physical Therapy.** J Phys Ther Sci 2020.

AUTORES:

AMÉRICO EDWARD LACERDA RODRIGUES: Acadêmico de Curso de Educação Física da Universidade do Estado do Pará. Americo.rodriques@aluno.uepa.br

HENRIQUE LOUAN SILVA FERREIRA: Acadêmico de Curso de Educação Física da Universidade do Estado do Pará. Henrique.ferreira@aluno.uepa.br

MARCELO HENRIQUE MIRES DA ROCHA: Acadêmico de Curso de Educação Física da Universidade do Estado do Pará. Marcelo.rocha@aluno.uepa.br

THIAGO SOUSA DA SILVA: Acadêmico de Curso de Educação Física da Universidade do Estado do Pará. Thiago.ssilva@aluno.uepa.br



Capítulo 7

A RELAÇÃO ENTRE JOGOS COOPERATIVOS E ALUNOS COM DEFICIÊNCIA FÍSICA NA EDUCAÇÃO FÍSICA

DOI: 10.29327/545908.1-7

Gabriellen Andrade Da Silva
Neylane Gabriely De Moraes Alves

A RELAÇÃO ENTRE JOGOS COOPERATIVOS E ALUNOS COM DEFICIÊNCIA FÍSICA NA EDUCAÇÃO FÍSICA: uma revisão de narrativas.

Gabriellen Andrade Da Silva

Neylane Gabriely De Moraes Alves

RESUMO

O estudo em tela objetivou verificar a contribuição dos jogos cooperativos para a inclusão de alunos com deficiência física nas aulas de educação física. Para isto, realizou-se uma pesquisa bibliográfica exploratória. Os resultados concretizaram uma fundamentação teórica sobre o tema. Conclui-se que a utilização dos jogos cooperativos favorece a inclusão dos alunos com deficiência nas aulas de educação física e sua integração no meio social. Portanto, é útil ampliar os estudos sobre o tema.

Palavras Chaves: Educação Física; Jogos Cooperativos; Deficiência Física; Inclusão.

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho está centrado no estudo acerca do uso dos jogos cooperativos como recurso metodológico para incluir alunos com deficiência física na educação física escolar. Tendo como foco em análise a experiência do aluno e do professor ao utilizar a proposta.

O interesse pelo tema surgiu na Universidade do Estado do Pará em contato com a disciplina de Educação Física Adaptada, ministrada pela professora Gorete Lameira, onde foi abordado e discutido sobre a temática inclusão, o que nos permitiu ir a campo e refletir sobre a nossa atuação no contexto educacional.

A relação com nosso estudo se intensificou após uma conversa informal com um professor de Educação Física de uma instituição pública de ensino, a partir de um relato sobre sua dificuldade em incluir seu aluno com deficiência física nas atividades. Foi possível enquadrá-lo em nosso tema, e dessa forma surgiu o interesse em realizarmos esse estudo, investigando através da observação e dos discursos dos docentes e alunos com deficiência física como vem ocorrendo a inclusão deste grupo na educação física escolar do ensino fundamental

Embora haja um grande acervo de materiais de pesquisa sobre a inclusão de deficientes no contexto escolar, nos deparamos com poucas pesquisas que tratem especificamente de deficientes físicos. Diante disso, a importância dessa temática está em contribuir com material de pesquisa especificamente sobre nosso tema, que servirá de

subsídio para outras pesquisas acadêmicas de educação física na área de inclusão. Bem como, realizar o mapeamento das principais possibilidades de melhoras na docência de educação física.

Além disso, o estudo terá relevância em nossa prática pedagógica, visto que, é necessário haver pessoas qualificadas e comprometidas para garantir um aprendizado mais significativo para os estudantes, independentemente da sua dificuldade ou deficiência, transformando as aulas em atividades pedagógicas que valorizem a importância de cada aluno.

As perspectivas que cercam a inclusão escolar são extensas, complexas e têm lugar de evidência nas escolas brasileiras. Refere-se não somente às necessidades específicas dos alunos com deficiência, bem como a todo aluno que se insere no processo educacional, mesmo com as brechas ainda existentes.

Quando tratada em sala a questão da inclusão ocorre de forma lúdica, fortemente expressiva, e com contextualização flexível do conteúdo, para que seja um facilitador do processo inclusivo, mas este conteúdo torna-se particular de uma disciplina e não associado com as demais. Por exemplo, a disciplina de estágio supervisionado que é obrigatória nos cursos de licenciatura, é uma grande oportunidade para que o acadêmico desfrute do contato direto com a realidade escolar, entretanto, pode ser uma experiência chocante para muitos ao ver que a realidade prática não condiz com a teoria (ISBARROLA; COPETTI, 2018). Isso leva à um dos desafios e dificuldades dos professores, a falta de qualificação profissional, mesmo com grande oferta de cursos de graduação, pós-graduação e cursos extracurriculares, alguns docentes têm impasses por não ter conhecimento específico para desenvolver sua metodologia.

A estrutura escolar não adequada também é um fator que influencia diretamente na não efetivação da inclusão escolar, visto que, as infraestruturas de muitas escolas brasileiras ainda não se adequam a um padrão de acessibilidade que atenda às necessidades do aluno com deficiência física e com mobilidade reduzida. Aime, Sena e Awad (2014) reforçam que a acessibilidade é tida como maior barreira enfrentada pelo usuário de cadeira de rodas. Destacando nas escolas regulares a falta de rampas de acesso aos prédios e andares, bem como o tamanho das portas que não permitem a circulação de cadeira de rodas, a ausência de adaptação dos banheiros, e a insuficiência de transporte coletivo adaptado.

Algumas escolas ainda têm a necessidade de uma rede de apoio como uma equipe multidisciplinar, envolvendo diferentes profissionais especialistas de distintos campos de atuação para trabalhar em prol da escola. O papel que essa equipe tem no âmbito escolar, é de cuidadosamente planejar estratégias de uma abordagem educacional que seja amplamente adequada para professores, alunos e famílias. Conforme Damiani (2008), na educação o trabalho colaborativo subentende-se como aquele que é realizado por um grupo de pessoas com um objetivo em comum, no qual decidem e são responsáveis pelo que produzem coletivamente, de acordo com suas possibilidades. Portanto, parte do trabalho colaborativo dessa equipe o papel de auxiliar, estimular e potencializar o desenvolvimento, aprendizado e a inclusão do aluno com deficiência.

O ambiente escolar é visto como um meio de consolidação de valores e formação de atitudes, portanto, também deve ser um espaço de oportunidades para que os alunos com deficiência aprendam (sem pré-julgamentos ou atitudes preconceituosas) nos mesmos espaços educativos que os alunos sem deficiência. É de suma importância promover o bem-estar, a saúde e a autonomia destes, pois as pessoas com deficiência física têm direito a um ambiente salutar e que esteja adaptado a suas necessidades, mesmo que este grupo seja o menor em uma maioria considerada normal perante a sociedade. O que possibilita a esses alunos um futuro mais igualitário com a construção de caminhos para a efetivação destes em todos os ambientes sociais. Com isto, “é necessário refletir no que se refere a real inclusão de pessoas portadoras de deficiências, como um todo, que ainda esteja impedindo ou dificultando a presença ou a permanência destes sujeitos no meio social” (XAVIER, 2013, P. 15).

Se faz necessário preencher também as lacunas da falta de referenciais teóricos atualizados que tragam diálogos sobre as perspectivas do aluno com deficiência a respeito de sua participação nas aulas de educação física. O que pode de alguma forma amenizar um dos problemas dos professores no que se refere a sua metodologia e possibilidades de ensino? Como método didático, quais as contribuições dos jogos cooperativos para a inclusão nas aulas de educação física? Ao fazer esta análise se conhece as necessidades e possibilidades individuais do aluno e por fim consegue-se chegar ao objetivo que é a inclusão.

Essa revisão de literatura, tem como finalidade verificar a contribuição dos jogos cooperativos para a inclusão de alunos com deficiência física nas aulas de educação física. Esta pesquisa possui uma abordagem qualitativa com nível de pesquisa exploratório.

2. DESENVOLVIMENTO

O processo histórico em torno da Educação Física que traz consigo marcas de diferentes eras e constantemente intervém nos acontecimentos sociais, quando compreendido, também abrange as linhas de pensamento que posteriormente explicariam o que levou ao distanciamento dos processos de inclusão educacional.

As revoluções que marcaram a Europa no século XIX, segundo Soares (2004) foram pioneiras no processo que hoje se entende por Educação Física, pois neste período formaram-se conceituações básicas acerca do corpo como força de trabalho do homem. Para o Coletivo de Autores (1998), a ideia do homem forte, ágil e com o corpo saudável representava que este estaria apto ao trabalho pesado, tornando obrigatória a prática do exercício físico, desconsiderando a importância da melhoria nas condições de vida dos trabalhadores.

De acordo com Soares (2004, p.7) a abordagem positivista está “calcada nos princípios da observação, experimentação e comparação, é aquela que realizou, ao longo dos séculos XVII a XIX, aquilo que poderíamos chamar de uma naturalização dos fatos sociais, criando um social biologizado”. Em seus estudos a autora afirma que a revolução burguesa que favoreceu a classe dominante, através da visão positivista da ciência, também foi refletida na Educação Física no Brasil.

Nesta sociedade moderna, os indivíduos eram tidos como orgânicos e imutáveis, o que justificaria, as questões de desigualdades sociais provenientes do progresso industrial e do capitalismo de ordem natural, ou seja, conforme suas aptidões físicas “determinados por uma natureza biológica que os aprisiona num terrível fatalismo hereditário” (SOARES, 2004, p.19).

O período do Brasil Imperial (1822-1889) foi marcado pelo início de manifestações visando organizar e dar diretrizes à Educação Física brasileira. No ano de 1851 o Império promulga o “Regulamento da instrução primária e secundária do Município da Corte”, introduzindo a ginástica nos currículos de escolas públicas do ensino primário (MARINHO, 1980, p.24). A ginástica nesse período, estava contextualizada à Educação Física, até o surgimento dos movimentos que incentivaram sua inclusão no meio civil e militar. Contudo, somente no ano de 1882, com o posicionamento sobre as reformas de ensino, verificou-se uma situação vantajosa às

práticas de atividades físicas pela ginástica, desportos ou exercícios de cunho militares (MARINHO, 1980, p. 27).

O processo de imigração sueco e alemão, também contribuiu para o modelo de Educação Física da época, onde aulas eram ministradas por ex soldados ou instrutores do exército. E com a metodologia rígida militarista, construía-se segundo o Coletivo de Autores (1998) um homem treinado para ser “disciplinado, obediente, submisso, profundo respeitador da hierarquia social.”

Inspirado pelo positivismo, nasce o método Francês que chega ao Brasil através de militares. Dessa maneira, segundo o Coletivo de Autores (1998) a educação física escolar começou a ter importância visando o aperfeiçoamento físico dos indivíduos onde, “fortalecidos” por exercícios físicos, estimulando em si a saúde, contribuiriam com aptidão para a extensão da indústria, dos exércitos, bem como para o sucesso da pátria.

Segundo Marinho (1980) o Regulamento nº 7, que entrou em vigor no ano de 1921 colaborou para tornar este método como primeira doutrina propagada no Brasil. Cabendo aos Centros Militares de Educação Física a missão de oficializar, divulgar e aplicar o método francês que seria adotado em todo o território brasileiro até que fosse criado um Método Nacional de Educação Física. Somente em 1939 foi criada a primeira escola de formação de professores, a Escola Nacional de Educação Física e Desportos, que ainda preconizava o método francês “em todo território Nacional e que permaneceu até a derrota da França na segunda Guerra Mundial”. (MARINHO, 1980, p. 60).

Com a ideologia nacionalista, surgiram leis que defendessem os interesses da classe dominante, ainda visando a ideia de que o povo precisaria ser forte para defender a pátria, como o Decreto nº 21.241 de 16 de fevereiro de 1938, que proibia em um de seus artigos a matrícula no ensino secundário de alunos “cujo estado patológico os impeçam permanentemente da frequência às aulas de Educação Física” (CASTELLANI FILHO, 2013, p. 86). Causando não somente a exclusão dos alunos com deficiência nas aulas, mas também fossem impedidos de frequentar a escola.

Para Ghiraldelli Junior (1991), no período entre 1945 a 1964 houveram mudanças na percepção da Educação Física, o que o autor chama de Educação Física Pedagógica. A ideia principal dessa concepção foi baseada na necessidade de uma atividade veementemente educativa e desmistificar o estigma da Educação Física como promotora somente de saúde ou de disciplina. Evidenciando a intenção de usar a Educação Física

com caráter formativo na educação pública, pois o movimento propõe o único método influenciado por teorias da escola nova que promove a educação integral.

A Educação Física ganhou maior espaço e visibilidade com o golpe militar de 1964, neste período marcando o surgimento da concepção tecnicista que atuava com o ponto de vista técnico, para o desenvolvimento e seleção. Nesse período, de acordo com Ghiraldelli Junior (1991), a Educação Física era voltada para o culto do atleta-herói. Onde privilegiava-se o treinamento desportivo, se tornando modelo da educacional da área. Diferente do modelo militar que formava soldados, o modelo tecnicista buscava formação de atletas e com isto a possibilidade de ganhar medalhas olímpicas.

Bracht (1999) destaca as contribuições em pesquisa feitas em 1980, influenciadas por todas as discussões pedagógicas que ocorreram acerca das possibilidades para transformar radicalmente a sociedade capitalista. As correntes renovadoras foram denominadas de crítica e progressista. O autor prossegue na afirmativa de que a sociedade assume outra vertente da cultura corporal de movimento, propondo a escola que o aluno se aproprie da Educação Física criticamente. Assim, com estes movimentos surgiram novas propostas pedagógicas.

A primeira, chamada desenvolvimentista, tem como principais autores os professores Go Tani, Edison de Jesus Manoel – ambos da Universidade de São Paulo (USP) – e Ruy Jornada Krebs – da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Baseia-se na psicologia do desenvolvimento e aprendizagem. Para Bracht (1999), trata de um aprendizado que oferece à criança oportunidades de vivenciar o movimento e preservando seu desenvolvimento normal, de forma que essa criança seja atendida inteiramente em suas necessidades de movimento.

Formulada por Elenor Kunz, da UFSC, a proposta crítica-emancipatória, de acordo com Bracht (1999), é uma proposta que parte da visão do diálogo, onde o movimento humano é visto como um elemento de comunicação com o mundo. Com isto, mostra a importância do sujeito que critica suas próprias ações, buscando desenvolver no aluno a consciência crítica e autônoma.

A abordagem de ensino aberto idealizada por Reiner Hildebrandt e Ralf Laging da Alemanha (1986) e Cardoso et al. (1991), é uma metodologia complexa que proporciona autonomia. De acordo com Oliveira (1997) é o enfoque que através de ações problematizadoras, levam ao mais alto nível de complexidade dos assuntos tratados e instigando alunos e professores a interagirem em uma ação participativa para resolver

problemas advindos das temáticas trabalhadas. Expressa-se através da passionalidade dos participantes.

Com autoria de Valter Bracht et al. (1992), na área da Educação Física o grupo conhecido como Coletivo de Autores, segundo Oliveira (1997) a abordagem crítico-superadora é assim chamada por partir da concepção histórico-crítica. Seu objetivo é construir um sujeito que entende e constrói sua realidade social. O resultado disto é que a cultura corporal passa a ser vista constituinte das práticas sociais, com intuito de atender necessidades sociais, desde que tenha relevância suas vivências sociais com sua prática pedagógica.

A metodologia construtivista, de autoria de João Batista Freire, em 1989, motivada pela tendência educacional construtivista de Piaget. Conforme Oliveira (1997) esta abordagem tem como objetivo ensinar o aluno a expressar-se através do corpo, ensinando possibilidades de expressão no mundo e construir a consciência corporal do aluno.

Para Melo e Martinez (2012), a proposta da motricidade humana idealizada por Manoel Sérgio e publicada em 1990, é uma abordagem que visa mudanças na participação durante as aulas de Educação Física, abandonando a participação elitista para a participação em massa. Ainda sugere modificações a respeito do rendimento na experiência do prazer e lazer, buscando a autossuperação.

A abordagem sistêmica, publicada por Betti em 1991, segundo Melo e Martinez (2012) tem como princípio principal a diversidade de conteúdos, que disponibilizam atividades diversificadas e proporcionam diferentes experiências durante as atividades desde que a participação de todos os estudantes seja permitida e valorizada.

Para Melo e Martinez (2012) a proposta dos jogos cooperativos, idealizada e publicada por Fábio Otuzi Brotto em 1995, baseia-se em substituir o aspecto competitivo pelo cooperativo. É uma abordagem que favorece a participação de todos os estudantes e a aceitação mútua, tendo princípio a negação de que exista a necessidade de vencer sempre.

A abordagem da Educação Física Plural que foi publicada em 1995 por Daolio, segundo Melo e Martinez (2012) sugere pluralizar as atividades para que determinado grupo não seja o único privilegiado, possibilitando que cada aluno tenha uma vivência condizente com suas capacidades. A partir da participação de todos e das possibilidades, pode-se ocorrer as escolhas dos conteúdos.

Guedes e Guedes (1996) e Nahas (1996) foram os idealizadores da proposta da saúde renovada, que para Rechineli et al (2008) busca ensinar a relação conceitual básica entre atividade física, aptidão física e saúde, que embasam a qualidade de vida, aplicando ações e hábitos voltados para uma infância de vida ativa fisicamente que terá reflexo na vida adulta.

Os pesquisadores dos anos 90, propõem um novo modelo para a Educação Física, realçando a cultura corporal do movimento. Essas propostas de abordagens revelam pontos em comum, visto que emergiram do rompimento do paradigma esportivo e de aptidão física. Para Betti e Zuliani (2002) estas abordagens apresentam quatro princípios de grande relevância: a inclusão, no qual os conteúdos e estratégias selecionados devem abranger a participação de todos os estudantes; a diversidade, onde a seleção dos conteúdos deve ser considerada a totalidade da cultura corporal do movimento, incorporando jogos, esporte, atividades rítmicas/expressivas e dança, lutas/artes marciais, ginásticas e práticas de aptidão física; a complexidade, em que os conteúdos atingem diferentes graus de complexidade de acordo com as séries; e a adequação ao estudante, considerando características próprias, capacidades e interesses, partindo da concepção motora, afetiva, social e cognitiva.

Em seu estudo sobre as metodologias em ascensão na Educação Física, Oliveira (1997) revelou que o objetivo das abordagens é comum em todas as propostas:

[...] oferecer uma disciplina de Educação Física recheada de conteúdos significativos e de fundamental importância aos participantes. É perseguida, em todas as propostas, a autonomia frente aos conhecimentos tratados dentro da disciplina, assim como enfatiza-se a necessidade da seriedade da ação docente e da responsabilidade com o processo ensino-aprendizagem. (p.26)

Na perspectiva legal, o Ministério da Educação e do Desporto validou as abordagens por meio da Lei de Diretrizes e Bases (LDB/1996), constituindo os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) e introduzindo um documento específico atribuído à área da Educação Física (BRASIL, 1998).

Melo e Martinez (2012) comentam a relevância dos PCN, que apesar de não se tratar de uma abordagem pedagógica introduzem concepções e ideias de todas as abordagens provenientes da Educação Física. Isto sugere que os professores durante o desenvolvimento de suas abordagens, reflitam sobre sua prática pedagógica e passem a se basear nos PCNs que permitem o uso de diferentes abordagens pedagógicas com

enfoque nos conteúdos, diferentemente das abordagens que tratam da forma com que a Educação Física deve ser conduzida. O documento específico da Educação Física aborda três princípios: a inclusão, as dimensões atitudinais, conceituais e procedimentais dos conteúdos e os temas transversais. Para Rechineli et al (2008), no que se refere ao princípio da inclusão, os PCN são tidos como primeiro documento idealizado visando à diversidade, abrangente a todos os estudantes, sem ter em conta suas diferenças, sejam sociais, culturais ou físicas.

A retomada histórica que foi feita, nos esclarece que a idealização das atuais abordagens da Educação Física partiu da necessidade da reformulação dos paradigmas em torno da aptidão física e esportiva. Com a proposta de superar o processo de exclusão nas escolas, estas metodologias agora dominavam o campo do saber da Educação Física. Surge então a necessidade de se fazer questionamentos sobre a relação dessas propostas pedagógicas com a educação inclusiva, visto que o presente estudo busca compreender mais sobre a inclusão escolar de alunos com deficiência. Rechineli et al (2008), em seu estudo apresentaram um quadro que relaciona algumas abordagens com o processo inclusivo:

Quadro 1 - Abordagens e propostas inclusivas

Abordagem	Finalidade	Temática Principal	Estratégias e Metodologias	Proposta Inclusiva
Militarista e Higienista	Selecionar indivíduos fisicamente perfeitos	Obediência e a disciplina, aspecto eugenista	Totalmente prática, fortalecimento do físico, hábitos de higiene e saúde	Não possui
Tecnicista	Tornar a nação formadora de atletas olímpicos servindo como exemplo e incentivo à população	Descoberta de talentos esportivos que pudessem representar o país em competições internacionais	Rendimento, seleção dos mais habilidosos, aptidão física, procedimentos pedagógicos diretos	Não possui
Desenvolventista	Fundamentar o trabalho nos processos de crescimento, desenvolvimento e a interação entre eles	Habilidade motora, aprendizagem do movimento, aprendizagem por meio do movimento	Privilegia a aprendizagem do movimento através da interação entre o aumento da diversificação e da complexidade das tarefas	Possui
Construtivista	Construir o conhecimento	Cultura popular, jogo, lúdico	Resgatar o conhecimento do aluno, solucionar problemas	Possui

Sistêmica	Enfatizar a importância da experimentação dos movimentos em situação prática	Educação Física como sistema hierárquico e aberto que sofre influências e influencia	Princípio da não exclusão e diversidade propõe vivências nas atividades esportivas, rítmicas e expressivas.	Possui
Crítico-Superadora	Transformar a sociedade	Cultura Corporal, visão histórica	Tematização das diversas formas de expressão da cultura do movimento	Possui
Saúde Renovada	Melhorar a saúde da cultura corporal	Diversidade, pluralidade, história cultural da ginástica, lutas, danças, jogos e esportes	Valorização das diversas formas de expressão da cultura do movimento	Possui
PCN	Introduzir o aluno na esfera da cultura corporal e do movimento	Estilo de vida ativo, conhecimentos, exercícios físicos	Movimentação e incentivo para a adesão de um estilo de vida ativo	Possui
Motricidade Humana	Perceber, conhecer e viver o corpo integralmente considerando o contexto do mundo-vida	Respeita o ser humano total, em sua complexidade		Possui

Fonte: Rechineli, Porto e Moreira (2008, p. 305).

Havendo a necessidade da discussão sobre métodos de se desenvolver a Educação Física nas escolas que ultrapassassem o paradigma da aptidão física e esportiva, surgem as abordagens pedagógicas progressistas que aqui foram apresentadas. Não tomando partido quanto ao percurso pedagógico escolhido para seguir, já que dentre as abordagens existem princípios fundamentais em comum: a promoção de corporeidade de todos os estudantes. Abrindo um longo caminho para a Educação Física inclusiva no século XXI.

JOGOS COOPERATIVOS NA EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR BRASILEIRA: CONTEXTO, CONCEITO E POSSIBILIDADES

Deve ser entendido como método que estimula o exercício do pensamento daquele que o pratica, passando a ser considerado um elemento básico para as mudanças de consciência. Pois enquanto joga a criança entende o significado de suas ações, desenvolve suas vontades e torna-se consciente das suas decisões. Segundo o Coletivo de Autores (1992), “o jogo (brincar e jogar são sinônimos em diversas línguas) é uma invenção do

homem, um ato em que sua intencionalidade e curiosidade resultam num processo criativo para modificar, imaginariamente, a realidade e o presente.”

Na década de 1980, o Brasil passou transformações sociais, políticas e educacionais advindas do processo de redemocratização. Segundo Neira e Nunes (2009), surgiram teorias pedagógicas estudadas em diversos países, inclusive no Brasil. Estas teorias eram intensamente empenhadas na crítica a educação na época dominante, apresentando as reais finalidades da política educacional, que mantinha o discurso combatente às desigualdades sociais ampliadas a educação básica, mas o método de ensino restritivo e técnico contribuía na reafirmação de uma sociedade de classes.

O jogo é um termo que possui distintas definições, tendo em vista que resulta do processo sociocultural. Conforme Brougère (1998, p. 17), “o jogo é uma coisa que todos falam, que todos consideram como evidente e que ninguém consegue definir.”

Para Ferreira e Barreto (2013) o jogo está diretamente ligado às relações humanas, com vestígios de que os primeiros hominídeos jogavam e brincavam. Fato este que auxiliou o desenvolvimento das habilidades de do planejamento, construção de estratégias e fazer julgamentos. Portanto, as interpretações significativas de sobre o jogo devem se realizar conforme a cultura em que o jogo se desenvolveu.

Huizinga (2000) apresenta importantes características do que compreende ao jogo como recurso educativo. Primeiramente, identifica que uma das principais características do jogo é a eficiência em envolver participantes como um ato voluntário, pois quando de forma imposta deixa de ser jogo. Que todo jogo tem suas particularidades no que diz respeito ao tempo, ao espaço e à regra acima de qualquer característica. O jogo só existe ao possuir regras e essas podem ser construídas num acordo comum entre os participantes. Apesar das regras, o participante pode contribuir para uma ampla escala de alternativas que dependem somente de sua criatividade. Esta racionalidade nos parece pertinente ao nos referirmos aos processos inclusivos, ou seja, o jogo pode ser uma eficaz vertente pedagógica para a inclusão de estudantes com deficiência nas aulas de Educação Física.

De acordo com o Coletivo de Autores (1992), o desenvolvimento da criança pode ser observado no caráter dos seus jogos, que partem desde aqueles com regras ocultas em situação imaginária (jogo de mamãe e papai, por exemplo, onde agem como reflexo dos comportamentos de uma mãe e de um pai), até os jogos que possuem regras claras e precisas, mas com situação imaginária oculta.

Se conceituam como jogos educativos aqueles que partem da proposta lúdica, mas visando a educação do indivíduo (VANZELLA, 2009; MENDES, 2017). O lúdico, tem relação com a necessidade do homem de brincar, em contraproposta que a função educativa tem relação com a aprendizagem de saberes (KISHIMOTO, 1999). Por isto, existe a necessidade do equilíbrio entre ambos para que seja alcançado o jogo educativo. Para Mendes (2017), quando ambos não chegam a um equilíbrio, características que fundamentam os jogos educativos, aprendizado e prazer não existirão.

Em relação aos jogos cooperativos, trata-se de uma abordagem que visa minimizar atitudes de cunho competitivo e individualista, que estejam presentes nas inter-relações humanas (BROTTO, 2001). Segundo Melo e Martinez (2012), o foco principal é substituir o sentido competitivo pelo cooperativo, visto que um dos princípios mais relevantes é que não há necessidade de vencer. O que leva a uma racionalidade que dispõe da aceitação mútua e é favorável a participação de todos.

DEFICIÊNTE FÍSICO E SUA INCLUSÃO NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA

Visto que o presente estudo se propõe a investigar as contribuições dos jogos cooperativos para a inclusão de estudantes com deficiência física na educação física escolar, este capítulo tem a finalidade de refletir sobre quem é e como esse aluno se relaciona com as aulas de Educação Física.

Conceituar com clareza palavras ou expressões para designar determinadas situações ou características contribui para direcionar as ações de intervenção. A palavra deficiência por muito tempo se associou a incapacidade e desvantagem. A Organização Mundial de Saúde - OMS, propõe uma classificação da conceituação de Deficiência sendo entendida como perda ou anormalidade de estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica, temporária ou permanente, e incapacidade, como restrição da habilidade para desempenhar atividade considerada normal para o ser humano, decorrente de uma deficiência. Desvantagem é entendida como prejuízo resultante de uma deficiência ou incapacidade, que impede o desempenho de papéis.

Por outro lado, a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, por meio do decreto nº 6.949/2009, esclarece o termo de deficiência trazendo uma ampla abordagem:

O propósito da presente Convenção é promover, proteger e assegurar o exercício pleno e equitativo de todos os direitos humanos e liberdades

fundamentais por todas as pessoas com deficiência e promover o respeito pela sua dignidade inerente. Pessoas com deficiência são aquelas que têm impedimentos de longo prazo de sua natureza física, mental intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdades de condições com as demais pessoas.

É importante ressaltar que a deficiência é resultado da relação das diversas barreiras presentes na sociedade. A lei de nº 13.146/2015, que trata da inclusão da pessoa com deficiência, define o que seriam essas barreiras por meio do art.3, inciso IV:

[...] barreiras: qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que limite ou impeça a participação social da pessoa, bem como o gozo, a fruição e o exercício de seus direitos à acessibilidade, à liberdade de movimento e de expressão, à comunicação, ao acesso à informação, à compreensão, à circulação com segurança, entre outros (...).

Dessa forma, as barreiras confirmam a ineficácia do Estado ao assegurar o direito de igualdade entre os indivíduos, dificultando e limitando as pessoas com deficiência de exercerem seus direitos como cidadãos, (SILVA, 2018).

No entanto, o conceito de deficiência nem sempre foi entendido dessa forma. A Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência, aprovada no Brasil em 09 de julho de 2008 por meio do Decreto Legislativo nº 186, promulgada pelo decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009, apresenta seu conceito se adequando à evolução da sociedade, substituindo a visão ultrapassada dos modelos antes utilizados, (SILVA, 2018).

Conforme a Organização Mundial da Saúde (OMS, 2004), há duas concepções de deficiência: o modelo médico e o modelo social. Segundo o modelo médico, a incapacidade é "um problema da pessoa, causado diretamente pela doença, trauma ou outro problema de saúde, que requer assistência médica sob a forma de tratamento individual por profissionais" (p. 18). Já o modelo social, entende a incapacidade como sendo de natureza social que se relaciona à funcionalidade expressa pelo indivíduo, isto é, é "o resultado de uma relação complexa entre a condição de saúde do indivíduo e os fatores pessoais, com os fatores externos que representam as circunstâncias nas quais o indivíduo vive" (OMS, 2004, p. 15).

Na visão médica, a concepção entendida de deficiência se expressa na Classificação Internacional de Deficiências, Incapacidades e Desvantagens: um manual de classificação das consequências das doenças (CIDID), sendo aprovado pela Organização Mundial de Saúde (OMS) no ano de 1976 e utilizado durante muito tempo

como referência e ferramenta fundamental para compreender a deficiência, tendo como definição:

Deficiência (dano ou déficit) é definida como qualquer perda ou anomalia (temporária ou permanente) das estruturas e funções psicológica, fisiológica ou anatômica e se constitui como desvio da norma biomédica, fundada em base estatística, possível de ser observada e mensurada. Se tal déficit implicar em dano para a pessoa que limite ou impeça o desenvolvimento de atividades ele determina uma incapacidade (OMS, 1989).

Essa definição apresentava um certo preconceito frente a pessoa com deficiência, visto que apontava a deficiência unicamente na pessoa que a portasse, um problema do indivíduo que, independente da circunstância que lhe era oferecida e do contexto em que vivia, teria que buscar a cura para sua deficiência ou de certa forma amenizá-la caso quisessem se incluir na sociedade, (SILVA, 2018). Sampaio e Luz (2009), reafirmam que o modelo biomédico encontra-se no corpo deficiente ou na anomalia em partes do corpo, enquanto que o modelo social “vê a incapacidade como resultado de uma (des)organização social, ou seja, uma diminuição de oportunidades sociais para as pessoas.” (p.476).

Esse modelo foi sofrendo alterações de acordo com a necessidade de acompanhar a evolução da sociedade e de seus novos posicionamentos consequentes desse progresso. Em substituição a esse modelo surgiu a CIF, Classificação Internacional de Funcionalidade e Incapacidade e Saúde, substituindo a visão negativa que a CIDID apresentava sobre a deficiência e incapacidade por uma compreensão positiva, levando em consideração não só as atividades que uma pessoa que apresenta alterações de função e/ou da estrutura do corpo pode executar, como também sua participação social, (FARIAS; BUCHALLA, 2005).

A CIF se apresenta então, de maneira geral, focando não só nas pessoas com algum tipo de deficiência, como também, compreendendo que a incapacidade surge como resultado das consequências do contexto social, não sendo a deficiência em si apontada como causa necessária para tal. (D’AVANZO, 2000). Sendo assim, esse modelo se fundamenta na união dos modelos médico e social, utilizando a abordagem biopsicossocial para integrar as várias dimensões da saúde, sendo elas: biológica, individual e social, (CURY et al., 2004).

Visto que a CIF se baseia em abordagem biopsicossocial, ela integra os componentes de saúde nos níveis corporais e sociais, avaliando uma pessoa com deficiência de forma divergente do modelo biomédico, (FRANK, 2017).

A Lei Nº 13.146 de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência, complementa o processo de avaliação utilizando o mesmo propósito da CIF.

§ 1º A avaliação da deficiência, quando necessária, será biopsicossocial, realizada por equipe multiprofissional e interdisciplinar e considerará: I - os impedimentos nas funções e nas estruturas do corpo; II - os fatores socioambientais, psicológicos e pessoais; III - a limitação no desempenho de atividades; e IV - a restrição de participação.

Frente a essas propostas de definição, é necessário definir também quem são os participantes do presente estudo, descritos como estudantes com deficiência física e sua relação com a inclusão no ambiente escolar. Mattos (2008) afirma que a deficiência física se trata de problemas que afetam a estrutura do corpo de ordem ósteo-musculares ou neurológicos comprometendo a motricidade. Já a legislação brasileira, por meio do Decreto nº 5.296 (BRASIL, 2004, p.) classifica a deficiência física como sendo:

"alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, ostomia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, nanismo, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções".

Palma e Manta (2010, p. 305) apontam a deficiência física como tendo diversas origens:

Origem cerebral (paralisia cerebral e traumatismo crânio-encefálico); origem medular (poliomelite, espinha bífida, lesões medulares degenerativas, traumatismos medulares); origem muscular (distrofia muscular progressiva de Duchenne); origem ósseo-articular (malformações, amputação).

A inserção de forma inclusiva dos referidos alunos no ambiente escolar ocorreu a partir do ano de 2015, por meio do Estatuto da Pessoa com Deficiência, conforme mostra Gaudenzi e Ortega:

Com vistas à inclusão social e à cidadania plena e efetiva dos deficientes, no ano de 2015, o Brasil instituiu a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, também conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência, que

entrou em vigor em janeiro de 2016. A Lei garante, entre outras coisas, condições de acesso à educação e à saúde e estabelece punições para atitudes discriminatórias contra essa parcela da população. (GAUDENZI; ORTEGA, 2016, P. 3062).

Mesmo que a pessoa com deficiência tenha o acesso à educação garantida por lei ainda há a necessidade de superar os desafios presentes nas condições das escolas para receber esses alunos, o que demanda de aperfeiçoamento contínuo dos professores, (FRANCK, 2017). A inexistência de conhecimento específico por parte dos docentes frente ao atendimento de alunos com deficiência física, coloca estes estudantes em situações que expõem a sua integridade física e emocional, dificultando o processo de ensino-aprendizagem e até mesmo, dificultando a permanência deles na escola, (KRUG, 2002; MELO; FERREIRA, 2009).

Gorgatti e Rose Júnior (2009), afirmam que o êxito pedagógico de pessoas com algum tipo de deficiência ocorre de acordo com a maneira que os docentes compreendem a inclusão, por isso a importância de preparação contínua.

O professor deve ser um elemento ativo para a aprendizagem efetiva de todos os alunos, portanto, os programas de treinamento de professores devem incluir a revisão contínua de conceitos sobre diversidade e a desconstrução de estereótipos. Pesquisadores afirmam que professores de educação física que não tiveram contato com estudantes que possuam deficiência física, tampouco uma formação contendo práticas pedagógicas com grupos diversificados (a exemplo, a disciplina de educação física adaptada), não se sentem preparados para ministrar aula em um meio inclusivo, portanto, apresentam comportamentos inadequados diante ao ensino de estudantes com alguma deficiência, (Aguiar & Duarte, 2005; Gutierrez Filho, Monteiro, Silva, & Vargas, 2011; Palla, 2001).

Fiorini e Manzini (2014) apontam algumas ações que devem ser inseridas na formação do professor de Educação Física “no sentido de planejar e desenvolver uma formação de professores em nível teórico, com a abordagem de conteúdos e, em nível prático para, juntamente com o professor, planejar e estabelecer estratégias, além de selecionar os recursos adequados ou adaptá-los conforme a necessidade.” (p. 401).

Além disso, é de extrema importância que o professor de Educação Física busque conhecimento acerca da deficiência de seu aluno, “causas, consequências, impedimentos (ou incapacidades) e limitações (ou desvantagens/dificuldades)”, (FRANK, 2017). Identificando problemas que podem estar relacionados a falta de flexibilidade;

dificuldade de suportar uma atividade aeróbica; falta de força e resistência para erguer o corpo, (Gorgatti e Bohme, 2008).

Gorgatti e Bohme (2008), ressaltam que as atividades físicas geram vários benefícios na vida das pessoas com deficiência física, relacionados ao aspecto motor, social e psicológico. Segundo Pedrinelli e Teixeira (2008), a participação dessas pessoas em atividades recreativas ou esportivas se apresenta como um importante elemento para reabilitação e na forma como a sociedade os percebem. Independente da deficiência, o processo de inclusão facilita a formação de um novo tipo de sociedade.

A inclusão bem-sucedida de deficientes no ambiente escolar requer além de experiência e conhecimento, condutas favoráveis dos docentes em relação a elas. A atitude positiva do professor ao se tratar de inclusão é tida com um elemento indispensável nas ações inclusivas. Diversos autores apontam a importância do professor para que o processo de inclusão aconteça com qualidade (RAIMUNDO, 2014; FERREIRA, 2013; FIORINI, 2011, FALKENBACH; LOPES, 2010, GORGATTI; ROSE JÚNIOR, 2009). Sendo assim, espera-se que “os docentes tenham uma atitude acolhedora da diversidade e estejam disponíveis para aplicar pedagogias inovadoras em sala de aula” (RAIMUNDO, 2014, p.641).

Com isso, reafirmamos o pensamento de Krug (2002, p. 5) quando se refere à educação física e sua relação com o deficiente físico:

[...] a Educação Física, enquanto área de atuação junto ao ser humano deve ser flexível a ponto de atender a todos. Neste sentido, acreditamos que não é a Educação Física que muda, quando atua com um ou outro indivíduo, mas, sim, a postura do profissional, que mesmo em tese, deve estar preparado para atuar junto a todas as pessoas, sejam elas deficientes ou não.

Dessa forma, percebemos que a inclusão do aluno com deficiência no âmbito escolar deve se adequar a sua condição, de forma que traga benefícios para o desenvolvimento do mesmo. Ressaltamos ainda, que mesmo que a inclusão seja um processo lento e ocorra de forma gradual, é um desafio possível e de muitas oportunidades.

3. CONCLUSÃO

Com base neste estudo, foi possível perceber que os professores de EF ainda contam com justificativas para a falta de alternativas de suporte aos alunos com

deficiência, incluindo a formação adequada. Por este motivo, consideramos que a formação de professores, aliada a uma rede de apoio, pode contribuir para o desenvolvimento de um quadro que facilite a inclusão de alunos com deficiência física nas aulas de educação física de forma a explorar os melhores percursos e alternativas pedagógicas no meio educacional para enriquecer as experiências desses alunos.

Consideramos que o paradigma da inclusão escolar enfrenta vários desafios, mas boas experiências, aliadas a estudos e formação adequada de professores, são capazes de auxiliar na superação dessa lógica excludente.

Acreditamos ainda que a utilização de estratégias de ensino que incentivem práticas competitivas baseadas na aptidão física gera lacunas, distanciamento entre os alunos e fomentam processos de exclusão. Por outro lado, a utilização de jogos de carácter lúdico, recreativo e educativo, envolvendo principalmente a cooperação entre os seus participantes, servirá como suporte para a promoção de relações e ações educativas capazes de ultrapassar barreiras e reduzir esse afastamento entre os alunos com e sem deficiência, proporcionando a participação de todos.

Com base nesse cenário, pode-se concluir que um jogo cooperativo pode se tornar um agente facilitador nos processos de inclusão de alunos com deficiência física na educação física escolar. Contribuindo e permitindo para que haja um compartilhamento de espaços e troca de experiências com os outros colegas.

4. REFERÊNCIAS

AGUIAR, João Serapião de; DUARTE, Édison. **Educação inclusiva**: um estudo na área da educação física. Rev. Bras. Ed. Esp. v. 2223-240, 2005.

BRASIL, Decreto nº 5.296 de 2 de dezembro de 2004. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Decreto/D5296.htm#art70>. Acesso em: 08 de jan. de 2021.

BRASIL. **Decreto nº 6.949**, de 25 de agosto de 2009.

BRASIL, **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm>. Acesso em: 05 de jan. de 2021.

BRASIL. **Lei de Inclusão da Pessoa com Deficiência**. Lei nº13.146, de 6 de Julho de 2015.

BROTTO, Fábio Otuzi.. Jogos cooperativos: o jogo e o esporte como exercício de convivência. Santos, SP: Projeto Cooperação, 2001.

BROUGÈRE, Gilles . Jogo e educação. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

CASTELLANI FILHO, Lino. Educação Física no Brasil: a história que não se conta. 19. Ed. Campinas, SP: Papirus, 2013.

COLETIVO DE AUTORES. Metodologia do Ensino da Educação Física. São Paulo: editora Cortez, 1992. Campinas, SP: Papirus, 1998.

D'AVANZO, B. **La seconda classificazione internazionale di deficit, disabilità e handicap dell'OMS: confronto e integrazione di modelli di disabilità**, *Lettera, Percorsi Bibliografici in Psichiatria*, v. 26-27, abril, 2000.

FARIAS, N.; BUCHALLA, C. M. **A Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde da Organização Mundial da Saúde: conceitos, Usos e Perspectivas**. *Revista Brasileira Epidemiol*, 2005.

FERREIRA, Eliana Lucia; BARRETO, Michelle Aline Práticas. Práticas Corporais Inclusivas. In: FERREIRA, Eliane Lucia (Org.). *Educação Física Inclusiva*, v. 5. Juiz de Fora: NGIME/UFJF, 2013.

FIORINI, Maria Luiza Salzani; MANZINI, Eduardo José. Inclusão de alunos com deficiência na aula de educação física: identificando dificuldades, ações e conteúdos para prover a formação do professor. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 20, n. 3, p. 387-404, 2014.

FRANK, Tiago José. O jogo de Fusen como recurso pedagógico na inclusão de estudantes com deficiência física severa nas aulas de educação física. 2017.

GAUDENZI, Paula; ORTEGA, Francisco. Problematizando o conceito de deficiência a partir das noções de autonomia e normalidade. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 21, p. 3061-3070, 2016.

GORGATTI, M. G; BOHME, M. T. S. **Atividade física e lesão medular**. In: *Atividade física adaptada: qualidade de vida para pessoas com necessidades especiais*. Barueri:2ª Ed. Manole, p. 147-81, 2008.

GORGATTI, Márcia Greguol; JÚNIOR, Dante de Rose. **Percepções dos Professores Quanto à Inclusão de Alunos com Deficiência em Aulas de Educação Física**. *Movimento*, vol. 15, núm. 2, abr-jun, pp. 119-140. Escola de Educação Física. Rio Grande do Sul, Brasil, 2009.

KRUG, Hugo Norberto. **A Inclusão de Pessoas Portadoras de Necessidades Educativas Especiais na Educação Física Escolar**. *Cadernos: Revista do Centro de Educação*, 2002.

HUIZINGA, Johan. Homo ludens: o jogo como elemento da cultura. Tradução de João Paulo Monteiro . 4.ed. São Paulo: Perspectiva, 2000. 162 p. (Coleção estudos. Filosofia). Disponível em: < http://jnsilva.ludicum.org/Huizinga_HomoLudens.pdf >. Acesso em: 10 de jan de 2021.

JUNIOR, Paulo Ghiraldeli. Educação Física Progressista. São Paulo: Edições Loyola, 1991.

KISHIMOTO, Tizuko Morchida. O jogo e a educação infantil. Florianópolis: Ed. Perspectiva,, UFSC/CED, 1999.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. Pesquisa em educação: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

MARINHO, Inezil Penna. História da Educação Física no Brasil: (exposição, bibliografia, legislação). São Paulo: Cia Brasil, 1980. 140 p.

MATTOS, E. Atividade física nos distúrbios neurológicos e musculares. **Atividade física adaptada: qualidade de vida para pessoas com necessidades especiais**, p. 218-247, 2008.

MELO, Ana Cláudia Raposo de; MARTINEZ, Albertina Mitjans; As Principais Tendências Pedagógicas da Educação Física e sua Relação com a Inclusão. Campinas: Revista da Faculdade de Educação Física da UNICAMP, v. 10, n. 2, p. 180-195 maio/ago. 2012.

MENDES, Michel. O jogo Probio e a visão sistêmica em educação ambiental. Dissertação (mestrado) – Programa de Pós Graduação em Educação, Universidade de Caxias do Sul, Rio Grande do Sul, 2017.

OLIVEIRA, Amauri A. Bássoli. Metodologias Emergentes no Ensino da Educação Física. Revista da Educação Física/UEM: 8(1):21-27, 1997.

PARASURAMAN, A. Marketing research. 2. ed. Addison Wesley Publishing Company, 1991

OMS. **Classificação Internacional das Deficiências, Incapacidades e Desvantagens (handicaps)**: um manual de classificação das conseqüências das doenças. Lisboa, 1989.

PALMA, Luciana Erica; MANTA, Sofia Wolker. Alunos com deficiência física: a compreensão dos professores de Educação Física sobre a acessibilidade nos espaços de prática para as aulas. **Educação (UFSM)**, v. 1, n. 2, p. 303-314, 2010.

PEDRINELLI, A.; TEIXEIRA, W. J.. **Atividade física nas amputações e anomalias congênitas**. In: Atividade física adaptada: qualidade de vida para pessoas com necessidades especiais. Barueri:2ª Ed. Manole, 2008.

RAIMUNDO, Martins Celina Luísa. **Educação Física Inclusiva**: Atitudes dos Docentes. Movimento, vol. 20, núm. 2, pp. 637-657, abril-junho, 2014.

RECHINELI, A.; PORTO, E. T. R.; MOREIRA, W. W. Corpos Deficientes, Eficientes e Diferentes: uma visão a partir da Educação Física. Revista Brasileira de Educação Especial. Marília, v.14, n.2, p. 293- 310, 2008.

SAMPAIO, Rosana Ferreira; LUZ, Madel Terezinha. Funcionalidade e incapacidade humana: explorando o escopo da classificação internacional da Organização Mundial da Saúde. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 25, p. 475-483, 2009.

SILVA, Carlos Eduardo de Oliveira. Incidência das leis inclusivas e protetoras da pessoa com deficiência física no sistema prisional. 2018.

SOARES, Carmen. Educação Física: raízes europeias e Brasil. 3ªed. Campinas, SP: Autores Associados, 2004.

VANZELLA, Lila Cristina Guimarães. O jogo da vida: Usos e significações. 2009. 218 f. Tese (Doutorado) - Curso de Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

AUTORES:

GABRIELLEN ANDRADE DA SILVA: Acadêmico de Curso de Educação Física da Universidade do Estado do Pará. gabriellenandrade9@gmail.com

NEYLANE GABRIELY DE MORAIS ALVES: Acadêmico de Curso de Educação Física da Universidade do Estado do Pará. neylanegb@gmail.com

Capítulo 8

LUTAS NA EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR

DOI: 10.29327/545908.1-8

João Anderson Freitas De Sousa
Marcelo Henrique Mires Da Rocha
Thiago Sousa Da Silva

LUTAS NA EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR: Desafios e possibilidades nas escolas públicas de Tucuruí.

João Anderson Freitas De Sousa

Marcelo Henrique Mires Da Rocha

Thiago Sousa Da Silva

RESUMO

Este estudo visa contribuir para a discussão do conteúdo de lutas na educação física escolar. Metodologicamente trata-se de um pesquisa bibliográfica feita por meio da Base Nacional Comum Curricular e no Google Acadêmico através dos seguintes descritores: conteúdo de lutas na educação física, lutas na escola e artes marciais na escola, foram pesquisados artigos entre os anos de 2011 a 2021. Tem como objetivo de desmitificar o trato deste conhecimentos e criar novas possibilidade de ensino. Publicações como essa contribuí para novas discussões na área com o intuito de trazer melhorias quando nos referimos a uma maior aplicabilidade desde conteúdo no ambiente escola.

Palavras chaves: Lutas. Escola. Possibilita. Ensino

1. INTRODUÇÃO

As lutas fazem parte da cultura corporal humana e são uns dos conteúdos estruturantes da educação física. A relação das lutas com sociedade se faz presente desde o início de seu desenvolvimento e acompanha as mudanças sociais em que esta inserida, ao longo da história em determinados contextos teve papais importantes nessas modificações.

De maneira mais especifica as lutas iniciam seu processo de desenvolvimento no período da pré-história. Paiva (2015) relata que seu surgimento se deu até mesmo antes da escrita e a fala e eram utilizadas como uma forma de disputa por território ou ate mesmo como maneira de garantir a sobrevivência

Já na antiguidade, Santos e Brandão (2019) relatam que sofreram os primeiros processos de sistematização, assumindo o caráter educativo e filosófico adotado pelos guerreiros, como um modo de vida transformado, posteriormente, em sistema de

treinamentos para a guerra. Essas series de acontecimentos deram origem as artes marciais, que durante períodos de guerras foram de grande importância para a aceção e decadências de civilizações.

Séculos mais tarde as lutas não tinham mais a mesma importância de antes, em relação aos combates Santos e Brandão(2019) afirmam que com a implementação das armas de fogo nos combates as lutas perdem espaço no cenário de guerra, no entanto com o surgimento do esporte, elas ganham novas definições deixando um pouco de lado as suas vertentes educacional e filosófica. Esse processo de esportivização representa a separação do ensino das lutas de forma tradicional para ensino esportivo.

Na contemporaneidade com a consolidação do sistema capitalista de fato, as lutas passaram novamente por uma reformulação, onde dessa vez são comercializadas, em sua grande maioria através de eventos midiáticos que promovem não só as lutas mas de maneira geral: Patrocinadores, apostadores e empresas, o que claramente é consequência da apropriação do capital sobre as manifestações humanas.

Os eventos de Artes Marciais Mistas são a melhor forma de exemplificar tais mudanças, a pesar de contribuem bastantes para a popularização das lutas, reforçam um senso comum de que as lutas se resume somente a violência e agressividade, dessa maneira não sento bem vista no meio escolar.

Durante nossa trajetória de vida tivemos a oportunidade de praticar algumas artes marciais entre elas: O Jiu-jitsu, a Capoeira e o Karatê. essas experiências com as lutas foram responsáveis por nos proporcionar vivências as quais hoje nos levaram a investigar e pesquisar essa temática na perspectiva de poder responder certas lacunas que se fazem presentes no processo de ensino das lutas na escola.

Essas experiências corporais foram importantes para nosso desenvolvimento físico e pessoal, no entanto mesmo sendo um dos conteúdos da educação física essas experiências ocorreram todas fora do ambiente escolar na medida que durante nosso ensino fundamental e médio não obtivemos contato com o conteúdo de lutas na escola.

Quando adentramos no curso de Educação Física, a partir do terceiro semestre tivemos contato com a disciplina de fundamentos e métodos das lutas a qual nos fez compreender certos fatores que levam a esse conteúdo ser pouco trabalhado nas escolas, mesmo sendo tão rico.

Por mais que seja pouco trabalhado, é comprovado que as lutas oferecem grandes benefícios para os alunos no aspecto social pois trabalha as questões como: Respeito,

disciplina, perseverança e auto controle. Esses motivos acabam justificando sua relevância no meio escolar, na medida em que vão ser trabalhados com indivíduos em processo de formação e que necessitam ter experiência como as que as lutas oferecem para se desenvolverem.

A luta é um conteúdo obrigatório e esta presente desde os nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) e mais recente na Base Comum Curricular (BNCC) que são documentos que regem a educação, por tanto é de obrigação dos professores e professoras terem conhecimento e saberem aplicar o conteúdo de lutas nas suas aulas. Nessa perspectiva o docente não precisam necessariamente ter praticado algum tipo de artes marciais para ser credenciados a da aulas do conteúdos na escola, os próprios PCNs e a BNCC apresenta o que deve ser abordado em cada serie do ensino fundamental e médio.

A pesquisa sobre o conteúdo de lutas na educação física escola apresenta grande relevância acadêmica, na medida que é um assunto com poucas produções de grande relevância, mediante a sua importância, tal pesquisa ajuda a suprir a falta de informação do conteúdo podendo dessa forma auxilia em pesquisas futuras na área principalmente no município de Tucuruí-PA, onde será desenvolvida.

Por mais que obrigatório na BNCC, o conteúdo de lutas a um bom tempo vem enfrentando certas barreiras que acabam por influenciar a ausência da sua pratica no ambiente escolar. Essas dificuldades diz respeito a uma serie de fatores que associados causam essa carência. As lutas como disciplina do nível superior são ofertadas desde 1939, a principio parece não fazer sentido o por que de sua falta na escola, já que os professores tem acesso a elas no processo de formação.

No entanto quando o conteúdo entrou na grade curricular das universidades, se configurou como sento uma disciplina muito técnica como bem reforça Andrade Neto (2012) ao afirma que nas aulas de lutas era avaliados aspectos como: A realização dos golpes, capacidade de ser arbitro e de realizar as aulas. Esse modelo de avaliação acaba por privilegiar os acadêmicos que já tinham um conhecimento previ-o de lutas e distancia aqueles que não tinham.

Nesse sentido no final de sua formação a maioria dos professores se encontram inseguros na hora de ministra as aulas do conteúdo no ambiente escolar, tendo em vista que segundo Nascimento e Almeida (2007) associa-se a figura do professor que vai ministrar uma aula de lutas, que ele já tenha um conhecimento de um tipo de luta

específica para poder da aula nas escolas. Essa visão do ensino desse conteúdo acaba fazendo com que a maioria dos professores e até mesmo as instituições de ensino abram mão de ministra aulas sobre lutas por não se sentirem preparados.

Outro fator que dificulta esse processo de ensino, é a falta de produção na área da educação física escolar no que se refere ao conteúdo de lutas, em uma breve pesquisa, pode-se notar a gigantesca lacuna existente em relação as lutas no ensino básico, e mesmo quando o professor procura uma base para poder aplicar lutas, o eles não encontra algo com fartura, o que acaba desestimulando o professor, causando um esquecimento desse manifestação da cultura corporal, através da falta de publicações que procuram esclarecer afundo sobre estudos feitos de uma forma que o professor possa ser basear para ensinar, e poder utilizar tais estudos como o guia do caminhar de sua teoria e pratica no momento de sua aplicação da aula de lutas.

Esta revisão tem como proposito levantar as possibilidades de tratar o conteúdo lutas na escola de acordo a revisão de literatura. Assim tem-se como questões que norteiam, como a BNCC orienta a ser trabalhado o ensino de luta? Quais os tipos de metodologias de ensino de lutas na educação física escolar?

2. DESENVOLVIMENTO

ENSINO DA EDUCAÇÃO FÍSICA NA EDUCAÇÃO BÁSICA

A educação física no inicio do seu processo de inserção no ambiente escolar foi considerado uma disciplina recreativa e extra-curricular. Nesse sentido o processo de ensino era pautado em momentos em que a sociedade se encontrava, no período da ditadura militar Gonçalves (2016) afirma que a educação física era voltada ao patriotismo e a pratica de exercícios físicos, e os oficiais do exercito eram quem ministravam as aulas, fazendo assim a escola um local de continuação das praticas do quartel.

Outros momentos também se assemelham a esse descrito, características em comem em todos eles é o fato da transmissão do conhecimento ser de maneira acrítica, com os alunos simplesmente executando movimentos já pré estabelecidos não havendo o processo de reflexão por parte dos alunos e muito menos do professor no sentido de instigar o por que ou qual a finalidade social de tais praticas. A educação física tradicional como ficou conhecida, por muitos anos foi responsável por acentuar certos preconceitos e aumentar a descriminação em aspectos como género ou condicionamento físico na escola.

Nesse viés o ensino da educação física nos moldes tradicionais acabou por atender mais as expectativas de mercado no que diz respeito a formação de mão de obra forte, saudável e empreendedora capaz de realizar funções sem questionar, do que propriamente cidadãos críticos que seria uma das funções da escola enquanto instituição.

Essa metodologia de ensino teria que entrar em crise em algum momento, e foi o que ocorreu na década de 1980. Há momentos em que se acirra o conflito, o que vem a provocar uma crise. E é exatamente dessas crises que emergem as pedagogias (Coletivo de autores, 1992, p.26). Esse momento ficou conhecido como movimento renovador da educação física, Gonçalves (2016) relata que na tentativa de restringir a área de atuação da educação física na escolar e voltar a tona as discussões sobre sua real função no ambiente escolar, nascem novas pedagogias com objetivo de quebrar com a perspectiva tradicional.

A partir da década de 1980 o processo de ensino da educação física ficou mais amplo e mais crítico com o surgimento de novas abordagens e a influência das ciências humanas Gonçalves (2016) relata que as aulas tiveram uma possibilidade maior de desenvolvimento do lado crítico dos alunos, na medida que acrescentaram referências teóricas históricas e sociais na educação física. Essas contribuições ajudaram no processo metodológico possibilitando novas abordagens no trato do conhecimento.

O processo de ensino da educação física pós 1980, possibilitou uma gama de novas abordagens metodológicas aos professores e professoras, que poderia ser trabalhadas juntas ou separadas durante as aulas Gonçalves (2016) afirma que a partir de então as aulas de educação física não ocorriam com somente uma abordagem predominante, mas sempre mesclando características de uma ou outra, ou até mais de uma ao mesmo tempo.

CONTEÚDO DE LUTA NA BNCC

As lutas são disputas corporais, nas quais os participantes empregam técnicas, táticas e estratégias específicas para imobilizar, desequilibrar, atingir ou excluir o oponente de um determinado espaço, combinando ações de ataque e defesa dirigidas ao corpo do adversário. (BRASIL, 2018, p.218)

As aulas de educação física devem obter um momento de lutas pelo fato de que está presente na BNCC em antigos PCN's (Parâmetros Curriculares Nacionais). Portanto, mostrando sua importância na vida de um aluno. As lutas devem ser inseridas nas aulas

de forma lúdica, prazerosa, respeitando sempre a individualidade de cada aluno prezando sempre pelo ensino além do gesto técnico, visando o ensino de valores, respeito e ética. (ENSAIANDO O FUTURO,2020).

A inclusão das lutas no currículo real da Educação Física estabelece dependências com a formação dos professores em relação a esse conteúdo (MATOS et al., 2015). Nesse ponto, o professor deverá receber ensinamentos sobre um mundo amplo de lutas para poder se adequar a faixa etária.

No documento da BNCC se encontra a presença de lutas a partir do 3º até o 5º ano como algo a ser aplicado de forma superficial e de uma iniciação experimentava, sendo apresentado algo regional ligado com culturas africanas e indígenas. Santos (2015) cita que africanos e indígenas, pilares da formação do povo brasileiro são deixados de lado, entretanto colocar em pauta temáticas relacionadas ao mesmo é de extrema importância em um espaço educativo.

Adentrando a faixa do 6º e 7º anos a BNCC coloca como pilar principal as lutas nacionais, onde busca realçar a cultura nacional. Experimentar, fruir e recriar diferentes lutas do Brasil, valorizando a própria segurança e integridade física, bem como as dos demais. (BRASIL, 2018, p.235). O documento relata atos de várias lutas nacionais que devem ser encontrados e adicionados no aprendizado dos alunos e ressalta o respeito que as lutas vem a adicionar na vida de um aluno, causando um aprendizado novo e revelando lutas a um patamar de respeito entre os alunos. O aprimoramento das relações sociais, uma vez que para a sua prática há a necessidade da relação com o outro, além do desenvolvimento do apreço às regras e a valores como cooperação, solidariedade e disciplina, uma vez que o ensino das lutas não se restringem as ações técnicas de ataque e defesa. (RODRIGUES;ANTUNES,2019, p.886).

O documento propõe lutas mundiais como proposta de ensino para o 8º E 9º fazendo com que o aluno adquira novos conhecimentos sobre o conceito de luta, levando consigo o respeito e movimentos não vistos anteriormente, a proposta é levada como uma experimentação do aluno usufruindo das técnicas e táticas, além de reconhecer as raízes históricas e culturais de cada luta, respeitando-as de forma valorosa. (BRASIL, 2018) Tendo isso como o norte da BNCC para os anos finais do ensino fundamental, sobre tal assunto Lopes e Pontes (2019) relatam que a região ocidental retirou a áurea das lutas orientais, misturando-as com atos violentos, por conta desta questão dificultando a aceitação do público, e distorcendo a originalidade de boa parte das lutas. “O mais

importante não é a vitória nem a derrota, mas o aperfeiçoamento do próprio caráter.” (FUNAKOSHI, 2008, p. 110).

O movimento humano é historicamente construído, sistematizado e passado para as gerações futuras, resultando, dessa forma, em um patrimônio histórico-cultural de práticas ou manifestações culturais denominadas de Cultura Corporal (COLETIVO DE AUTORES, 1992). A absorção de culturas distintas é de extrema relevância, principalmente quando é feita através de lutas, no qual abrange a cultura de movimento corporal e o histórico popular de outra região distinta da tradicionalidade vivida pelo aluno. Na visão de Santos e Sousa (2020) a Base Nacional Comum Curricular aparece como referência para o seguimento curricular de estados e municípios, formando uma organização na formação de futuros profissionais e constrói uma estrutura para que haja a evolução educacional. Por outro lado, Neira (2018) critica a forma “democrática” que é retratado o ensino básico pelo documento da BNCC, onde é indicado algo único para um país de extremidades continentais e de muita diferença de culturas, crenças e infraestrutura escolar, além da extrema diferença social existente, deste modo regiões onde certas metodologias ditas no documento podem se tornar extremamente limitadas para as aulas do ensino fundamental, tendo como justificativa a “igualdade educacional”.

O ensino médio na visão da BNCC é bastante escasso e por conta disso não coloca objetivos em específico a serem programados e realizados para o seu público, deixando os professores sem um norte esclarecedor. Em consequência, os jovens terão o direito de acesso negado a diversas significações sociais produzidas pela humanidade no âmbito das atividades da cultura corporal. (BELTRÃO; TEIXEIRA; TAFFAREL, 2020, p. 661). Com base em autores como FURTADO e col. (2019) Assim como o espaço escolar deve promover conhecimentos culturais, isso pode ser feito também com lutas, fazendo evoluir ou até mesmo renascer a grande manifestação da cultura corporal de movimento, sendo algo autônomo, reflexivo e crítico.

ABORDAGENS PEDAGÓGICAS DA EDUCAÇÃO FÍSICA

O movimento renovador na educação física possibilitou novas formas de ensino com o surgimento de abordagens pedagógicas com características diversificadas e áreas de atuação diferentes também, em comum todas tentando se desvincular dos moldes tradicionais de ensino da educação física escolar. Neste trabalho vamos nos deter a

abordagem Crítico Superadora, umas das mais utilizadas a parti da década de 90 pós movimento renovador.

A abordagem crítico superadora é baseada na cultura corporal, que trabalha com os conteúdos clássicos da educação física: O jogo, a dança, a ginástica, o esportes e lutas. Dessa forma tem por objetivo, desenvolver uma reflexão pedagógica sobre o acervo de formas de representação do mundo que o homem tem produzido no decorrer da história, exteriorizadas pela expressão corporal. Coletivo de autores (1992, p.38).

Nesse sentido, a abordagem crítico-superadora indica que se considere a relevância social dos conteúdos, sua contemporaneidade e sua adequação às características sociocognoscitivas dos alunos. Gonçalves (2016).

A parti disso a organização curricular, ressalta que é adequado realizá-la de maneira que o aluno confronte os conhecimentos do senso comum com o conhecimento científico, pois só assim ampliará seu acervo de saberes científicos. Gonçalves (2016).

Desenvolver os conteúdos de forma contextualizada, não sendo mais o conhecimento apropriado como um produto fragmentado, neutro, mas como uma expressão complexa da vida material e intelectual (GASPARIN, 2011). Uma das características da abordagem é não trazer o conteúdo todo sistematizado, uma vez que o aluno também deve fazer parte do processo de de construção do conhecimento juntamente com o professor no decorrer da aula, nesse sentido a aula se contrafuga muito mais com uma troca de experiências entre as partes aluno e professor, onde o professor exerce mais uma figura de mediador do conhecimento do propriamente detentor dele de forma absoluta.

3. CONCLUSÃO

Publicações como essa contribuí para novas discussões na área com o intuito de trazer melhorias quando nos referimos a uma maior aplicabilidade desde conteúdo no ambiente escola, tento em vista que sua aplicação não deixaria de ser algo inovador nas aulas de educação um vez que, mesmo sendo um conteúdo obrigatório ainda é pouco trabalhado nas escolas. Nesse sentido esperamos que se tenha mais produções sobre o conteúdo e que a presença das lutas nas escolas se faça mais presente do que se faz hoje.

4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BELTRÃO, José Arlen; TEIXEIRA, David Romão; TAFFAREL, Celi Nelza Zulke . **A educação física no novo ensino médio: implicações e tendências promovidas pela reforma e pela BNCC**. Revista Práxis Educacional, Vitória da Conquista –Bahia – Brasil, v. 16, n. 43, p. 656-680, Edição Especial, 2020

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.

COLETIVO DE AUTORES. **Metodologia do ensino de Educação Física**. São Paulo: Cortez, 1992.

FERNANDO AMARAL. **Ensaioando o futuro**,2020. o-ensino-de-lutas-na-escola. Disponível em:<[https://www.ensaiandoofuturo.com.br/o-ensino-de-lutas-na-escola/#:~:text=Segundo%20a%20BNCC%20\(Base%20Nacional,dirigidas%20ao%20corpo%20do%20advers%C3%A1rio.](https://www.ensaiandoofuturo.com.br/o-ensino-de-lutas-na-escola/#:~:text=Segundo%20a%20BNCC%20(Base%20Nacional,dirigidas%20ao%20corpo%20do%20advers%C3%A1rio.)> Acesso em: 22 de abril de 2021.

FUNAKOSHI, Gichin. **Karatê-Dô: o meu modo de vida**. São Paulo: Editora Cultrix, 2008.

FURTADO, R; PINHEIRO, E; VAZ, A. **lutas no ensino médio: conhecimento e ensino**. Revista CBCE, Porto Alegre-RS, v. 10, n. 1, p. 57-69,março de 2019.

GASPARIN, J. L. **Uma didática para a pedagogia histórico-crítica**. 2ed. Campinas: ed. Autores Associados, 2011.

GONÇALVES, Leonardo Conceição et al. **A organização do trabalho pedagógico e o trato com o conhecimento das lutas na educação física escolar no município de Goiânia**. 2016

LOPES, Rafael Rodrigues; PONTES, João Airton de Matos. **A prática das lutas por escolares de uma instituição pública em Fortaleza**. Revista Educação em Debate, Fortaleza (CE), ano 41, n.78, p. 33-48, jan./abr. 2019.

MATOS, José; HIRAMA, Leopoldo ; GALATTI, Larissa; MONTAGNER, Paulo. **A presença/ausência do conteúdo lutas na educação física escolar. Conexões: revista da Faculdade de Educação Física da UNICAMP**, Campinas, v. 13, n. 2, p. 117-135, abr./jun. 2015.

MATOS, J.; HIRAMA, L.; GALATTI, L. R.; MONTAGNER, P. C. A **presença/ausência do conteúdo lutas na educação física escolar: identificando desafios e propondo sugestões**. Conexões, Campinas, v. 13, n. 2, p. 120, 2015

NASCIMENTO, P. R. B.; ALMEIDA, L. **A tematização das lutas na Educação Física Escolar: restrições e possibilidades.** Movimento, Porto Alegre, v. 13, n. 3, p. 91-110, set./dez. 2007.

NEIRA, Marcos Garcia. **Incoerências e inconsistências da BNCC de Educação Física.** Revista Brasileira de Ciências do Esporte(CBCE), Porto Alegre-RS, v. 40 n. 3, p. 215-223, Julho-Setembro, 2018.

RODRIGUES, Alba.; ANTUNES, Marcelo.. **Ensinando lutas na escola: percepções e expectativas de dirigentes do ensino fundamental.** Revista Valore, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p.886-899,2019.

SANTOS, M.A.R. **Contribuições de matriz africana para a escola: a capoeira em perspectiva.** In:SANTOS, M.A.R. Et. AL. **Lutas e seu ensino na Educação Básica: fundamentos teórico-pedagógicos da capoeira. Coleção Fundamentos Metodológicos da Educação Básica.** Volume I. Belém: Editora Açai, 2015.

SANTOS, Marcio Antonio Raiol; BRANDÃO, Pedro Paulo Souza. **Produção do conhecimento em lutas no currículo da Educação Física Escolar.** Movimento (ESEFID/UFRGS), v. 25, p. 25024, 2019.

PAIVA, Leandro. **Olhar clínico nas Lutas, artes marciais e modalidades de combate.** Manaus: OMP, 2015

AUTORES:

JOÃO ANDERSON FREITAS DE SOUSA: Acadêmico de Licenciatura Plena em Educação Física – UEPa. Joaoanderson6331@gmail.com

MARCELO HENRIQUE MIRES DA ROCHA: Acadêmico de Licenciatura Plena em Educação Física – UEPa. Marcelohm.rocha@hotmail.com

THIAGO SOUSA DA SILVA: Thiago,ssilva@aluno.uepa.br



Capítulo 9

EFEITOS DE TREINAMENTO RESISTIDO E AERÓBIO EM INDIVÍDUOS HIPERTENSOS

DOI: 10.29327/545908.1-9

Janderson Carvalho Mota
Richard Dias Quaresma
Rodrigo Lima Vilhena

EFEITOS DE TREINAMENTO RESISTIDO E AERÓBIO EM INDIVÍDUOS HIPERTENSOS: Revisão bibliográfica.

Janderson Carvalho Mota

Richard Dias Quaresma

Rodrigo Lima Vilhena

RESUMO

Resumo: A hipertensão arterial sistêmica (HAS) é um grave problema de saúde pública, responsável por 17 milhões de óbitos por ano no mundo. A prática de exercício físico como o TR e o TA aparece como uma ferramenta para a prevenção e tratamento da HAS. O objetivo deste estudo é analisar através de uma revisão bibliográfica os efeitos do TR e TA em pessoas com HAS. Para a metodologia foram coletadas informações sobre o TR e TA nas bases de dado Scholar Google, SciElo, Biblioteca Digital de Teses e Dissertações BDTD e LILACS. Utilizamos como descritores em língua portuguesa e inglesa: “Hipertensão”; “Treinamento Resistido”; “Treinamento Aeróbico”; “Musculação” e “Atividade Física”. Resultando inicialmente em 475 artigos, onde 47 foram incluídos inicialmente e após filtragem apenas 20 foram utilizados como base para análise. Concluímos que tanto o TR, quanto e o TA são excelentes métodos para serem utilizados como instrumentos de prevenção e tratamento para pessoas com o quadro de HAS. Além disso, os estudos com esses métodos demonstraram outros benefícios aumento capacidade funcional e redução do risco de eventos cardiovasculares, proporcionando maior qualidade de vida para esta população.

Palavras-chaves: Treinamento Resistido; Treinamento Aeróbico; Hipertensão.

1. INTRODUÇÃO

As doenças cardiovasculares são um grave problema de saúde pública que atinge o mundo e é responsável por 17 milhões de óbitos por ano, sendo que a cada 10 pessoas com mais de 25 anos, 4 possuem Hipertensão Arterial Sistêmica (HAS) (GUIMARÃES et al., 2018).

A HAS é uma doença de origem multifatorial caracterizada pelo aumento da carga pressórica na parede das artérias, ou seja, Pressão Arterial Sistólica (PAS) maior ou igual a 140 mmHg e/ou Pressão Arterial Diastólica (PAD) maior ou igual a

90 mmHg e está relacionado a diversos fatores de risco, como hereditariedade, sedentarismo, tabagismo, etilismo, ingestão elevada de sal e obesidade (BARROSO et al., 2020).

De acordo com Zhou e colaboradores (2017), o número mundial de adultos com HAS passou de 594 milhões em 1975 para 1,13 bilhões em 2015, evidenciando o aumento principalmente em países de renda média e baixa. Sendo esta patologia classificada como

uma das mais comuns entre os idosos, afetando cerca de 64,5% dos cidadãos a partir de 65 anos de idade no Brasil (BRASIL, 2017).

A HAS está relacionada com o surgimento de outras complicações como lesões nas artérias e na retina, aneurismas, Acidente Vascular Cerebral (AVC), insuficiência renal e cardíaca entre outros (MALACHIAS; SOUZA; PLAVNIK et al., 2016).

Nesse contexto é necessário que essa doença seja controlada por meio de tratamento. Dentre as formas de controle de hipertensão arterial, a mudanças no estilo de vida e adesão ao tratamento não farmacológico se destacam como importantes medidas de controle dessa patologia.

Dentre os métodos não farmacológicos, a reeducação alimentar, e o exercício físico tem se mostrado bem efetivos, pois, além de reduzir o peso corporal, melhora o condicionamento e reduz os níveis pressóricos (BARROSO, et al., 2020).

Em relação aos métodos de exercício físico, o treinamento resistido (TR) tem sido recomendado pela Sociedade Brasileira de Cardiologia como parte do tratamento para HAS, uma vez que este tipo de modalidade ajuda desenvolver e fortalecer a funcionalidade do idoso nas atividades do seu dia a dia. (MALACHIAS; SOUZA; PLAVNIK et al., 2016).

O TR é caracterizado por contrações voluntárias da musculatura esquelética contra uma determinada resistência, esta pode ser com algum peso externo, como equipamentos, ou até mesmo o peso do seu próprio corpo (FLECK STEVEN J, 2017). Outro método de exercício bastante utilizado é o Treinamento Aeróbio (TA), que segundo Kisner (2016), este método pode diminuir os níveis pressóricos em até 75% nos indivíduos hipertensos, se tornando um recurso terapêutico seguro na prevenção, tratamento e no controle da doença.

Contudo, os efeitos hipotensivos dos diferentes métodos de treinamento variam de acordo com, idade, gênero, duração dos exercícios, intensidade e estágio da HAS. Nesse sentido, o objetivo deste estudo é analisar através da revisão bibliográfica no período de 2016 a 2021 os efeitos do treinamento resistido e aeróbio em indivíduos com HAS.

2. MATERIAIS E MÉTODO

O estudo apresenta uma pesquisa bibliográfica de cunho qualitativo, que de acordo com Gehardt e Silveira (2009), tem como principal característica o levantamento de referências teóricas já publicadas, podendo ser teses e dissertações em base de dados.

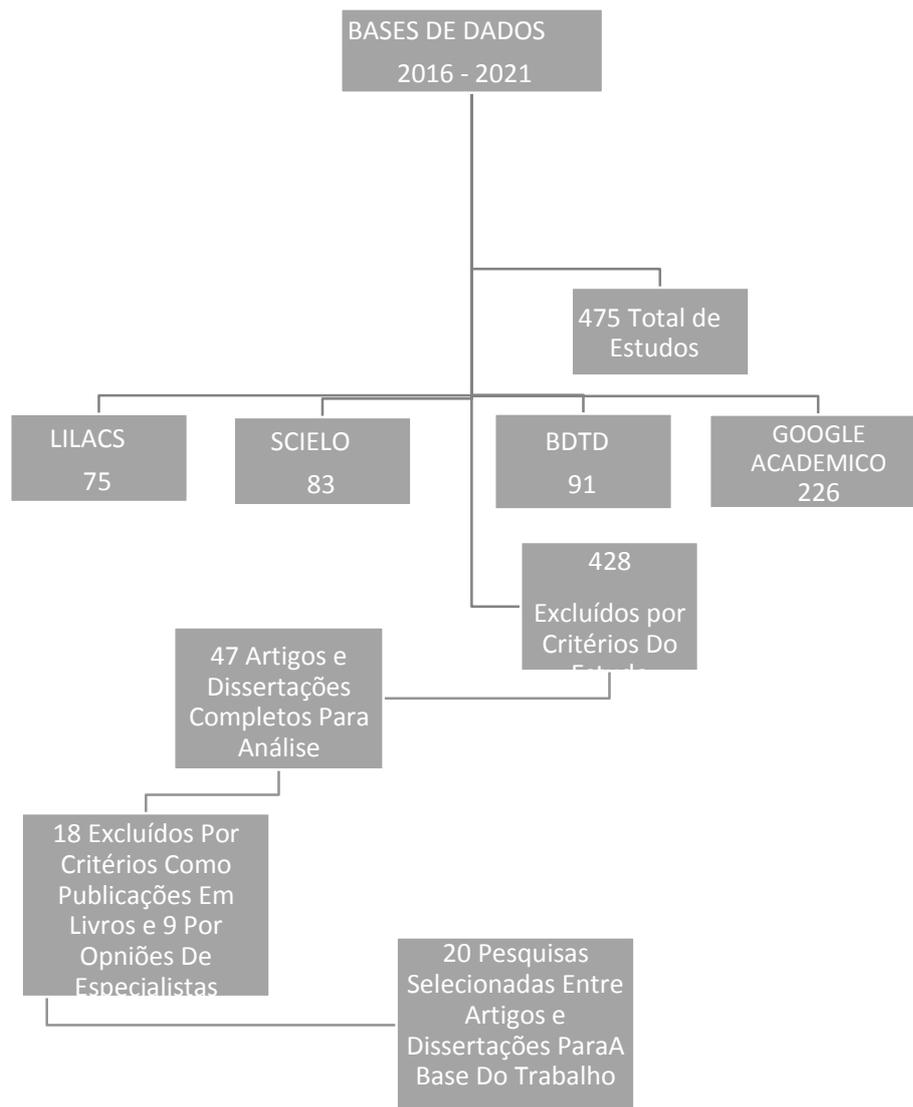
3. UNIVERSO E AMOSTRA

No período de julho de 2020 a fevereiro de 2021, foram buscadas informações sobre o TR e TA nas bases de dado Scholar Google, SciElo, Biblioteca Digital de Teses e Dissertações BDTD e LILACS. Foram pesquisados os descritores em português e inglês: “Hipertensão”, “Treinamento Resistido”, “Treinamento Aeróbico”, “Musculação” e “Atividade Física”.

A procura foi limitada a população hipertensa de ambos os sexos. Todos os artigos foram lidos de forma mais delicada e selecionados aqueles que atendessem aos critérios de inclusão como os descritores relacionados e publicados nos últimos 5 anos e como exclusão os trabalhos duplicados, publicações anteriores a 2016, publicação de livros e opiniões de especialistas. A busca realizada resultou em um total de 475 artigos relacionados ao descritor pesquisado, identificou-se apenas 20 artigos, sendo estes usado para integrar a base do trabalho.

O fluxograma abaixo mostra como foi organizado a metodologia do estudo, Figura 1.

Figura 1: Fluxograma dos estudos que foram analisados na revisão.



4. ANÁLISE DOS DADOS

A produção das investigações de conteúdo foi acompanhando as fases de pré análise, descrição analítica e interpretação (Triviños, 2009). As ordens selecionadas de início foi o tema da pesquisa, autor, ano, amostra, objetivo e principais resultados/conclusão. Delimitando também uma organização relacionado ao ano de publicação do estudo como critério.

5. RESULTADOS

Inicialmente a busca resultou em 475 artigos, onde 47 foram incluídos e apenas 20 ficaram para análise e base do artigo. Estes inclusos nesta revisão foram encontrados em periódicos nos anos de 2016 a 2021. Suas características poderão ser observadas no quadro 1.

Quadro 1- Resumo dos estudos incluídos no trabalho.

TEMA	Autor/ Ano	OBJETIVO	CONCLUSÃO
INFLUÊNCIA DA ORDEM DE EXECUÇÃO DOS EXERCÍCIOS AERÓBIO E DE FORÇA SOBRE A PRESSÃO ARTERIAL E A FREQUÊNCIA CARDÍACA DE REPOUSO EM IDOSOS HIPERTENSOS.	Santana et al., 2019.	Analisar a influência da ordem de execução dos exercícios aeróbio e de força nas respostas de pressão arterial (PA) e frequência cardíaca (FC) de repouso em idosos hipertensos medicados.	Cinco semanas de treinamento combinado foram capazes de reduzir a PAS, a PAD e a PAM de repouso em idosos hipertensos treinados, independentemente da ordem de execução dos exercícios aeróbio e de força.
EXERCÍCIOS RESISTIDOS EM IDOSOS HIPERTENSOS.	Mendes et al., 2017.	O objetivo deste estudo foi verificar os efeitos proporcionados pelos exercícios resistidos em idosos hipertensos.	O exercício resistido exerce uma influência positiva no controle da pressão arterial sistêmica, porém, torna-se necessário intensidade, frequência e duração, para se obter o efeito hipotensivo pós-exercício em idosos hipertensos controlados.
INFLUÊNCIA DO TREINAMENTO AERÓBICO NA HIPERTENSÃO ARTERIAL.	Primaz e Marieli, 2019.	Foi verificar a influência do exercício físico aeróbio no controle da hipertensão arterial.	Conclui-se que sessões de exercícios aeróbicos de médio impacto, acompanhados pelo profissional de Fisioterapia, impactam positivamente na redução da hipertensão arterial e frequência cardíaca como também na melhoria da saúde geral do paciente.
RESPOSTA DA PRESSÃO ARTERIAL FRENTE A DIFERENTES PROTOCOLOS DE TREINAMENTO AERÓBIO EM HIPERTENSOS.	Teodoro et al., 2019.	O objetivo do estudo será investigar os mecanismos cardiovasculares e sistêmicos relacionados à responsividade da PA frente ao aumento do volume, intensidade e duração do TA em hipertensos.	A investigação dos fatores relacionados à heterogeneidade de resposta da pressão arterial ao treinamento aeróbio pode contribuir para a adoção de estratégias de treinamento mais eficientes, garantindo benefícios a um maior número de indivíduos.

<p>TREINAMENTO AERÓBICO E RESISTIDO: UMA COMPARAÇÃO DA HIPOTENSÃO PÓS-EXERCÍCIO EM MULHERES HIPERTENSAS DE IDADE AVANÇADA.</p>	<p>Bendelack et al., 2019.</p>	<p>O objetivo deste estudo foi investigar os efeitos do treinamento aeróbico e resistido na hipotensão gerada pós-exercício de mulheres hipertensas em idade avançada. A amostra foi composta de 16 mulheres hipertensas na menopausa e/ou pós-menopausa.</p>	<p>Conclui-se, para estes grupos, que as sessões de treinamento aeróbico e resistido não resultam em HPE semelhantes, e que ainda não há evidências concretas em relação a contribuição efetiva de fatores que influenciam a PA no treinamento resistido.</p>
<p>COMPORTAMENTO DA PRESSÃO ARTERIAL DE IDOSO HIPERTENSO ANTES E APÓS SESSÃO DE TREINAMENTO RESISTIDO: UM ESTUDO DE CASO</p>	<p>Véras et al., 2020.</p>	<p>O objetivo buscou-se identificar e analisar o efeito agudo do treinamento resistido sobre a pressão arterial de um idoso. O estudo consistiu em uma pesquisa de intervenção, com abordagem quantitativa de cunho descritivo.</p>	<p>O exercício resistido tem efeito agudo hipotensor em idoso hipertenso, com maiores efeitos na Pressão Arterial Sistólica, sendo importante a prática frequente de exercícios físicos para sustentar os valores de PA recomendados</p>
<p>EFEITOS DO TREINAMENTO RESISTIDO E DO TREINAMENTO COMBINADO SOBRE OS NÍVEIS PRESSÓRICOS DE PORTADORES DE HIPERTENSÃO ARTERIAL SISTÊMICA.</p>	<p>Araújo et al., 2020.</p>	<p>O objetivo deste trabalho foi comparar as respostas pressóricas crônicas obtidas em portadores de HAS após algumas semanas de TR ou em TC.</p>	<p>Portanto, até o presente momento, os estudos apontam que tanto o TR como o TC parecem promover os mesmos níveis de redução de pressão arterial sistêmica em portadores de HAS.</p>
<p>EFEITOS DO TREINAMENTO RESISTIDO NA PRESSÃO ARTERIAL DE IDOSOS: REVISÃO SISTEMÁTICA</p>	<p>Rodrigues et al., 2018.</p>	<p>O objetivo deste estudo visa buscar na literatura científica os principais estudos sobre treinamento resistido e os efeitos na pressão arterial de idosos.</p>	<p>Conclui-se que o TR diminui a pressão arterial, necessitando de mais estudos acerca do tema, para determinar intensidade e volume específicos para esse grupo.</p>
<p>EFEITO DO TREINAMENTO FÍSICO AERÓBIO NA MODULAÇÃO AUTÔNOMICA DA FREQUÊNCIA CARDÍACA DE PACIENTES COM HIPERTENSÃO ARTERIAL SISTÊMICA.</p>	<p>Camargo et al., 2017.</p>	<p>Este estudo teve por objetivo verificar o efeito do treinamento físico aeróbio supervisionado com intensidade determinada pela velocidade crítica (VC) por meio do protocolo de duplos esforços não exaustivos (DENE) sobre a aptidão cardiorrespiratória e modulação autonômica cardíaca em pacientes com hipertensão arterial</p>	<p>Concluiu-se que o treinamento físico aeróbio supervisionado melhorou a modulação autonômica da FC e a aptidão cardiorrespiratória em pacientes com HA em seguimento ambulatorial especializado.</p>

		(HA) em acompanhamento ambulatorial.	
EFEITO AGUDO DO TREINAMENTO RESISTIDO COM OCLUSÃO VASCULAR EM IDOSOS HIPERTENSOS CONTROLADOS.	Barros et al., 2019.	O objetivo do presente estudo foi analisar e comparar os efeitos agudos, sobre as respostas cardiovasculares em idosos hipertensos submetidos ao Treinamento Resistido com Oclusão Vascular.	Concluimos que a utilização do Treinamento Resistido com Oclusão Vascular no grupo avaliado apresentou respostas satisfatórias, podendo trabalhar com uma carga inferior ao método tradicional, o que pode ser benéfico em algumas situações, em especial, para o grupo de idosos hipertensos.
EFEITOS DO TREINAMENTO RESISTIDO EM ADULTOS COM SÍNDROME METABÓLICA.	Cantieri et al., 2018.	O objetivo do estudo consistiu em discutir a contribuição do treinamento resistido na qualidade de vida de adultos com síndrome metabólica, levantando os fatores de risco da síndrome metabólica e também a característica e efeitos desse treinamento sob esta síndrome.	. Observou-se que o treinamento resistido provoca benefícios para todos os tipos de indivíduos, possibilitando a perda de gordura corporal, o controle da glicemia e pressão arterial, por conseguinte afetará positivamente na vida diárias destes indivíduos.
OS EFEITOS DO TREINAMENTO RESISTIDO NA PRESSÃO ARTERIAL DE IDOSAS HIPERTENSAS.	Figueredo et al., 2018.	O objetivo principal deste estudo é analisar os efeitos do treinamento resistido na pressão arterial de idosas hipertensas; para isso serão analisados os efeitos subagudos da PA de hipertensas pós a prática de três meses de exercícios resistidos.	Este estudo é de grande importância, pois possibilitou analisar os efeitos do TR sobre a PA, apesar de não ter apresentado HPE significativa e duradoura, a pesquisa mostrou que a prática de exercícios resistidos pode trazer diversos benefícios a vida dos idosos. Ainda é necessário que haja mais pesquisas a cerca deste tema, para que possa desmistificar a prescrição do TR para idosos hipertensos ou não.
HIPOTENSÃO PÓS-EXERCÍCIO RESISTIDO EM IDOSOS HIPERTENSOS: UMA REVISÃO.	Marzano, coelho, 2016.	Analisar os efeitos do exercício físico na pressão arterial (PA) de idosos hipertensos, com base nos resultados de pesquisas empíricas realizadas no período de 2006 a 2016.	Esta revisão confirma os benefícios oriundos da prática do exercício resistido na redução da PA após o exercício em idosos hipertensos.

<p>CINÉTICA HIPOTENSIVA DURANTE 50 SESSÕES DE TREINAMENTO DE FORÇA E AERÓBIO EM HIPERTENSOS: ENSAIO CLÍNICO RANDOMIZADO.</p>	<p>Damorim et al., 2017.</p>	<p>Estabelecer a cinética adaptativa das respostas tensionais em função do tempo e do tipo de treinamento em hipertensos.</p>	<p>São necessárias 20 sessões de treinamento de força ou aeróbio para alcance dos benefícios máximos de redução da PA. Os métodos investigados proporcionaram padrões cinéticos adaptativos distintos ao longo das 50 sessões.</p>
<p>TREINAMENTO DA MUSCULATURA VENTILATÓRIA COMBINADO COM TREINAMENTO AERÓBIO: EFEITOS SOBRE A PRESSÃO ARTERIAL, CAPACIDADE FUNCIONAL, FUNÇÃO ENDOTELIAL E CONTROLE AUTÔNOMICO CARDIOVASCULAR EM PACIENTES HIPERTENSOS.</p>	<p>Ferreira, barcellos, 2017.</p>	<p>Desta forma, com este trabalho, buscamos avaliar os efeitos do treinamento muscular inspiratório e do treinamento aeróbio isoladamente e de maneira combinada sobre: a pressão arterial sistêmica, a capacidade funcional, a função endotelial, o controle autonômico cardiovascular em pacientes com HAS primária.</p>	<p>As três modalidades de treinamento apresentam benefícios no tratamento de pacientes portadores de hipertensão arterial sistêmica. Observamos que os efeitos apresentados através da prática de TMI foram semelhantes àqueles apresentados a partir da prática de TA sobre alguns componentes fisiopatogênicos da HAS e que a prática combinada das duas modalidades agrega em benefícios os efeitos encontrados com a prática isolada. Assim, acreditamos que o TMI é uma alternativa interessante de tratamento ao TA, e que a prática combinada pode ser incentivada nesta população.</p>
<p>EFEITO DO TREINAMENTO AERÓBIO COMBINADO COM O TREINAMENTO DE FORÇA COM RESISTÊNCIA ELÁSTICA SOBRE ASPECTOS FUNCIONAL, HEMODINÂMICO E MUSCULAR EM INDIVÍDUOS HIPERTENSOS.</p>	<p>Oliveira et al., 2018.</p>	<p>O objetivo desse estudo foi avaliar o efeito da combinação entre o treinamento aeróbio e o treinamento de força com resistência elástica durante 8 semanas, sobre os aspectos hemodinâmico, muscular e funcional em indivíduos hipertensos.</p>	<p>A combinação entre o treinamento aeróbio e o treinamento de força com resistência elástica por 8 semanas foi capaz de reduzir a pressão arterial, melhorar o condicionamento muscular, cardiorrespiratório e a capacidade funcional dos hipertensos.</p>

<p>EFEITO AGUDO DO EXERCÍCIO AERÓBIO CONTÍNUO, INTERVALADO E RESISTIDO NA PRESSÃO ARTERIAL EM IDOSAS HIPERTENSAS</p>	<p>Giulliard de oliveira campos 2017</p>	<p>O presente estudo investigou as respostas hemodinâmicas agudas da pressão arterial sistólica (PAS), pressão arterial diastólica (PAD) e frequência cardíaca (FC), imediatamente e nas 24 horas após o exercício, em idosas hipertensas, submetidas a 3 tipos de exercícios físicos e um momento controle (C).</p>	<p>A prática de exercício físico intervalado e resistido promovem maior hipotensão pós exercício (HPE) ao longo das 24 horas subsequentes, em relação ao AC e C. O exercício aeróbio contínuo promove apenas redução da pressão arterial nas primeiras horas após o exercício.</p>
<p>EXERCÍCIO AERÓBICO E RESISTIDO EM PACIENTES COM HIPERTENSÃO ARTERIAL RESISTENTE</p>	<p>Carvalho, cristiane junqueira et, al 2019</p>	<p>Avaliar o efeito, em 12 semanas, de um programa de exercícios aeróbicos e resistidos sobre parâmetros pressóricos, antropométricos e bioquímicos de pacientes com hipertensão arterial resistente.</p>	<p>Doze semanas de exercícios aeróbicos resultaram em redução da pressão arterial de forma significativa em hipertensos resistentes, enquanto que os exercícios resistidos se mostraram mais eficazes no aumento do HDL. Nível de evidência II, Estudos terapêuticos.</p>
<p>CONTRIBUIÇÕES DO TREINAMENTO CONCORRENTE À SAÚDE DE IDOSOS HIPERTENSOS: UMA REVISÃO DE LITERATURA</p>	<p>Dos santos, lucas et al. 2021</p>	<p>Averiguar os efeitos do treinamento concorrente à autonomia de idosos hipertensos, por meio de uma revisão de literatura.</p>	<p>Averiguou-se que o treinamento concorrente pode ser uma estratégia não farmacológica eficiente para promoção e manutenção da autonomia de idosos hipertensos, visto que mostrou-se eficiente em promover importantes repercussões morfológicas, fisiológicas e metabólicas, dentro da respectiva população.</p>

<p>EFEITOS DE LONGO PRAZO DO TREINAMENTO RESISTIDO NA PRESSÃO ARTERIAL: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA</p>	<p>Rocha paulo eduardo carnaval pereira da et al. 2017</p>	<p>O objetivo do estudo foi verificar por meio de uma revisão sistemática a ação de longo prazo do treinamento resistido na PA. Realizaram-se buscas nas bases Medline via Pubmed, Science Direct, Scopus, Web Science e Lilacs.</p>	<p>As maiores reduções na PA ocorreram quando da realização do treinamento resistido combinado em relação ao treinamento resistido tradicional. Entretanto, são necessários mais estudos para melhor explicitar as variáveis do treinamento resistido (número de exercícios, repetições, número de séries, intervalos, velocidade de execução e intensidade de carga), para que se possa identificar o melhor modelo de treinamento e aprimorar a qualidade metodológica dos experimentos na tentativa de diminuir os riscos de viés.</p>
---	--	--	---

Fonte: Elaborado pelo autor

6. DISCUSSÃO

Da Silva e colaboradores (2019) afirmam através de um estudo feito com 16 idosos hipertensos, que os mesmos obtiveram uma diminuição significativa da HAS através do TR, além de outros benefícios como, melhora nas atividades da vida diária, melhora da qualidade de vida, melhoria no sono, aumento de apetite e da autoestima. Outro estudo feito com 61 idosos hipertensos, dividindo-os em quatro grupos, sendo: treinamento aeróbio intervalado (TAI), treinamento aeróbio contínuo (TAC), Treinamento resistido (TR) e grupo controle (GC), concluíram que o TR provocou maior diminuição da PAS e PAD em idosos hipertensos, quando comparado com os demais grupos (BERTANI et al., 2018).

Em outro estudo feito com 9 idosos sem experiência em TR com idade média de 70 anos, analisou-se a resposta da PAS e PAD após 48 horas de exercício, executados em diferentes horários do dia. A pesquisa revelou que tanto o TR feito pela manhã quanto pela parte da tarde foi efetivo em reduzir a PAS quando comparados aos dias sem exercício, contudo, o efeito hipotensor do TR realizado no período da manhã foi mais significativo ao controle da HAS. Outro fato importante revelado foi que a PAD não sofreu a mesma influência (GUIMARÃES et al. 2018).

No estudo feito com 11 sujeitos idosos, utilizando o treinamento combinado entre aeróbio e resistido em apenas duas vezes por semana, ocorreram efeitos adaptativos

cardiovasculares eficientes na redução da PA sistólica e diastólica de idosos hipertensos. (LOCKS, RAFAELLA RIBAS et al., 2017).

Em outro estudo, de Lima et al., (2017), feito com idosos hipertensos medicamentados e não treinados, durante 10 semanas de Treinamento Combinado (Força + Aeróbio) houve uma redução de 7,7 mmHg na PAS medida por meio de MAPA, concluindo a eficácia do treino combinado de força e aeróbio em idosos hipertensos.

No estudo de Oliveira (2018) realizado com 25 indivíduos hipertensos medicamentados, com 50 anos ou mais, com o objetivo de analisar o efeito combinado entre o TA e treinamento de força com resistência elástica, durante 8 semanas, foi observado que esse método foi capaz de diminuir a HAS e sobrecarga cardíaca, deste modo uma ótima opção de tratamento não farmacológica, e também melhorou a capacidade funcional, condicionamento muscular e cardiorrespiratório, sendo uma importante intervenção na melhora do condicionamento físico em indivíduos acima de 50 anos em processo de envelhecimento.

Na pesquisa feita por VARGAS, Eder Vanderson Marques et al. (2021), 14 homens com hipertensão leve, divididos em dois grupos, um sendo de exercício resistido e outro de exercício aeróbico, com treinamento realizado 3 vezes por semana, chegou-se à conclusão que o efeito hipotensor foi maior no grupo ER comparado ao grupo EA, com isso o estudo indica que o exercício de força não oferece risco quando há o aumento da frequência cardíaca e da pressão arterial em hipertensos em resposta aguda ao treino.

Em uma revisão de literatura de Oliveira (2019), com o tema: Efeito do exercício resistido nas variáveis de frequência cardíaca e pressão arterial de indivíduos hipertensos, onde avaliaram 150 artigos com base no tema, utilizando no fim 5 trabalhos para análise de resultados, obtiveram como conclusão que o treinamento resistido provoca efeito hipotensor em indivíduos compressão arterial.

Esse estudo trata-se de um estudo de caso realizado com um idoso de 76 anos de idade e hipertenso há mais de 20, onde foi realizado 8 semanas de TA, com duração de 60 minutos por sessão, tendo como resultado obteve-se respostas positivas nas variáveis de pressão arterial, colesterol e VO₂ Máx., concluindo que o treinamento aeróbio é uma alternativa eficiente no tratamento de hipertensos (SOARES, LAWREY VANESSA ROCHA; RODRIGUES, VINICIUS DIAS, 2020).

7. CONCLUSÃO

Concluimos através dos artigos e pesquisas da seguinte revisão de literatura, que tanto o TR, quanto o TA são excelentes métodos para serem utilizados como instrumentos não farmacológicos de prevenção e tratamento para pessoas com o quadro de HAS. Além disso, os estudos com esses métodos demonstraram outros benefícios como o aumento da capacidade funcional e redução do risco de eventos cardiovasculares, proporcionando maior qualidade de vida para esta população, enfatizando a importância da prática de exercícios regulares para este público.

Sugerimos estudos complementares com um número amostral maior e associação do controle alimentar, bem como o tempo de pesquisa mais extenso para análises mais profundas.

8. REFERÊNCIAS

ARAÚJO, João Marcos Minowa Monteiro et al. Efeitos do treinamento resistido e do treinamento combinado sobre os níveis pressóricos de portadores de hipertensão arterial sistêmica. **Brazilian Journal of Health Review**, v. 3, n. 4, p. 7976-7988, 2020.

BARROS, Diego Leonardo Melo et al. Efeito agudo do treinamento resistido comoclusão vascular em idosos hipertensos controlados. **Anais da Jornada de Educação Física do Estado de Goiás (ISSN 2675-2050)**, v. 1, n. 2, p. 235-241,2019.

BARROSO et al. **Diretrizes Brasileiras de Hipertensão Arterial – 2020.** , v. 00, n.00, p. 00-00, nov. 2020.

BENDELACK, Wellington Luis Ribeiro et al. Treinamento aeróbico e resistido: uma comparação da hipotensão pós-exercício em mulheres hipertensas de idade avançada. **RBPFEV-Revista Brasileira de Prescrição e Fisiologia do Exercício**,v. 13, n. 87, p. 1210-1219, 2019.

Bertani R, Campos G, Perseguin D, Bonardi J, Ferriolli E, Moriguti J et al. Resistance Exercise Training Is More Effective than Interval Aerobic Training in Reducing Blood Pressure During Sleep in Hypertensive Elderly Patients. **Journal of Strength and Conditioning Research**. 2018;32(7):2085- 2090.

BRASIL. Ministério da Saúde. Vigitel Brasil 2016: vigilância de fatores de risco e proteção para doenças crônicas por inquérito telefônico. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2017.

CAMARGO, Taís Mendes de et al. **Efeito do treinamento físico aeróbio na modulação autonômica da frequência cardíaca de pacientes com hipertensão arterial sistêmica.** 2017.

CAMPOS, Giulliard de Oliveira. **Efeito agudo do exercício aeróbio contínuo, intervalado e resistido na pressão arterial em idosas hipertensas.** Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, 2017.

CANTIERI, Gabriela Nicolino; BUENO, Camilo Antonio Monteiro; ÁVILA, Daniel Martinez. Efeitos do treinamento resistido em adultos com síndrome metabólica. **Revista Brasileira de Fisiologia do Exercício**, v. 17, n. 3, p. 185-194, 2018.

CARVALHO, Cristiane Junqueira de et al. Aerobic and resistance exercise in patients with resistant hypertension. **Revista Brasileira de Medicina do Esporte**, v. 25, n. 2, p. 107-111, 2019.

DAMORIM, Igor Rodrigues et al. Cinética Hipotensiva durante 50 Sessões de Treinamento de Força e Aeróbio em Hipertensos: Ensaio Clínico Randomizado. **Arquivos Brasileiros de Cardiologia**, v. 108, n. 4, p. 323-330, 2017.

DE OLIVEIRA, Allana Lopes et al. Efeito do exercício resistido nas variáveis de frequência cardíaca e pressão arterial de indivíduos hipertensos: Revisão de Literatura. **Brazilian Journal of Health Review**, v. 2, n. 6, p. 5789-5800, 2019.

FERREIRA, Janaina Barcellos. **Treinamento da musculatura ventilatória combinado com treinamento aeróbio: efeitos sobre a pressão arterial, capacidade funcional, função endotelial e controle autonômico cardiovascular em pacientes hipertensos.** 2017. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

Fleck Steven J, Kraemer William J. **Fundamentos do treinamento de força muscular**. 4th ed. [place unknown]: Artmed Editora; 2017. 1 p.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (Org.). Métodos de pesquisa; coordenado pela **Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS** e pelo Curso de Graduação Tecnológica -Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GUIMARÃES, Fabiana Costa et al. Efeito do exercício resistido, executado em diferentes horas do dia na pressão arterial de idosos hipertensos. **Revista Brasileira de Ciência e Movimento**, v. 26, n. 1, p. 94-104, 2018.

KISNER, Carolyn; COLBY, Lynn Allen. **Exercícios terapêuticos, fundamentos e técnicas**. 6^a Ed. São Paulo: Manole, 2016.

LIMA, Leandra G et al. Combined aerobic and resistance training: are there additional benefits for older hypertensive adults? **Clinics Science**, São Paulo, v. 72, n. 6, p.363-369, jun. 2017.

LOCKS, Rafaella Ribas et al. Efeitos do treinamento aeróbio e resistido nas respostas cardiovasculares de idosos ativos. **Fisioterapia em Movimento**, v. 25, n.3, 2017.

MALACHIAS M. V. B., PLAVNIK F. L., Machado C. A., Malta D., L. C. N. Scala. **7^a Diretriz Brasileira de Hipertensão Arterial**: Capítulo 1 - Conceituação, Epidemiologia e Prevenção Primária. *Arquivos Brasileiros de Cardiologia*. 2016 Sep01.

MALACHIAS MVB, Souza WKS, Plavnik FL, Rodrigues CIS, Brandão AA, Neves MFT, et al. **7^a Diretriz Brasileira de Hipertensão Arterial**. *Arq Bras Cardiol* 2016; 107(3Supl.3):1-83.

MARZANO, Pablo Coelho. Hipotensão pós-exercício resistido em idosos hipertensos: uma revisão. 2016.

MENDES, Débora Monique Campos et al. EXERCÍCIOS RESISTIDOS EM IDOSOS HIPERTENSOS. **Revista Ciência e Saúde On-line**, v. 2, n. 1, 2017.

OLIVEIRA, Silas Nery de et al. Efeito do treinamento aeróbio combinado com o treinamento de força com resistência elástica sobre aspectos funcional, hemodinâmico e muscular em indivíduos hipertensos. **2018.**

PRIMAZ, Marieli. Influência do treinamento aeróbico na hipertensão arterial. **Biblioteca Digital de TCC-UniAmérica**, p. 1-18, 2019.

ROCHA, Paulo Eduardo Carnaval Pereira da et al. Efeitos de longo prazo do treinamento resistido na pressão arterial: uma revisão sistemática. **Revista Brasileira de Cineantropometria & Desempenho Humano**, v. 19, n. 6, p. 730-742, 2017.

RODRIGUES, Matheus Marinho et al. Efeitos do treinamento resistido na pressão arterial de idosos: revisão sistemática. **Educação Física Bacharelado-Pedra Branca**, 2018.

SANTANA, Igor Augusto Pereira et al. **INFLUÊNCIA DA ORDEM DE EXECUÇÃO DOS EXERCÍCIOS AERÓBIO E DE FORÇA NO TREINAMENTO COMBINADO SOBRE A PRESSÃO ARTERIAL E A FREQUÊNCIA CARDÍACA DE REPOUSO EM IDOSOS HIPERTENSOS.** 2019.

SANTOS ALVES, Isadora; FIGUEIREDO, Wagner Luiz. Os efeitos do treinamento resistido na pressão arterial de idosos hipertensos. **Anais da Jornada de Educação Física do Estado de Goiás (ISSN 2675-2050)**, v. 1, n. 1, p. 239-243, 2018.

SANTOS, Lucas et al. Contribuições do treinamento concorrente à saúde de idosos hipertensos: uma revisão de literatura. **Lecturas: Educación Física y Deportes**, v.25, n. 272, 2021.

SILVA, Cinthia; DIAS, Vanderson Rodrigues; DOS SANTOS, Cátia Rodrigues. Treinamento Resistido: efeito hipotensivo em idosos hipertensos que frequentam as academias da cidade de Inhumas-GO. **Vita et Sanitas**, v. 13, n. 2, p. 79-87, 2019.

SOARES, Lawrey Vanessa Rocha; RODRIGUES, Vinicius Dias. EFEITOS DO TREINAMENTO AERÓBIO EM IDOSO COM QUADRO DE HIPERTENSÃO: UM

ESTUDO DE CASO. **Revista Eletrônica Nacional de Educação Física**, v. 3, n. 3, p. 30-30, 2020.

TEODORO, Ellen et al. Responsividade da pressão arterial frente a diferentes protocolos de treinamento aeróbio em hipertensos. **Revista dos Trabalhos de Iniciação Científica da UNICAMP**, n. 27, p. 1-1, 2019.

TRIVIÑOS, A. N. S. (2009). Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: **Editora Atlas**.

VARGAS, Eder Vanderson Marques et al. Efeito agudo dos exercícios resistidos e exercícios aeróbicos sobre a pressão arterial de homens hipertensos leves. **JIM- Jornal de Investigação Médica**, v. 2, n. 1, p. 065-078, 2021.

VÉRAS, Mairla Lisley Vieira et al. Comportamento da pressão arterial de idoso hipertenso antes e após sessão de treinamento resistido: um estudo de caso/Blood pressure behavior of hypertensive elderly before and after resisted training session: a case study. **Brazilian Journal of Development**, v. 6, n. 4, p. 21420-21428, 2020.

ZHOU, Bin et al. Worldwide trends in blood pressure from 1975 to 2015: a pooled analysis of 1479 population-based measurement studies with 19.1 million participants. **The Lancet**, v. 389, n. 10064, p. 37-55, 2017.

AUTORES:

JANDERSON CARVALHO MOTA: Professor do CEDF/UEPA
jandersonmota@yahoo.com.br

RICHARD DIAS QUARESMA: Discentes do CEDF/UEPA.
richardquaresma485@gmail.com

RODRIGO LIMA VILHENA: Discentes do CEDF/UEPA
rodrigovilhena01@gmail.com



Capítulo 10

EDUCAÇÃO PARA RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NO ESPAÇO ESCOLAR

DOI: 10.29327/545908.1-10

Cristiane Alves Gomes
Kelly Mendes De Lima
Derivaldo Machado Da Silva

EDUCAÇÃO PARA RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NO ESPAÇO ESCOLAR

Cristiane Alves Gomes

Kelly Mendes De Lima

Derivaldo Machado Da Silva

RESUMO

O presente artigo na introdução faz uma reflexão sobre o racismo e o peculiar do imaginário falso de democracia racial, trata da questão do Índice de Desenvolvimento Humano e as disparidades enfrentado pela negritude em relação aos brancos; faz um pequeno debate na seção 3 sobre a Lei Nacional nº 10.639/2003 e o racismo enfrentado pela crianças na primeira etapa de escolarização de sua vida e discute sobre o papel do professor, gestores e demais profissionais da educação sobre o acolhimento da criança negra na escola. Na penúltima seção o artigo discute sobre a ação afirmativa que é o uso da literatura sobre a necessidade de releitura de obras com a inserção do negro como protagonista e discute sobre os conceitos de letramento, multiletramento letramento digital e o papel dos mesmos na implementação de uma das ações afirmativas que a práticas de leitura ao letramento literário. Nas considerações finais faz algumas sugestões pertinente ao trabalho do docente relacionado a criança negra e sua inserção e integração na escola.

Palavras-chave: Criança negra. Equidade. Preconceito. Racismo.

1. INTRODUÇÃO

O racismo tem se tornado cada vez mais popularizado, levando em consideração que esse é um tema muito evidenciado atualmente pelas redes sociais e com isso vem obtendo grande repercussão.

Infelizmente nos noticiários diariamente são registrados casos de racismo em diversos âmbitos da sociedade, embora haver afirmações de que o racismo foi banido da sociedade brasileira, estruturalmente esse tipo de discriminação social é duramente vivenciado na sociedade atual, através das redes sociais, dentre dos lares e em lugares públicos Rosa (p. 15, 2021) diz que “o racismo no Brasil está longe de ser um evento do passado, é um acúmulo de episódios que reproduzem o trauma de uma história colonial e escravista, um racismo que se sustenta em um imaginário falso de democracia racial e na domesticação das vidas negras”.

Almeida (2019) apud Sousa e Testa (p. 3325, 2021) dizem que o racismo “(...) é parte da estrutura social”, um assunto a ser abordado que sempre se atualiza com o

decurso do tempo baseado na falsa ideia de que a espécie humana é dividida em raças sendo uma superior às outras.

No entanto é necessário conscientizar desde infância sobre a relevância de não se portar de forma indiferente, debochada, menosprezada e com acepção devido a cor de pele do próximo, já que muitas das vezes associam-se aos negros a imagem de pessoas sujas, indignas e outros adjetivos pejorativos que inferiorizam a figura do mesmo. Essa forma de preconceito deixa de ver no negro a sua capacidade intelectual, disposição física, seu discernimento moral, o valor das boas relações humanitárias que o negro carrega, a aceitação da diferença presente no negro, o respeito e outras qualidades (VALE E SANTOS, 2021)

Este trabalho de revisão da bibliografia está organizado da seguinte forma: na segunda seção faz uma breve explanação sobre o negro e os indicadores sociais. Na seção 3 trata do racismo enfrentado pelos alunos negros na escola. Na seção 4 discute sobre o letramento, multiletramento e letramento digital como ação afirmativa e por último nas considerações finais discute sobre o papel do professor na inserção da criança negra na escola.

2. O NEGRO E OS INDICADORES SOCIAIS

A cor da pele atrelada a situação socioeconômica ao longo do tempo tem gerado variados tipos de intolerâncias, desrespeito entre as relações interpessoais e sociais, o próprio racismo e várias formas de escravidão. Para Valadares a escravidão (p. 65, 2021) “é uma grave doença social. Em sua forma contemporânea apresenta-se de diversas formas: a prostituição infantil, o tráfico de órgãos, o tráfico internacional de mulheres, a exploração de imigrantes ilegais e a servidão por dívida”.

A falta de equidade entre o negro e as demais pessoas tem formado um certo desequilíbrio na sociedade agravada pela não compreensão e aceitação da pessoa pela cor da sua pele, cultura e etnia, refletindo assim uma educação limitada pelo conhecimento que leva ao racismo o que Vale e Santos chamam de racismo simbólico que é estigmatização do corpo negro (VALE E SANTOS, 2021).

Querer romantizar a escravidão e dizer que não há racismo é sermos irresponsável com o contexto histórico. Ao analisarmos as três dimensões básicas do desenvolvimento humano: a renda, a educação e a saúde que gera o Índice de Desenvolvimento Humano - (IDH) um índice de progresso a longo prazo, veremos que no aspecto econômico o negro

é empurrado para morar nos subúrbios, nas favelas, em kitnets, nos conjuntos habitacionais. No aspecto social a taxa de analfabetismo entre os negros ou pardos é de 9,9%, enquanto que entre os de pele clara é pouco mais que 4,2%. E no grupo da saúde nos indicadores da longevidade estudos informando que as chances de uma pessoa negra morrer por causa externa é de 56% maior em relação a uma pessoa branca, e que aumenta para 70% se for do sexo masculino (MENDES E EDUARDO, 2020); (GAIA ET AL, 2021); (ROSA, 2021).

Segundo Valadares (2021) esta nova forma de escravizar o negro do ponto de vista financeiro e operacional é mais vantajosa, já que período do Brasil Colônia e do Império em que a propriedade legal era permitida, saía bem mais caro comprar e manter um escravo.

Em suma as disparidades nos indicadores socioeconômicos, de consumo e ambientais entre a população negra em relação a branca são os maiores exemplo da falta de equidade entre ambos, indicadores como: renda per capita, taxa de desocupação, expectativa de ano de estudo, taxa de analfabetismo, expectativa de ano de vida ao nascer, % pessoas pobres, abastecimento de água e esgoto, , acesso à saúde, moradia, representação na mídia e desenvolvimento humano mostram claramente as desvantagens, Sousa e Testa (p. 3328, 2021) dizem que os: “pretos e pardos (...) levam desvantagens quando contrastados com os brancos e asiáticos”.

3. O RACISMO NA ESCOLA

A efetivação da Lei Nacional nº 10.639/2003 e compreensão da importância das Diretrizes Curriculares Nacionais para Relações Étnico-Raciais, até certo ponto é importante no âmbito das escolas de ensino básicos e universidades. Contudo vale lembrar o que Gaia et al (p. 11, 2021) dizem

Assim a mera incorporação do tema aos espaços formais de educação não pode garantir que essa história seja recontada. Há que se problematizar que, de fato, essa história possa ser recontada por seus sujeitos, em uma perspectiva afrocentrada que, de fato, resgate a ancestralidade que tem marcado essa questão e que justamente tem sido negada não só no ensino de história, mas também no modo como a universidade ainda se mantém distante dessa seara. É preciso, portanto, que essa incorporação parta de um argumento distinto: revisitar essa história sob o prisma do colonizado, a partir do qual se pode aventar a adoção de uma narrativa que, de fato, combata o racismo, a opressão e a desigualdade.

A formação do docente conta muito na incorporação dos conteúdos presente na referida lei, mas o professor deve ter o discernimento que na execução da lei deve ser observados as contradições que a mesma apresenta, já que a mesma partiu do modelo

euro-americano que dentre suas características não permite que a história seja recontada (GAIA ET AL, 2021).

Sobre a Lei Nacional nº 10.639/2003 que dentre outros objetivos busca compreender a importância de diferentes raças, alterado pela Lei nº 11.645/08, com a inclusão dos povos indígenas na perspectiva da inclusão racial na escola e ambiente acadêmico brasileiro, a relevância da Leis, voltada para a cultura afro-brasileira, vislumbra sobre a necessidade da prevenção do preconceito, da desigualdade étnico racial. Destaca que se deve utilizar de materiais lúdicos, para a uma melhor compreensão por parte dos estudantes afim de entender a realidade do povo brasileiro e combater o racismo, Munanga (2016) apud Pestana (p.2, 2020) diz que o racismo “(...) é resultado da crença de que existem raças ou tipos humanos superiores e inferiores, a qual se tenta impor como única e verdadeira”.

Mas para isso será necessário a exigência do compromisso articulado de todos os setores do sistema educacional brasileiro já previsto no parecer das diretrizes curriculares nacionais para educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana associado com as demais diretrizes, documentos, resoluções e pareceres. Vale ressaltar que mesmo após as instaurações da Lei Nacional nº 10.639/2003 ainda é possível encontrar livros didáticos que apresentem o negro como agente secundário na formação do povo brasileiro, assim como a população negra ainda é vinculada a uma imagem estereotipada (VALE E SANTOS, 2021).

É importante sabermos que o preconceito não vem do berço, ou seja, ninguém nasce preconceituoso ou racista, a pessoa que tem o preconceito e/ou o racismo incorporado em si, de uma certa forma foi exposta a uma cultura ou forma de educação que desvaloriza o negro, que padroniza as coisas na cor branca, que associa a cor preta a algo ruim e feio que muitas das vezes é reforçado pelas escolas, institutos e universidades quando não são trabalhados as relações éticos raciais e o respeito mútuo entre as pessoas, Sousa e Testa (p. 3328, 2021) dizem:

“(...) essa valorização parte, principalmente, da educação de crianças, de adolescentes e de jovens, para que se tornem cidadãos desprovidos de atitudes preconceituosas e racistas, reconhecendo fortemente toda a singularidade da população negra, estabelecendo relações de empatia e de poder democrático ao povo negro.

De fato, a educação que desprovê a pessoa de atitudes racistas e preconceituosas deve ser valorizada, para que isso ocorra o professor precisa se debruçar na explanação das relações éticos raciais possibilitando aos educandos o direito a valoração e a compreensão que existe a pluralidade étnico racial, tendo em vista que trabalhar essa

temática no ensino básico exige muita atenção por parte dos profissionais em educação, pois para a criança negra é uma fase de muita dor e angustia devido as tensões acompanhadas de insultos e palavras depreciativas, a o negro em formação de sua personalidade poderá passar pela pior etapa de sua vida traumatizando-a para sempre (VALE E SANTOS, 2021).

Neste sentido cabe ao professor facilitar a integração e interação da criança negra com os demais alunos, sempre procurando fazer com que o mesmo se sinta valorizado, se afirme e se reconheça quanto a sua imagem. É preciso que os professores, gestores e demais profissionais da educação criem dentro da escola espaços e mecanismos de resgate da autoestima da criança negra, afim de possibilite as à integrar-se ao meio social de forma integral, sem restrições, sem nenhum tipo de constrangimento (GAIA ET AL, 2021).

Com o intuito de fazer com que a criança negra se sinta valorizada, o trabalho com ações afirmativas poderá ser o início do caminho para o professor, por meio dos jogos, oficinas e brincadeiras é possível tratar de assuntos que ganham notoriedade, as questões étnico raciais por exemplo, podem ser vinculadas a essas ações, visando a valorização da diversidade das diversas culturas que existem, além de produzir o respeito por outras culturas.

4. E AS AÇÕES AFIRMATIVAS POR MEIO DO LETRAMENTO, O MULTILETRAMENTO E LETRAMENTO DIGITAL

Pestana (p.2, 2020) diz que “A Literatura Negra se apresenta no cenário literário brasileiro como um meio de retomar a palavra sobre si, desconstruir imagens estereotipadas e solidificar uma cultura particular”.

O letramento para Travaglia (2017) é um processo inconclusivo, ou seja, sempre tem algo a mais para aprender, segundo o autor é resultado da riqueza que a língua proporciona e sempre haverá mais recursos em todos planos, níveis e variedades a ser desenvolvido escrito e oralmente. No dia a dia dos alunos por exemplo o professor poderá ir introduzindo a arte do letramento literário.

Já os multiletramento segundo Melo (2016).em consonância com o estudo do processo de signo e do significado de comunicação presentes nos stop motions, machinimas, animes e outros recursos que trabalham a questão da pluralidade cultural, assim como também a inserção de novas ferramentas de aprendizagem como por exemplo

o hipertexto hiperlink, para Melo (2016) essa maneira ou forma de aprendizagem tem o uso das imagens como aliadas para motivar e proporcionar satisfação aos alunos, direcionando-os para um aprendizado mais sólido e seguro que é alcançado a partir do momento em que o ensino não se restringe somente na escrita verbal, mas também não verbal.

Sabemos que por muito tempo os textos literários sempre tiveram o homem branco como protagonista. Neste sentido para entender e saber explicar melhor a realidade e contexto ao qual a pessoa está inserida utilizando os conhecimentos construídos ao longo da história do homem assim como saber valorizar o mundo social, cultural e digital e físico, é necessário fazer uso das diferentes linguagens, seja ela verbal, corporal, visual, sonora ou digital. E como parte do processo dentro do contexto da cultura digital se insere também o letramento digital (VICARI ET AL, 2018).

É importante saber que o letramento digital é parte do processo que pode incluir e auxiliar qualquer pessoa nas áreas tecnológica, pois o letramento digital se dar pela ampla habilidade de compreensão da leitura e escrita para saber o que está produzindo para futuramente por exemplo, saber usar as mídias digitais com mais consciência e segurança caracterizando a inserção sociodigitalmente chamada também de alfabetização digital (CARBONERA ET AL, 2020).

Para Carbonera et al (2020) a alfabetização digital como parte do processo está relacionada à aquisição de habilidades básicas para o uso de computadores e Internet, para que depois o aluno seja inserido no processo do letramento digital, conseqüentemente são trabalhados em conjunto o letramento e o multiletramento, mas é importante ressaltar que o aluno apenas alfabetizado muitas das vezes não consegue fazer leituras contextualizadas e quando ler de certa forma não compreende e muito menos consegue interpretar o que leu.

Sabe-se que o letramento de forma evolutiva vai muito além muito além do simples conceito de alfabetização, é um processo contínuo sem previsão de parada, assim também como parte indissociável do letramento se encontra o multiletramento, o mesmo não se baseia somente na aprendizagem escrita oral, mas também na não oral, com predominância de leitura das imagens, neste período do elevado uso e manuseio dos aparelhos celulares para acompanhar as aulas online, efeitos motivacionais são causados ao ponto de satisfazer aos alunos (TRAVAGLIA, 2017)

Sobre a alfabetização digital, e segundo Carbonera et al (p. 40, 2020) mesmo tendo conhecimento que esta nova geração sabe manusear no seu dia a dia muito bem as tecnologias digitais desde a primeira infância, porém segundo o autor:

“isso não garante que elas tenham uma alfabetização digital efetiva, pois apesar de terem habilidades de manuseio desses recursos digitais, muitas vezes não tem conhecimento de como aplicar esses recursos em atividades do dia a dia e até mesmo na construção de novos conhecimentos, como é possível verificar em atividades extensionistas de inclusão digital” (CARBONERA et al 2020, p. 40).

É importante saber que o letramento digital é parte do processo que pode incluir e auxiliar qualquer pessoa nas áreas tecnológica, pois o letramento digital se dar pela ampla habilidade de compreensão da leitura e escrita para saber o que está produzindo para futuramente por exemplo, saber usar as mídias digitais com mais consciência e segurança caracterizando a inserção sociodigitalmente (CARBONERA ET AL, 2020).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A escola que não trabalha de forma efetiva a diversidade, conseqüentemente acaba produzindo o racismo, preconceito, negando o direito da outra criança negra existir. Caso ocorra esse tipo de situação no âmbito escolar poderá ocasionar nas crianças perdas inestimáveis e conseqüentemente as tornaram indivíduos acrícos, insociáveis e preconceituosos.

Para que haja uma educação étnico-racial afim de combater o racismo e promover a equidade desde a educação infantil é imprescindível que haja uma formação continuada do docente nas relações de educação, cultura e identidade negra de valorização da cultura negra. As secretarias de educação estadual e municipal os conselhos escolares devem reforçar o incentivo na formação continuada.

Os professores por sua influência no âmbito educacional têm um grande papel de responsabilidade em transmitir a empatia, acolhendo a causa de abominar essas práticas, aconselhando sobre o mau procedimento caso ocorram esses fatos e também evitando-os, mostrando seu repúdio à esses fatos, os atos dos professores possuem bastante relevância e são facilmente observáveis, todos devem empenhar-se por uma educação sem divisões, acepções e preconceitos.

Acredita-se que só é possível transformar a realidade combatendo o racismo e a falta da equidade entre o negro e o branco no âmbito escolar e fora dele se for possível também compreender o conceito da diversidade étnico-racial, e para iniciar essa discussão dentro da escola, é de fundamental importância trabalhar as relações étnico raciais entre

os alunos principalmente no ensino básico, somente assim é possível contribuir com uma educação de princípios, livre de preconceitos e que cumpra com a legislação, já que estamos diante de um cenário onde o preconceito a diversidade no país está em evidência.

Contudo cabe aos pais, professores e responsáveis no processo de ensino/aprendizagem engajar o aluno nos caminhos mais comuns em suas vidas ensinando-os a pensar criticamente para que futuramente tenha melhor consciência sobre si e suas tomada de decisão

Todos deve mobilizar-se para que a criança negra não se sinta inferior aos demais colegas pelo simples fato de ser negra, a escola incansavelmente deve buscar estratégias que permita a socialização e interação de todos sem preconceito, a criança negra deve se sentir respeitada, nunca subestimado, e se sentindo em um patamar abaixo das crianças brancas, ou lutando para se encaixar dentro dos padrões de alunos brancos, tentando surpreender, chamar atenção ser inserido.

O negro deve se sentir capaz, confiante, competente e é de primordial importância que o docente não o cobre além do que os outros alunos, que o trate como igual, como um ser em constante evolução, permitindo que tire dúvidas e sempre mostrando interesse no seu desempenho social e educacional, sentir-se apoiado faz total diferença ao aluno.

6. REFERÊNCIAS

CARBONERA, Silvana. Maria. JESUS, Andreia. KUTZKE, Alexander. R. FERREIRA, Izabel. Rocio Costa. **O uso consciente da tecnologia como elemento essencial para uma inclusão sociodigital efetiva.** In Anais do I *Workshop sobre as Implicações da Computação na Sociedade*, Cuiabá/RN. Sociedade Brasileira de Computação, p. 37-48. 2020. DOI: <https://doi.org/10.5753/wics.2020.11035>.

GAIA, Ronan da Silva Parreira. VITÓRIA, Alice da Silva. PEREIRA, João Aparecido Gonçalves. SCORSOLINI-COMIN, Fabio. **Ações afirmativas como garantia e direito à educação da população negra no Brasil.** In rev: *Educação: Teoria e Prática/ Rio Claro, SP/ v. 31, n. 64/ 2021.* eISSN 1981-8106 E17[2021] <http://dx.doi.org/10.18675/1981-8106.v31.n.64.s14647>.

MELO, Heronita Maria Dantas. **Práticas de letramento e multiletramento em sala de aula.** Anais III CONEDU... Campina Grande: Realize Editora, 2016. Disponível em: <https://www.editorarealize.com.br/index.php/artigo/visualizar/22006>

MENDES, Alessandra Gomes de Souza. EDUARDO, Gabriela Nogueira. **Vidas Negras Importam! Um estudo sobre os indicadores sociais da mortalidade materna de mulheres negras na Paraíba.** Vol 06, ISSN 2525-6904 N. 01 - Jan. - Mar., 2020. <https://portalseer.ufba.br/index.php/cadgendiv>.

PESTANA, Cristiane Veloso de Araujo. **As africanidades na literatura infantil contemporânea.** In: Revista Crioula, (25), 286-300. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.1981-7169.crioula.2020.170170>.

ROSA, Aline de Oliveira. **Memórias literárias afro-ameríndias e diaspóricas na elaboração de uma escrita decolonial.** In: Revista lampejo ISSN 2238-5274 | vol. 10, n. 1 08/2021. <http://revistalampejo.apoenafilosofia.org/>.

SOUSA, Leomar Alves. TESTA, Eliene Cristina. **Ser negro no Brasil: possíveis sentidos de leitura no poema “você nunca esteve diante do horror”, de Lubi Prates.** In: Revista Philologus, Ano 26, n. 78 Supl. Rio de Janeiro: CiFEFiL, set./dez.2020 <http://www.filologia.org.br/rph/ANO26/78supl/241.pdf>.

VALADARES, Rubem de Mesquita. **A resistência negra e quilombola: Um reflexo das memórias históricas da sociedade escravatista do Século XIX.** In: Educação Contemporânea - Volume 18 – História/ Organização GONÇALVES, Maria Célia da Silva; JESUS, Bruna Guzman de Horizonte – MG: Poisson, 2021. DOI: 10.36229/978-65-5866-052-1.

VALE, Rosiney Aparecida Lopes. SANTOS, Gabriel Gustavo. **Reflexões sobre os impactos de discursos racistas na relação entre a população negra e o conhecimento escolar.** In: Revista Imagens da Educação, v. 11, n. 1, p. 82-110, jan./mar. 2021 ISSN 2179-8427 DOI 10.4025/imagenseduc.v11i1.47802.

VICARI, Rosa Maria. MOREIRA, Alvaro. MENEZES, Paulo Blauth. **Pensamento computacional.** RevisaoBibliografica – Versão 02 Rio Grande do Sul. 2018. <http://hdl.handle.net/10183/197566>

TRAVAGLIA, Luiz Carlos. **Letramento e conhecimento linguístico-gramatical sobre gêneros.** Revista Prâksis Novo Hamburgo a. 14 v. 2 jul./dez. 2017. <https://periodicos.feevale.br/seer/index.php/revistapraksis/article/view/1255/1886>

AUTORES:

CRISTIANE ALVES GOMES: Acadêmico de Curso de Educação Física da Universidade do Estado do Pará.

KELLY MENDES DE LIMA: Acadêmico de Curso de Educação Física da Universidade do Estado do Pará.

DERIVALDO MACHADO DA SILVA: Programa de Pós-Graduação em Computação Aplicada (PPCA). derivaldo.silva@ndae.ufpa.br

**PESQUISA E
PRÁTICA
PEDAGÓGICA
NA REGIÃO
DA
AMAZÔNIA**

Volume 2

Organizadores:
Robson Antonio Tavares Costa
Jonatha Pereira Bugarim



É com muita satisfação que apresentamos o segundo volume da Coleção intitulada "PESQUISA E PRÁTICA PEDAGÓGICA NA REGIÃO DA AMAZÔNIA", que reúne em seus 10 capítulos pesquisadores de diversas instituições com discussões e temáticas que circundam uma gama de possibilidades de pesquisas e de relações dialógicas que certamente podem ser relevantes para o desenvolvimento social brasileiro a partir de uma ótica que contempla as mais vastas questões da sociedade. Tal obra visa dar publicidade a estudos e pesquisas frutos de árduos trabalhos acadêmicos que decerto contribuem, cada um a seu modo, para o aprofundamento de discussões em suas respectivas áreas pois são pesquisas germinadas, frutificadas e colhidas de temas atuais que estão sendo debatidos nas principais universidades nacionais e que refletem o interesse de pesquisadores no desenvolvimento social e científico que possam impactar positivamente a qualidade de vida de homens e de mulheres.

Assim sendo, convidamos todos os leitores para exercitar diálogos com os estudos aqui contemplados, esperamos que os textos publicados contribuam para a formação intelectual e a reflexão crítica dos alunos, professores e demais leitores.

Desejamos ressaltar, em nome de todos que compõem a Editora Enterprising, a nossa gratidão para com os pesquisadores cujos trabalhos aparecem aqui reunidos, que diante da dedicação, temos a oportunidade de nos debruçar acerca de assuntos atuais e pertinentes.

Sejam bem-vindos e tenham proveitosas leituras!



Editora Enterprising

www.editoraenterprising.net

E-mail: contacto@editoraenterprising.net

Tel. BR: (96) 981146835

CNPJ: 40.035.746/0001-55

doi 10.29327/545908

ISBN 978-65-994826-7-0

